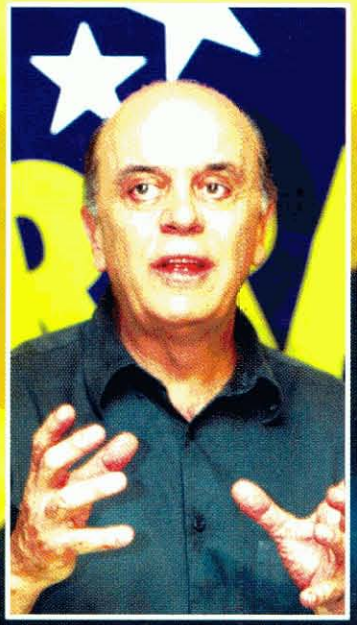
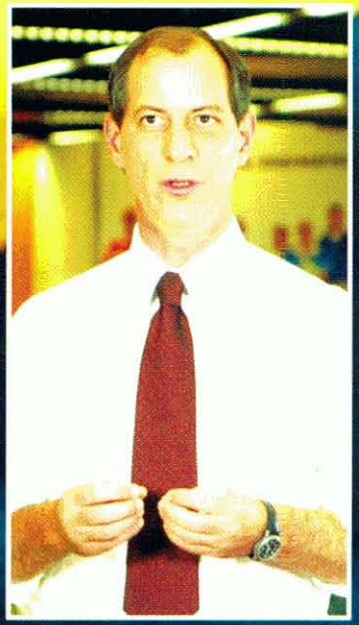
AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ❑ VOL 22 ❑ Nº 07 ❑ SETEMBRO DE 2002 ❑ R$ 6,00









O BRASIL DOS PRÓXIMOS QUATRO ANOS

Os quatro principais candidatos à presidência da República revelam a AGROANALYSIS seus planos para o agronegócio

ISSN 0100-4298

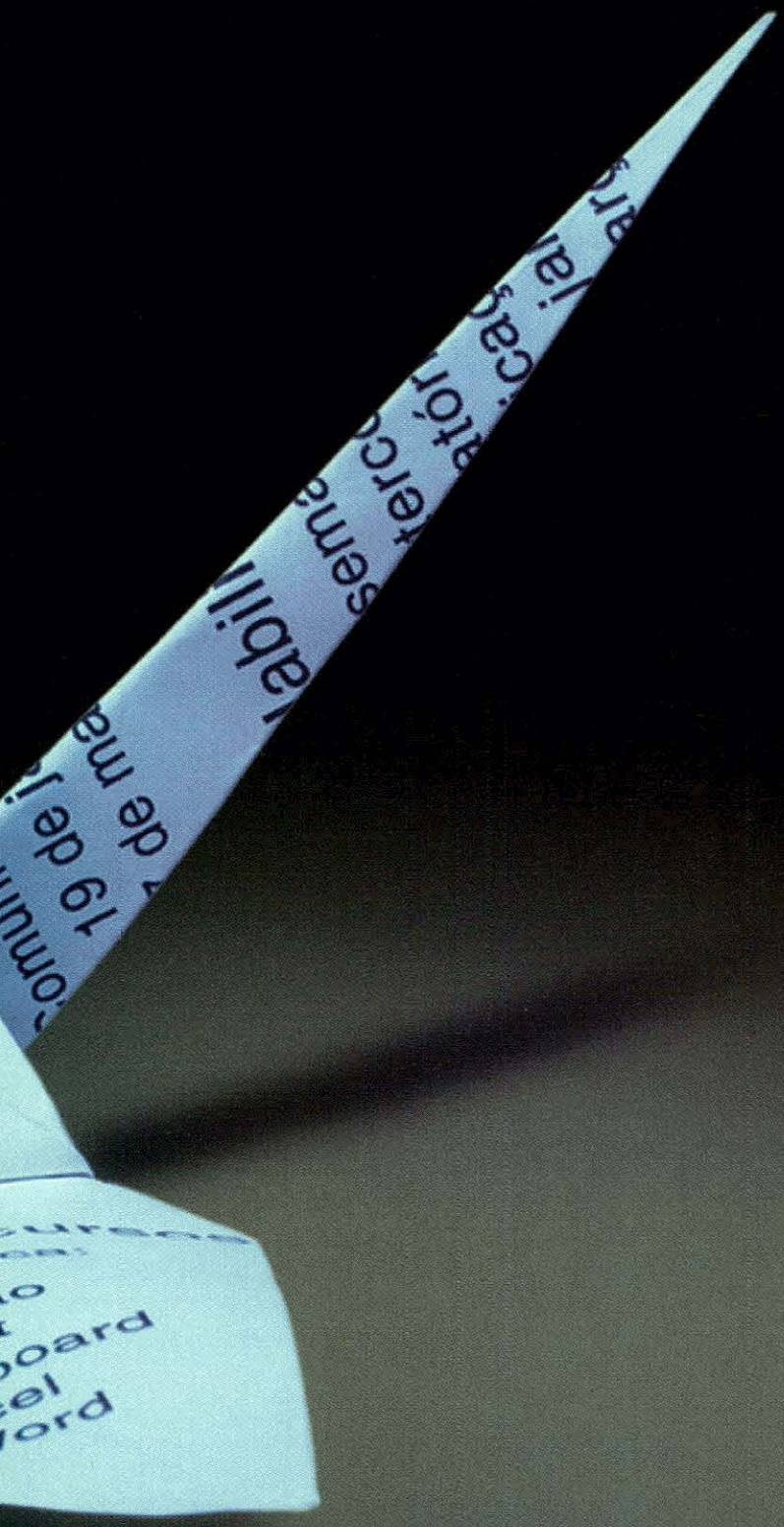


FGV
IBRE



Praia de Botafogo, 190 - s/424 • 8h30min. às 20h30min. - seg. a sex. e-mail: management@fgv.br - Visite o novo

Certificação Internacional através de convênios com as principais universidades do mundo. anuais das revistas Conjuntura Econômica e Revista da Administração Pública. Curso de



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

Não deixe sua carreira entrar em extinção. Faça seu MBA na FGV Ebape.

ADMINISTRAÇÃO PARA ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

GESTÃO DOS PROCESSOS EMPRESARIAIS PARA A QUALIDADE

GESTÃO DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -CIPAD EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS

TURISMO, HOTELARIA E ENTRETENIMENTO

GESTÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

COMÉRCIO E FINANÇAS INTERNACIONAIS

POLÍTICA INTERNACIONAL

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

DIREITO EMPRESARIAL

GESTÃO AMBIENTAL

LOGÍSTICA EMPRESARIAL

ADMINISTRAÇÃO ESPORTIVA

Informações: (21) 2559-5902

portal: www.ebape.fgv.br **Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas.**

Os preços incluem material didático, livros de referência e assinaturas inglês gratuito via internet. Visitas técnicas a grandes empresas.

FGV management

FGV EBAPE

Este mês:

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getulio Vargas (Instituto Brasileiro de Economia – IBRE), co-editada com RC.W Consultores.

Fundadores – Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

GRUPO EDITORIAL

Editor: Ivan Wedekin

REDAÇÃO

Redator-chefe: Regis Alimandro

Redatores: César Garcia e Luiz Antonio Pinazza

Arte: Osvaldo Moreira

Revisão: Fátima Caroni

Editoração: Texto & Contexto

Colaboradores: Daniela de Paula Rocha (algodão), Guilherme Soria Bastos Filho, Viviane Seda (Índice Iabag), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras), Ignez Vidigal Lopes, Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Gregory Honczar (preços e índices do agronegócio).

Secretaria e apoio administrativo: Denize e Silva Melo e Vanessa Martins de Melo

Publicidade – Gerente comercial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, tel.: (21) 2559-5623, fax: (21) 2559-5616 e 2551-4049, e-mail: caique@fgv.br. Representantes comerciais: Rio – Milla de Souza: tele-fax: (21) 2533-3121/1601, 2524-2757, e-mail: triunvirato@openlink.com.br; São Paulo: Ponto 4 Propaganda Ltda., R. Harmonia, 908, S.Paulo, SP, 05435-000, tel.: (11) 3816-0328, www.ponto4.com.br, e-mail: cassio@ponto4.com.br; amilcar@ponto4.com.br; Rio Grande do Sul – Ararê Vargas Fortes: tel.: (51) 343-8423, fax: (51) 337-4262. Brasília (DF) – Joaquim Barroncas: SHIN - QI 8 - cj 03, casa 17, tel: (61) 9972-0741 e 577-3874, e-mail:joaquimbarroncas@ig.com.br.

Circulação/Assinaturas – Bernardo Nunes Chefer – Outros estados: DDG: 0800.25.7788. Ligações do Rio: Tel.: 21 2559-6040, fax: 21 2559-6039, e-mail: agroanalysis@fgv.br

Pontos de venda: Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 2559-5535 e fax: 2559-5537; São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875.

FGV IBRE

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22253-900

ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970 - Tel.: (21) 2559-6000.

Presidente Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

Diretor-Geral: José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade e Sérgio Franklin Quintella.

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Félix Bulhões, Geraldo José Carbone, José Julio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Nestor Jost.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

Vice-Presidente: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Governo do Estado da Bahia, Heitor Chagas de Oliveira, João Carlos Rocha (Banco CCF Brasil S.A.), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Lídio Duarte (Instituto de Resseguros do Brasil - IRB), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S/A), Oswaldo Mário de Azevedo (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Ricardo Malfitano (S.A White Martins), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Walber José Chavantes (Associação de Bancos do Estado de São Paulo).

Suplentes: Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.), Gilberto Duarte Prado, Guilherme Augusto Freiring (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul America Cia. Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda.), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rodrigo Telles da Rocha Azevedo (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.).

Instituto Brasileiro de Economia

Diretor: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves

Vice-Diretor: Roberto Fendt

Divisão de Gestão de Dados: Rubens Mario Alberto Wachholz

Divisão de Publicações e Eventos: Roberto Fendt

Centro de Estudos Agrícolas: Ignez Vidigal Lopes

Centro de Políticas Sociais: Marcelo Neri

Coordenadoria de Projetos / Gerência Administrativa: Regina Celia Reis de Oliveira



6 **ABRE ASPAS: ELEIÇÕES 2002**

Os planos dos candidatos para o agronegócio

Tudo começou numa chuvosa tarde de julho último, quando numa conversa na redação o gerente comercial de AgroanalysiS, Caíque Tibiriçá, sugeriu uma pauta sobre a opinião dos presidenciáveis para o agronegócio em seus governos. De lá até este Abre Aspas Especial muitas perguntas foram surgindo pelo caminho

César Garcia

24 **PROCESSOS DECISÓRIOS**

Ativos do conhecimento

Para passar da dimensão da eficiência operacional para o posicionamento estratégico é indispensável romper paradigmas e modelos mentais

Mauro de Rezende Lopes

26 **AGRICULTURA ORGÂNICA**

Quando o passado é futuro

Uma agricultura de raiz filosófica que integra recursos naturais e socioeconômicos às peculiaridades de cada cultura

Paulo Faveret Filho Et Al.

32 **MÃO-DE-OBRA**

O preço da eficiência

Parece pouco provável que no longo prazo a agricultura venha a ocupar um número considerável de pessoas no Brasil

Elisio Contini

35 **ELEIÇÕES 2002**

Dever de casa

O país tem que voltar a crescer com menor necessidade de recursos externos e estabilidade econômica

Argemiro Brum

37 **PREÇOS AGRÍCOLAS**

Reflexos da crise

A conjuntura macroeconômica e a quebra prevista da safra americana exercem pressão altista sobre os preços agrícolas no Brasil

Gervásio Rezende

42 **A QUESTÃO DOS SUBSÍDIOS**

Horizontes incertos

É impossível prever o rumo que tomarão as negociações e as próximas decisões sobre protecionismo agrícola

Luiz A. Pinazza e Regis Alimandro

44 **PLANO DE SAFRA 2002/03**

Mais recursos

Agricultura e pecuária terão R$21,7 bilhões para o ano-safra – 26% a mais que no ano anterior

Luiz A. Pinazza e Regis Alimandro

47 **FOMENTO DA PESQUISA**

Instrumento de transformação

O Fundo de Agronegócio deve procurar mecanismos que minimizem o risco de concentração no direcionamento dos recursos em nível regional

André Cabral de Souza

49 **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Compromisso histórico

Em futuro próximo o Brasil poderá transformar-se em um país pleno de potencialidades

Carlos do Nascimento

52 **O NORDESTE BRASILEIRO**

Quase tudo para dar certo

Oportunidades e ameaças traçam o cenário de uma citricultura promissora e negligenciada

Orlando Sampaio Passos et al.

56 **MERCADOS FUTUROS**

Risco de preço

Como calcular o risco de preço do boi gordo no momento que o animal está pronto para comercialização

Wilson Motta Miceli

60 **CIÊNCIA & TECNOLOGIA**

Agronegócios sustentáveis

Uma posição deve ser deixada clara: a Embrapa não fomentará nem estimulará o plantio de grãos na Amazônia

José Roberto Peres

62 **ESTATÍSTICAS**

Preços e índices do agronegócio

Gregory Honczar

63 **TENDÊNCIAS**

Frango vivo mantém cotação em setembro

Caillos Cogo, L. A. Pinazza, G. Honczar e R. Alimandro

66 **DIÁRIO DE BORDO**

Agribusiness e emprego

Dados do BNDES indicam que o agribusiness é o setor que gera mais empregos por milhão de reais investidos na atividade. São 202 na agropecuária, 163 na madeira, 136 em alimentos e bebidas, 110 em celulose e papel, 103 em têxtil e confecção e 92 em borracha e plástico. Sem falar em transportes, comércio e serviços em geral. E tudo isso é o agribusiness.

Roberto Rodrigues

Forte agricultura

Durante muito tempo a hegemonia política brasileira esteve nas mãos de lideranças ligadas ao meio rural que representavam os interesses dos grandes proprietários de terras. É natural que tenha acontecido assim. Até as primeiras décadas do século passado, o Brasil era um país rural, do ponto de vista socioeconômico, político e populacional.

O país dominava amplamente o cenário internacional do mercado do café. Chegou a responder por 80 a 90% da produção mundial e por percentagens semelhantes do comércio internacional da *commodity*. E era extremamente dependente do café. Em momentos de pico, cerca de 70% da receita cambial do país originavam-se do café. E, claro, os dólares restantes eram obtidos com as exportações de outras *commodities* agrícolas.

Mas o Brasil precisava crescer em ritmo mais acelerado. Precisava modernizar-se, urbanizar-se, constituir sua indústria. A Revolução de 30 e posteriormente a construção da Cia. Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, e a luta pela criação da Petrobras são marcos importantes desse período.

Naturalmente, só poderia caber à agropecuária, o único setor já consolidado, o papel de suprir os recursos necessários à implantação do modelo urbano-industrial. De fato, o segmento rural gerou a maior parte dos recursos financeiros transferidos à industrialização, sejam os capitais privados voluntariamente aplicados na atividade, os recursos fiscais arrecadados pelos governos ou os dólares necessários à importação dos bens de capital. E, claro, os recursos humanos, a mão-de-obra dos ex-agricultores ou novos operários – sem esquecer os estrangeiros – que migraram para as novas cidades.

Evidentemente, a implantação do novo modelo teve como precondição a redução, ainda que gradativa, do poder político do segmento rural. À agricultura passou a caber a geração de dólares, mediante a exportação, a produção de alimentos a preços baixos, compatíveis com os reduzidos salários pagos pela indústria nascente, e a geração de ganhos de produtividade, para liberar recursos humanos para as cidades.

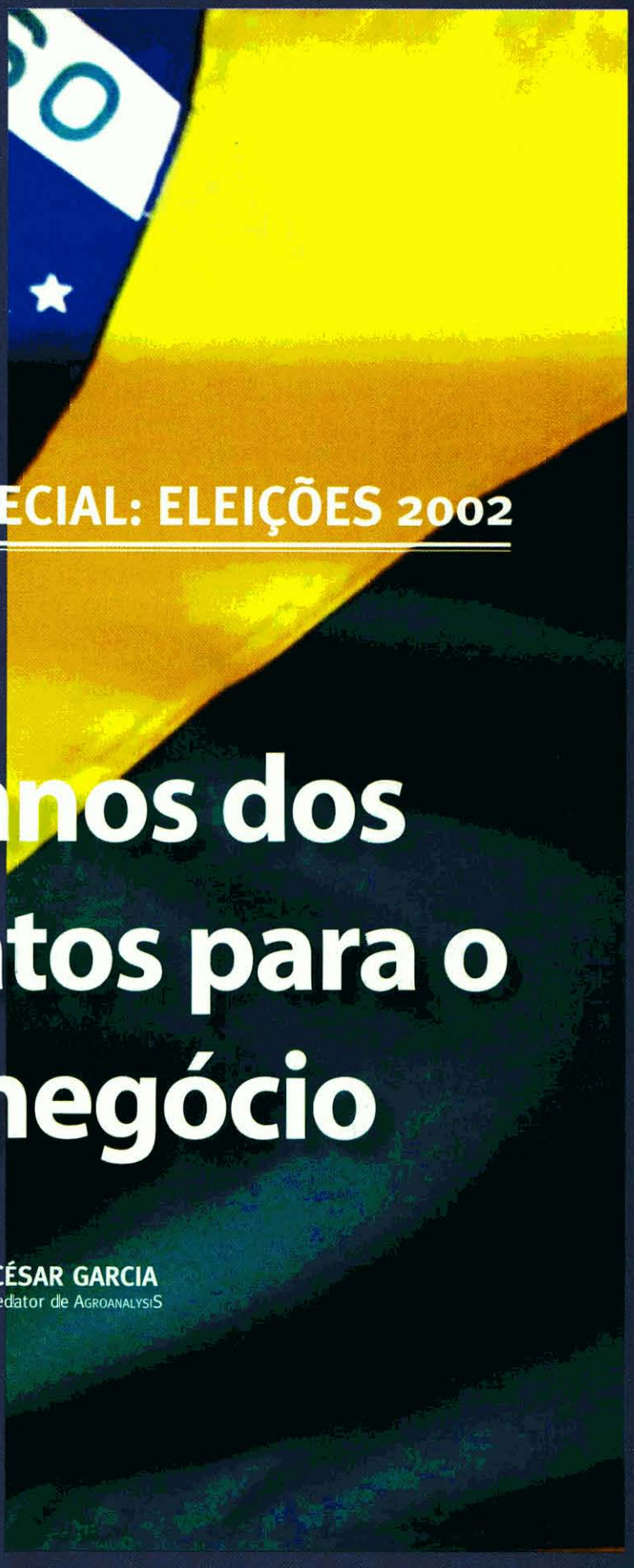
Diversos autores demonstraram que este processo ocorreu de forma muito acelerada e que o meio rural em determinado momento não tinha mais como gerar todos os excedentes que dele eram exigidos. Não por outra razão, os anos 50 e 60 foram marcados por severas crises de suprimento alimentar às cidades. Mas a essa altura o Brasil já deixava de ser rural; o novo modelo já estava em franco processo de consolidação.

Nos anos 70 e 80, a política agrícola vigente, de um lado, transferia recursos aos produtores de maior porte, via crédito subsidiado, garantia de preços mínimos etc., e, de outro, contingenciava e taxava as exportações agrícolas, tabelava arbitrariamente os preços etc. Mas a crise fiscal do Estado, já em meados dos anos 80, levou o país a abandonar o sistema de interferência na atividade agrícola por absoluta carência de recursos.

Nos anos seguintes, a combinação de abertura comercial não planejada, importação de *commodities* com subsídio na origem, aplicação de vários choques heterodoxos, entre outros fatores, levou a agricultura a uma de suas piores crises. Foram anos de triste lembrança, da crise da dívida, do agricultor caloteiro, da âncora verde. Esse momento marcou profundo distanciamento entre o campo e a cidade. O cidadão urbano, acostumado a vincular o agricultor à imagem do Jeca Tatu, como uma pessoa a ser "fixada" à terra, a ver a atividade agrícola como "primária", foi levado a crer que, além de todos esses fatores, os agricultores viviam de favores governamentais. Perverso engano.

Porém a crise renovou a agricultura mediante muito sofrimento. Muitos perderam seus empregos; outros suas propriedades. Novos capitais passaram a atuar no setor, atraídos pelos preços baixos da terra, pela disponibilidade de pacotes tecnológicos altamente competitivos, pelos ganhos proporcionados pelos avanços de logística, entre outras coisas. Nesse momento, o Brasil se prepara para plantar o que será, esperamos todos, sua terceira safra seguida de grãos de grande porte.

E o Brasil urbano finalmente parece perceber o quanto precisa de uma agricultura forte, implantada em um interior dinâmico. Há várias indicações nesse sentido. Uma delas é o fato de os quatro principais candidatos à presidência da Republica estarem dedicando atenção especial ao tema, ao menos nos discursos. Todos eles aceitaram participar de um debate na CNA, há poucas semanas, e agora apresentam aos leitores da AGROANALYSIS seus planos de governo para o agronegócio brasileiro.



ABRE ASPAS ESPECIAL: ELEIÇÕES 2002

Os planos dos candidatos para o agronegócio

CÉSAR GARCIA
Redator de AGROANALYSIS

Tudo começou numa chuvosa tarde de julho último, quando numa conversa na redação o gerente comercial de AGROANALYSIS, Caíque Tibiriçá, sugeriu uma pauta sobre a opinião dos presidenciáveis para o agronegócio em seus governos. De lá até este Abre Aspas Especial muitas perguntas foram surgindo pelo caminho. Que formato teria a matéria? Deveríamos deixar os candidatos falar à vontade sobre alguns temas previamente selecionados, mas de interesse do público leitor? Como administrar os espaços para as respostas? Como lidar com as idiossincrasias naturais dos candidatos e suas respectivas assessorias econômicas no que se relacionasse à ordem das matérias? Como conseguir conciliar todo o material para uma edição inicialmente programada para agosto com o espaço exíguo das agendas dos candidatos em peregrinações por todo o Brasil no calor da campanha?

Em primeiro lugar foi preciso elaborar um roteiro de perguntas que não só abrangesse a totalidade dos temas centrais do agronegócio mas que respondesse às questões que normalmente são levantadas em nossas páginas por produtores, empresários rurais, lideranças do agronegócio, estudiosos, políticos, estudantes, jornalistas. Nosso redator-chefe, Regis Alimandro, encarregou-se de elencar nove desses temas e desdobrá-los em perguntas.

Foi preciso também estabelecer as regras. Foi consensual na redação que as respostas na sua totalidade ocupassem o mesmo número de páginas, dando-se plena liberdade aos candidatos e a suas assesssorias para que se alongassem nos temas de sua preferência, desde que o tamanho das respostas ficasse entre 13 mil e 13.500 caracteres com espaços. Ficou estabelecido também que a ordem de entrada dos candidatos na matéria obedecesse à ordem de chegada dos textos à redação. Nosso objetivo com essas medidas foi publicar a íntegra das opiniões dos candidatos, sem qualquer edição, e da forma mais democrática possível na divisão dos espaços. Por fim, estabelecido o *deadline* de chegada dos textos, a redação fez questão de deixar claro que este Abre Aspas seria publicado se pelo menos um candidato respondesse às questões propostas.

Os resultados, a seriedade dos candidatos e suas assessorias nos surpreenderam. As primeiras respostas a chegar – e rigorosamente dentro dos parâmetros estabelecidos pela redação – foram as do candidato Anthony Garotinho, que abre nossa matéria. Depois as de Lula, seguidas pelas de Ciro Gomes e as do ex-ministro José Serra.

Os textos refletem unanimidades como a urgente necessidade da reforma fiscal para desonerar o setor produtivo, a necessidade de acesso a mercados internacionais, de investimentos em pesquisa e tecnologia e em geração alternativa de energia. Entretanto temas como meio ambiente e a questão fundiária revelam especificidades que diferenciam os discursos em substância. O leitor certamente perceberá nas próximas páginas as sutilezas entre os quatro discursos e nós de AGROANALYSIS sentimo-nos gratificados por poder trazer a público uma discussão tão envolvente. Boa leitura.

ANTHONY GAROTINHO

R$35 bilhões por safra

O ex-governador Garotinho propõe um 'choque de crédito' para o agronegócio de exatos US$ 10 bilhões por ano-safra



1. Comércio externo

O que fazer frente ao recrudescimento da política protecionista dos países desenvolvidos?

É necessário fortalecer o Mercosul?

Mercosul, Mercosul ampliado na América Latina, Mercosul-União Européia, Alca. Essas negociações serão priorizadas? Alguma delas merecerá empenho especial de seu governo?

Como estimular as exportações do agronegócio? Como agregar valor às nossas exportações?

— Contrariamente a toda pregação liberalizante, tanto na OMC quanto nos meios diplomáticos e de comércio exterior dos países desenvolvidos, há um visível aprofundamento de medidas protecionistas, tendo como fato mais ilustrativo a nova Farm Bill, política agrícola dos Estados Unidos que concede subsídios superiores a US$17 bilhões/ano.

Tal constatação impõe a necessidade de que o Brasil estabeleça mecanismos de enfrentamento, até mesmo como forma de argumentação negocial nos fóruns da OMC. Nossa posição é de defesa comercial frente a essas arbitrariedades, ao tempo em que internamente proporcionaremos condições diferenciadas para que a agricultura familiar e a agricultura empresarial de pequeno porte possam contar com mecanismos de viabilização de suas atividades, notadamente com a redução de encargos financeiros e proteção de preços que diminuam riscos e possam premiar o esforço de produzir.

Evidentemente, a formação dos blocos econômicos regionais configura uma tendência consolidada que interessa ao Brasil. Porém, com inserção soberana, preservando os diversos setores e, especialmente, aqueles que são vitais e estratégicos para o país.

Tenho enfatizado que considero a agricultura e o agronegócio uma escolha. Elegemos a atividade como aquela sobre a qual se dará a restruturação do nosso projeto de nação, submetendo nossa política externa e comercial a essa opção.

Vamos nos empenhar no fortalecimento do Mercosul, cuidando de estreitar o relacionamento com nações em desenvolvimento, fugindo do binômio Alca-Comunidade Européia.

Mas para obter sucesso nesse esforço, além do *choque de competitividade*, com medidas que visam ocupar espaços no mercado internacional, aplicaremos também o *choque de tecnologia*, para agregar valor a nossa produção

e mudar a característica de nossa pauta de exportações, com produtos mais elaborados, melhorando as relações de trocas.

Para isso, temos que fortalecer as empresas brasileiras, para atuarem como *players* globais, além de rever a nossa dependência com relação às patentes de insumos fundamentais ao processo produtivo brasileiro.

2. Questão fiscal

É necessário desonerar a produção agropecuária, em especial a cesta básica, e eliminar a cumulatividade de impostos como PIS e Cofins? Como?

Como compensar eventuais perdas de receita aos estados da Federação?

Como corrigir as distorções decorrentes da Lei Kandir?

— A atividade agropecuária vem sofrendo os efeitos de uma estrutura tributária pesada e que já não contempla as especificidades de um país complexo como o nosso.

De fato, a incidência em cascata dos impostos penaliza em demasia tanto os produtores rurais como as agroindústrias.

No caso específico do produtor rural pessoa física, a situação é mais preocupante em função da inexistência de registros contábeis capazes de permitir aos mesmos usufruírem de mecanismos já existentes de compensação tributária, como é o caso do princípio do valor adicionado no ICMS, cujo benefício traduzir-se-ia pela não-cumulatividade do imposto.

Como fizemos em vários programas setoriais de agricultura e agroindústria no Rio de Janeiro, nossa proposta é instituir o crédito-prêmio, permitindo que a ponta mais estruturada da cadeia possa devolver a parcela de imposto que, no futuro, será apresentada ao órgão tributário, visando a seu ressarcimento.

Tais medidas deverão constar de uma reforma tributária ampla e que harmonize e regule as relações entre os entes federados, buscando compensar perdas e elastecer a base de contribuintes. Tudo isso, dentro do princípio de que o melhor imposto é o menor imposto cobrado do maior universo possível.

No caso da Lei Complementar nº 87, há que rever alguns aspectos relacionados com a impossibilidade de recuperação dos valores do PIS e da Cofins, observando as características de quem de fato constitui o exportador, visando promover os ajustes necessários, sempre tendo em mente que o princípio é o da desoneração progressiva, buscando estimular a agregação de valor e o oferecimento, cada vez mais, de produtos exportáveis em condições reais de competir em todos os mercados.

3. Financiamento da produção

A parcela maior do custeio agrícola vem dos recursos próprios dos produtores rurais (60%). As empresas supridoras de insumos agrícolas e as tradings respondem por 12% e o sistema oficial (bancos) por 28%. Essa distribuição parece-lhe adequada?

Os chamados instrumentos privados de financiamento (sistema de crédito rural, CPR, bolsas etc.) devem ser estimulados? Como?

Há algo a fazer para favorecer investimentos em máquinas e equipamentos?

O que fazer para viabilizar um sistema de seguro agrícola viável e eficiente?

— É totalmente inadequada a distribuição das fontes de financiamento hoje disponíveis para o agronegócio. É inconcebível que o Brasil, possuindo uma economia agrícola que se coloca como a de maior potencial de crescimento do planeta e com chances reais de assumir num prazo de cinco a 10 anos a liderança mundial do setor, possa continuar operando com ridículos US$6 bilhões anuais e com incríveis dificuldades de acesso devido à burocracia e à falta de vontade política de atender ao agricultor. Estamos propondo um *choque de crédito*.

Gradativamente, elevaremos a oferta para R$35 bilhões por ano-safra, ou o equivalente a US$10 bilhões. Tudo isso dentro do Sistema Moeda Verde, que foi implantado no Rio de Janeiro e que proporciona equivalência-produto como forma de proteção de preços e com sistemas integrados de comercialização.

Os mecanismos mais modernos de captação de recursos serão estimulados e aprimorados, atuando o governo apenas na definição dos marcos regulatórios e na fiscalização do cumprimento de contratos e instrumentos, tendo como proposta fundamental a criação da Anagro (Agência Nacional do Setor Agropecuário).

A cédula do produtor rural (CPR) e as bolsas são imprescindíveis nesse processo, pela capacidade de aumento da oferta de crédito e mecanismos mercadológicos de proteção de preços (*hedges*), liquidez e tempestividade. Quanto aos investimentos em máquinas agrícolas, deve-se fazer funcionar de fato o acesso ao crédito nas instituições oficiais (BNDES, BB etc.), compatibilizando a correta administração do risco com a chegada do crédito na ponta.

Para o seguro agrícola, propomos a adoção de modelos diferenciados, que prevejam a participação do setor privado, com custos de prêmios compatíveis com a realidade da agricultura, com as incertezas climáticas e os riscos de mercado devido à depressão dos preços.

4. Crescimento do agronegócio

Seu governo estimulará a produção em áreas de exploração recente, como algumas do Centro-Oeste, Sul do Maranhão e do Piauí, Oeste da Bahia etc.?

A integração promovida pelo Mercosul inviabilizou diversas atividades econômicas nos estados do Sul. Como tornar mais efetiva a reconversão dessas atividades?

Como viabilizar a atividade econômica rural no Nordeste brasileiro?

E na Amazônia?

— O tamanho e o vigor do agronegócio brasileiro vão depender não somente de nossa capacidade de explorar economicamente e de forma sustentável os cerca de 90 milhões de hectares que ainda temos, mas principalmente de nossa capacidade para abrir mercados e expandir os atuais.

Para isso, é preciso tratar desigualmente os desiguais. Existe um segmento de produtores empresariais que desenvolve de maneira eficiente empreendimentos em grandes propriedades – voltadas especialmente à produção de grãos e à criação de animais, localizadas preponderantemente nas regiões citadas, com bons exemplos nas demais regiões do país – que quase não depende do governo e requer apenas a intermediação e o apoio oficial na solução das questões de logística de escoamento, com a interligação de modais dos sistemas viários terrestre e fluvial. Requer ainda a intervenção dos organismos governamentais de política externa na abertura e consolidação de mercados.

Por isso, vou priorizar os investimentos em infra-estrutura, com o apoio a projetos de interesse coletivo que façam baixar os custos e potencializem ainda mais a já conhecida competência desses setores.

"É inconcebível que o Brasil possa continuar operando com ridículos US$6 bilhões anuais e com incríveis dificuldades de acesso devido à burocracia e à falta de vontade de atender ao agricultor. Estamos propondo um 'choque de crédito'."

A viabilização das atividades rurais em ecossistemas específicos, como o Nordeste e a Amazônia, está contemplada em nossos programas de desenvolvimento regional, os quais procuram compatibilizar a escolha de vocações com as ofertas de recursos naturais e a geração de empregos, tudo isso sob o signo da sustentabilidade ambiental.

5. Meio ambiente e recursos hídricos

■ ***Como adequar a necessidade de crescimento econômico acelerado e o objetivo de preservação ambiental?***

■ ***A legislação relativa aos recursos hídricos é compatível com o objetivo do crescimento sustentável da produção?***

— A grande expansão da agricultura brasileira em anos recentes se fez por uma forte relocalização das culturas com a ocupação em especial das novas regiões do Oeste, nas áreas de cerrados, ficando para trás algumas áreas esgotadas. Há também, por vezes, o uso indiscriminado de insumos químicos, que provocam desequilíbrios ambientais e perdas econômicas a serem assumidas por toda a sociedade.

No mundo inteiro, pesquisadores e agricultores vêm demonstrando que existem outras opções de cultivo, sustentáveis e apropriadas, principalmente, para a agricultura familiar, como a agricultura agroecológica, perfeitamente competitiva, mesmo se comparada à tradicional.

Também na matriz de produção convencional há que buscar a sustentabilidade, com respeito ao meio ambiente e aos recursos naturais.

Mas, o ônus da manutenção de áreas intocadas de preservação e da recomposição das reservas legais de matas nas propriedades não pode recair apenas sobre os produtores agropecuaristas.

A legislação deve criar mecanismos de compensação pela manutenção de áreas de preservação com a recomposição da vegetação nativa e a sua manutenção.

O estabelecimento das outorgas de uso da água e o gerenciamento dos mananciais, rios, lagos e lagoas, vieram em boa hora para dirimir conflitos, garantir os vários usos requeridos, mas, principalmente, a utilização com fins agrícolas. Aliás, no estabelecimento de parâmetros de custo de utilização, este segmento deve ser privilegiado, com taxas módicas, de forma a não representar impacto significativo nos custos de produção.

6. Ciência, tecnologia e inovação

■ ***Qual será a orientação de seu governo em relação aos OGMs (organismos geneticamente modificados)?***

■ ***É urgente a regulamentação dos transgênicos? Em que direção?***

■ ***Como neutralizar a biopirataria?***

■ ***As pesquisas promovidas por empresas privadas terão que tipo de tratamento?***

■ ***E a pesquisa das entidades oficiais?***

— É preciso investir forte e celeremente em inovações tecnológicas que diminuam a dependência externa do Brasil e remodelem a atual relação de dominação tecnológica existente frente aos países desenvolvidos.

Além da Embrapa, serão também apoiadas as empresas e os institutos estaduais de pesquisa que têm cuidado especialmente da pesquisa aplicada de interesse regional dentro de um sistema integrado coordenado nacionalmente por uma agência representativa dessas unidades.

Na mesma linha, será empreendido um projeto de reestruturação das entidades estaduais de extensão rural e assistência técnica, com investimentos na melhoria de qualidade da prestação dos seus serviços, sob a coordenação de uma Agência Nacional de Coordenação, de forma que o produto das pesquisas possa ser rapidamente disseminado aos interessados.

Quanto aos organismos geneticamente modificados, a legislação exige a realização de estudos de impacto ambiental para sua adoção. E, além dos riscos ambientais e para a saúde, não podem ser desconsideradas as possíveis perdas que poderiam advir com a liberação irrestrita de

transgênicos, em face da demanda internacional por produtos mais naturais, principalmente pelos mercados europeu e asiático.

Portanto, o Estado deverá investir nas pesquisas em engenharia genética, de modo a dominar esta opção tecnológica, com ênfase na avaliação de seus impactos ambientais e para a saúde, e deve coibir, através dos órgãos fiscalizatórios de defesa vegetal, a sua difusão de forma desregrada.

7. Questão fundiária

Qual a sua avaliação sobre o programa de desapropriação de terras, assentamento de famílias no meio rural e reforma agrária do atual governo?

Que modificações o senhor planeja realizar no programa e com que propósitos principais?

E em relação ao Pronaf?

— O governo FHC afirma ter assentado cerca de 500 mil famílias. Mesmo admitindo que o número seja exato, da forma como ela é feita não promove a sustentabilidade dos assentamentos, que tem um índice de evasão de 30% e de rotatividade próxima a 50%. Além disso, constata-se que para cada agricultor assentado há cerca de três que deixam o campo, demonstrando que não basta fazer a reforma agrária, é necessário apoiar o conjunto dos agricultores familiares.

A crise urbana que tornou a violência endêmica e de difícil controle tem suas raízes no modelo de desenvolvimento agrícola e no abandono total das populações rurais pelos serviços básicos que o Estado deveria lhes garantir, reatualizando a questão agrária, embora muitos tivessem anunciado que o tempo da reforma agrária houvesse passado em um Brasil predominantemente urbano, com uma agricultura de alta produtividade. Mas a questão agrária desdobrou-se em uma questão urbana que não poderá ser solucionada sem que se alterem as condições existentes no mundo rural.

Com o advento de novas tecnologias e a incorporação dos cerrados, a terra agricultável tornou-se potencialmente abundante, com o acesso a um território muito ampliado.

Mas a ação distributiva de terras não é suficiente. Outras intervenções estruturantes são necessárias para a viabilização da reforma agrária: novas políticas agrícolas e tecnológicas que produzam estímulos à reorganização da agroindústria e das cadeias de comercialização; assistência técnica efetiva; crédito suficiente e consentâneo às necessidades desse público. Além disso, a cooperação organizada pode aumentar a produtividade das unidades produtivas.

O apoio creditício ao Pronaf estará compreendido dentro de choque de crédito que consideramos essencial para todo o conjunto da agropecuária brasileira.

8. Questão trabalhista no campo

Alguns defendem a flexibilização dos direitos trabalhistas no campo. Outros, a extensão dos direitos trabalhistas das cidades aos trabalhadores rurais. Em qual das direções seu governo pretende trabalhar?

— Privilegiando os aspectos negociais na solução das pendências e dos conflitos nas relações trabalhistas, deve-se ter em conta o que dispõe a lei, posto que a obediência aos preceitos legais é pressuposto do processo democrático e confere legitimidade aos entes envolvidos nas questões.

O caminho a ser perseguido é o da evolução das relações trabalhistas no campo e na cidade, reconhecendo e observando as experiências que ora estão sendo implementadas. Como não há consenso nessas questões, é da discussão e da análise das experiências em curso que surgirão as novas diretrizes a serem adotadas pelo governo.

"O governo FHC afirma ter assentado cerca de 500 mil famílias. Para cada agricultor assentado há cerca de três que deixam o campo, ou seja, não basta fazer a reforma agrária, é necessário apoiar o conjunto dos agricultores familiares."

9. Matriz energética

A recente crise de energia (o apagão) demonstra que a matriz energética brasileira está fragilizada. Como fortalecê-la? Novas hidrelétricas de grande/médio/pequeno portes? Termelétricas? Novas usinas nucleares? Co-geração de energia a partir do aproveitamento do bagaço de cana?

Há espaço para a ampliação do uso do álcool como combustível menos poluidor?

— É um erro pensar na expansão energética somente a partir de uma fonte. Energia é um *mix* e devemos ampliar o uso de diversas fontes. O Brasil só tem 26% do seu potencial hidráulico desenvolvido, o que oferece grandes oportunidades. Além disso, possui potencial de geração em biomassa por bagaço de cana, na faixa de 5 mil MW, o equivalente ao consumo do estado do Rio de Janeiro. Também como fontes pouco desenvolvidas temos o potencial eólico do Nordeste e as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) que, somadas ao potencial de geração térmica oriundo do gás natural das bacias de Campos e Santos, do importado e do carvão no Sul do país, oferecem um futuro bastante promissor ao Brasil.

LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

Negociada e pacífica

Essa é a reforma agrária a que se propõe o candidato Lula. Para ele e o PT, fazer a reforma agrária é uma questão de justiça social



1. Comércio externo

■ ***O que fazer frente ao recrudescimento da política protecionista dos países desenvolvidos?***

■ ***É necessário fortalecer o Mercosul?***

■ ***Mercosul, Mercosul ampliado na América Latina, Mercosul-União Européia, Alca. Essas negociações serão priorizadas? Alguma delas merecerá empenho especial de seu governo?***

■ ***Como estimular as exportações do agronegócio? Como agregar valor às nossas exportações?***

— O Brasil precisa ter uma inserção soberana e qualificada da agricultura brasileira no mercado externo, onde já somos altamente competitivos. Para isso, é necessário desenvolver um amplo e objetivo conjunto de políticas de promoção das exportações. Essa política deve buscar novos mercados de forma mais agressiva, lutar contra as barreiras existentes contra nossos produtos, diversificar nossa pauta e agregar novos valores.

Para desenvolver essa política agressiva de exportações, vamos criar uma Secretaria de Comércio Exterior e também uma Agência de Comércio Exterior para analisar novas oportunidades de relações comerciais com parceiros importantes como China, Rússia, México, países da América do Sul e, claro, Europa e EUA. Além disso, precisamos fortalecer o Mercosul.

É também necessário proteger a renda do agricultor. Em uma economia aberta como a nossa, é difícil garantir estabilidade aos preços agrícolas. Portanto, devemos implementar diversos mecanismos que resultem na proteção da renda das famílias agrícolas e na formação de estoques de alimentos. Isso vai permitir um mercado mais estável aos consumidores e produtores.

Por fim, queremos estimular, através de câmaras setoriais e fóruns de estudos estratégicos dos setores, relações mais equilibradas entre agricultores, agroindústrias, distribuidores e consumidores, de forma que haja mais coordenação nas cadeias produtivas e menos problemas em relação à distribuição da renda gerada nessas cadeias.

2. Questão fiscal

■ ***É necessário desonerar a produção agropecuária, em especial a cesta básica, e eliminar a cumulatividade de impostos como PIS e Cofins? Como?***

■ ***Como compensar eventuais perdas de receita aos estados da Federação?***

■ ***Como corrigir as distorções decorrentes da Lei Kandir?***

— Uma das prioridades do nosso governo é fazer a reforma tributária, que diminuirá o peso dos impostos sobre produção e exportação. Nós temos um sistema tributário antiquado, pouco eficiente e injusto. Nossa meta é simplificar o sistema tributário nacional, especialmente com o fim da cumulatividade das contribuições e a redução ao longo do tempo da carga tributária incidente sobre a produção e os assalariados de baixa e média renda e desonerar completamente as exportações para eliminar as distorções da Lei Kandir. Desonerar a produção agropecuária e a cesta básica é uma questão de justiça social e está de acordo com o nosso programa de governo.

Juntamente com a Reforma Tributária, nosso governo proporá aos estados e municípios a redefinição do Pacto Federativo, cujo princípio será a descentralização das ações sociais e a valorização da ação local, do município como ente federado realizador de políticas públicas. Nesse pacto, será definida uma compensação aos estados que mais perderão com a reforma tributária, até que os estados se adaptem às novas condições.

3. Financiamento da produção

■ ***A parcela maior do custeio agrícola vem dos recursos próprios dos produtores rurais (60%). As empresas supridoras de insumos agrícolas e as tradings respondem por 12% e o sistema oficial (bancos) por 28%. Essa distribuição parece-lhe adequada?***

■ ***Os chamados instrumentos privados de financiamento (sistema de crédito rural, CPR, bolsas etc.) devem ser estimulados? Como?***

■ ***Há algo a fazer para favorecer investimentos em máquinas e equipamentos?***

■ ***O que fazer para viabilizar um sistema de seguro agrícola viável e eficiente?***

— Em nosso programa de governo, defendemos a criação de linhas de crédito diferenciadas para as categorias de produtores, com critérios que variam de acordo com a capacidade de pagamento. Além disso, é possível criar novas linhas de crédito através das cooperativas de crédito, que têm taxas de juros menores e encargos reduzidos. Temos propostas para o cooperativismo de crédito porque acreditamos que ele pode se transformar em uma grande alternativa para milhares de agricultores. Sem esquecer que essa política pode também favorecer os cerca de 30% dos municípios brasileiros que não possuem sequer uma agência bancária.

Também é possível ampliar e melhorar os instrumentos privados de financiamento, como os contratos de compra nas bolsas. Hoje, muitos querem operar, mas por causa dos elevados custos das garantias (aval do Banco do Brasil e seguros, por exemplo) acabam operando paralelamente. Uma saída é o governo financiar as garantias com outras linhas de crédito, como o Pronaf.

Quanto aos investimentos de máquinas e equipamentos, temos duas propostas: desonerar a tributação de máquinas e equipamentos destinados à produção agropecuária e ampliar as linhas de crédito de investimento, disponibilizando os recursos dos fundos constitucionais e do FAT. O Moderfrota, financiado pelo BNDES e que opera com taxas fixas de juros de 8,75%, poderia ser ampliado também.

Sobre seguro rural é importante dizer que o PT tem dois exemplos importantes nessa área. O primeiro é que desde 1995 nossa bancada apresentou um projeto de lei para a criação do seguro agrícola. O segundo vem do governo do Rio Grande do Sul, que implantou um sistema de seguro agrícola viável e eficiente, através de seguradoras privadas, em que o governo subsidia parte do contrato do seguro e as seguradoras arcam com os riscos.

4. Crescimento do agronegócio

■ ***Seu governo estimulará a produção em áreas de exploração recente, como algumas do Centro-Oeste, Sul do Maranhão e do Piauí, Oeste da Bahia etc.?***

■ ***A integração promovida pelo Mercosul inviabilizou diversas atividades econômicas nos estados do Sul. Como tornar mais efetiva a reconversão dessas atividades?***

■ ***Como viabilizar a atividade econômica rural no Nordeste brasileiro?***

■ ***E na Amazônia?***

— Fica cada vez mais claro que não é mais possível expandir as fronteiras agrícolas de forma predatória, desmatando e destruindo nossos recursos genéticos. Temos cerca de 97 milhões de hectares de terras improdutivas e podemos mudar esse quadro. Se houver expansões, elas deverão ser feitas de forma sustentável e preservar matas, rios, cultura e costumes locais. Da mesma forma, temos demonstrado em experiências concretas de gestão que um outro modelo de desenvolvimento da Amazônia é possível, sobretudo em articulação com a sociedade. O aproveitamento sustentável da floresta, das riquezas minerais, energéticas, da biodiversidade e dos cenários naturais vai constituir a base das atividades industriais, agrícolas e turísticas, fundamentais para engendrar uma nova referência para a construção de um Brasil soberano.

Com relação ao semi-árido nordestino, nossas diretrizes de atuação são: desenvolver programas de recuperação das grandes bacias hidrográficas do rio São Francisco e do rio Parnaíba e a implantação de sistemas de estoque de água subterrânea e superficial. É essencial incentivar a produção de produtos nativos altamente resistentes à seca e que servem para alimentação, para ração animal e para a indústria (como o umbu, o feijão-de-corda, entre outros). Além disso, há importantes atividades econômicas na região, como a ampliação da bacia leiteira (especialmente a de caprinos e bovinos), da apicultura e da exploração sustentável de animais silvestres. A reforma agrária e a implementação do crédito fundiário deverão levar em conta as especificidades da região e as condições socioambientais.

Quanto ao impacto do Mercosul na agricultura do Sul, não se pode explicar a inviabilização de certos setores, como a produção de leite e o trigo, somente pelos termos estabelecidos pelo acordo. Em agosto, tive um encontro com os embaixadores do Mercosul, Chile e Bolívia e apresentei a eles uma proposta para garantirmos soberania alimentar entre os países do Cone Sul. Nossa idéia é construir uma espécie de troca dos produtos excedentes, garantindo a auto-suficiência de todos na produção de alimentos, para viabilizar novas relações comerciais entre os parceiros do bloco.

5. Meio ambiente e recursos hídricos

■ ***Como adequar a necessidade de crescimento econômico acelerado e o objetivo de preservação ambiental?***

■ ***A legislação relativa aos recursos hídricos é compatível com o objetivo do crescimento sustentável da produção?***

— Está claro hoje que a maior pressão sobre os recursos naturais vem da situação de miséria que atinge parte da população mais pobre. Não vemos a proteção do meio ambiente dissociada de outras políticas estruturais de combate à pobreza, como reforma agrária, política agrícola, recuperação dos rios e mananciais e política nacional de saneamento ambiental. Queremos conciliar proteção ambiental com geração de empregos, tendo como base as inúmeras experiências que vêm sendo desenvolvidas por associações e cooperativas de produtores, governos municipais e estaduais, movimentos sociais e ONGs. Para isso, vamos implantar um zoneamento socioambiental do país, que permita identificar a alternativa mais adequada para cada ecossistema e cada segmento social. É possível também melhorar as leis, como o Código Florestal. No recente debate promovido pela CNA, citei o protocolo de Araguari, do sul de Minas Gerais, em que o Ministério Público permitiu que o produtor, que deve preservar em sua terra 20% de mata, comprasse uma outra área para preservar. Essa é uma alternativa que pode ser negociada no país.

"Em agosto apresentei uma proposta para garantirmos soberania alimentar entre os países do Cone Sul. A idéia é construir uma espécie de troca dos produtos excedentes, garantindo a auto-suficiência de todos na produção de alimentos."

6. Ciência, tecnologia e inovação

■ ***Qual será a orientação de seu governo em relação aos OGMs (organismos geneticamente modificados)?***

■ ***É urgente a regulamentação dos transgênicos? Em que direção?***

■ ***Como neutralizar a biopirataria?***

■ ***As pesquisas promovidas por empresas privadas terão que tipo de tratamento?***

■ ***E a pesquisa das entidades oficiais?***

— Hoje o Brasil dedica menos de 1% do PIB à ciência e à tecnologia, enquanto os outros países aplicam o dobro ou o triplo dessa porcentagem. Portanto, achamos que é fundamental e urgente valorizar os chamados centros de excelência em pesquisa. Mas é preciso também articular a política de ciência e tecnologia com a questão educacional. Queremos que cultura, ciência e educação caminhem juntas. Uma de nossas propostas é retomar o Sistema Federal de Ciência e Tecnologia. Seu papel será estimular os programas já existentes do setor público e privado e coordenar novas ações para fortalecer a ciência e a tecnologia. No nosso governo, elas terão alguns objetivos básicos: melhorar a qualidade de vida; expandir postos de trabalho; elevar os níveis de educação e saúde do povo; democratizar o acesso à informação e ao conhecimento; e promover o desenvolvimento respeitando o meio ambiente.

Em relação à biopirataria, temos posição clara: queremos reestruturar os conselhos da área de biodiversidade, com base em nova legislação, fortalecendo a participação das entidades representativas das comunidades locais e dos centros regionais de pesquisa. Da mesma forma, a bancada do PT tem defendido a rotulagem dos OGMs, como um direito do consumidor, mas antes propõe que se adie seu uso comercial, dando mais tempo para o desenvolvimento de estudos de impacto na saúde e no meio ambiente. Esta posição – com base no princípio de precaução – deve ser mantida em nosso governo, com apoio à pesquisa e com rígida fiscalização contra a entrada clandestina de sementes modificadas.

7. Questão fundiária

■ ***Qual a sua avaliação sobre o programa de desapropriação de terras, assentamento de famílias no meio rural e reforma agrária do atual governo?***

■ ***Que modificações o senhor planeja realizar no programa e com que propósitos principais?***

■ ***E em relação ao Pronaf?***

— Precisa ter muito boa vontade para aceitar que o governo implantou alguma reforma agrária. Depois de oito anos de FHC, temos uma das piores, senão a pior desigualdade de posse da terra do mundo. O governo diz que fez a maior reforma agrária da história e desqualifica as organizações de luta pela terra. Para nós, fazer a reforma agrária é uma questão de justiça social em nosso país. Além disso, nosso governo será capaz de realizá-la sem ser necessário que ocorram invasões de propriedades nem qualquer tipo de violência no campo. Nós temos legitimidade e representatividade para resolver esse problema de forma negociada e pacífica.

Propomos a realização de um Plano Nacional de Reforma Agrária em que os trabalhadores sem-terra, organizações sindicais, proprietários rurais e outros setores interessados poderão participar da sua elaboração e implementação. Esse plano deverá definir prazos, metas nacionais e regionais e as fontes de recursos a serem aplicados na execução de ações para promover impactos positivos na vida das famílias de trabalhadores rurais e no campo.

Também defendemos a disseminação das cooperativas de crédito e dos bancos do povo. Outra proposta importante é o crédito para a agroindústria familiar, associando-o à criação de selos de qualidade e de origem e vinculando-os às redes de comercialização nacionais e internacionais. Temos que apoiar a comercialização dos produtos da pequena produção, através da disseminação da prática da compra direta e de políticas municipais de abastecimento alimentar, inclusive priorizando a compra direta da produção local para programas públicos, como merenda escolar, creches, hospitais, entre outros.

8. Questão trabalhista no campo

Alguns defendem a flexibilização dos direitos trabalhistas no campo. Outros, a extensão dos direitos trabalhistas das cidades aos trabalhadores rurais. Em qual das direções seu governo pretende trabalhar?

— Nosso projeto defende a segunda opção. Pretendemos dar as mesmas condições de cidadania no campo e nas cidades. Para isso, buscaremos a ampliação do trabalho de qualidade, com aumento dos salários e da formalização dos trabalhadores. Incentivaremos a mecanização do campo com responsabilidade social; instituiremos um seguro-desemprego de entressafra para os trabalhadores temporários e recuperaremos os órgãos de fiscalização para erradicar o trabalho infantil e escravo e garantir o cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalhador.

9. Matriz energética

A recente crise de energia (o apagão) demonstra que a matriz energética brasileira está fragilizada. Como fortalecê-la? Novas hidrelétricas de grande/médio/pequeno portes? Termelétricas? Novas usinas nucleares? Co-geração de energia a partir do aproveitamento do bagaço de cana?

Há espaço para a ampliação do uso do álcool como combustível menos poluidor?

— Não podemos mais correr o risco de ter apagões. Na verdade, nem haveria esse risco se o governo tivesse agido com seriedade. Vamos restabelecer o planejamento estratégico que existia no setor elétrico, mas foi abandonado com essa tentativa desastrada de implantar um modelo de mercado para a energia, no nosso país – sem planejamento e com a privatização das empresas feita às pressas e sem transparência. Nossa proposta é fazer um planejamento inteligente, integrando hidrelétricas, petróleo e gás natural e carvão. Vamos também dar incentivos ao desenvolvimento de fontes alternativas, como a energia solar e a eólica. Queremos incentivar o setor privado sem abrir mão do papel do Estado, que é essencial nesse setor. Além disso, não vamos ignorar os produtores independentes, como se faz atualmente: vamos criar a possibilidade, por exemplo, de eles pedirem autorização para construir usinas que possam complementar o nosso planejamento, como hidrelétricas de pequeno porte, termelétricas, eólicas e outras fontes alternativas. Nesse caso, vamos dar preferência à produção de cooperativas, dos municípios e de associações de consumidores. Sempre respeitando rigorosamente os critérios de preservação ambiental.

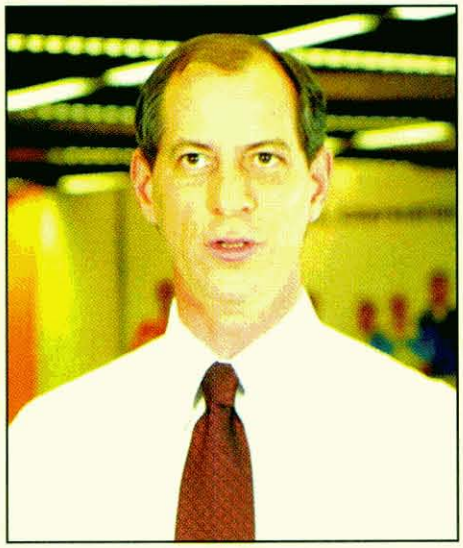
"O governo diz que fez a maior reforma agrária da história. Precisa ter muito boa vontade para aceitar que o governo implantou alguma reforma agrária. Depois de oito anos de FHC, temos a pior desigualdade de posse da terra do mundo."

Defendemos também uma política de incentivo ao álcool por ser um combustível renovável, de tecnologia nacional, barato e capaz de gerar cerca de 1,5 milhão de empregos diretos e outro meio milhão de empregos indiretos. Um programa de expansão da produção de álcool combustível deverá garantir o abastecimento sem oscilações bruscas dos preços; respeitar e ajudar a preservar o meio ambiente e cumprir a legislação trabalhista.

CIRO GOMES

Alianças estratégicas

Para o candidato Ciro Gomes, as transnacionais instaladas no Brasil podem ser importantes aliados nas negociações internacionais



1. Comércio externo

■ ***O que fazer frente ao recrudescimento da política protecionista dos países desenvolvidos?***

■ ***É necessário fortalecer o Mercosul?***

■ ***Mercosul, Mercosul ampliado na América Latina, Mercosul-União Européia, Alca. Essas negociações serão priorizadas? Alguma delas merecerá empenho especial de seu governo?***

■ ***Como estimular as exportações do agronegócio? Como agregar valor às nossas exportações?***

— Os países industrializados não vão abrir mão dos subsídios, pelo menos num horizonte de curto prazo. A não ser que suas condições internas os obriguem a isso, como pode ser o caso da falência da Política Agrícola Comum (PAC) com a incorporação da Europa do Leste à União Européia. Se forem obrigados a reduzir os subsídios, é possível que novas formas de proteção – como as barreiras fitossanitárias e ambientais – apareçam. Ao contrário do Brasil, esses países se resguardaram bem ao registrar junto à Organização Mundial de Comércio (OMC) todas as suas práticas (subsídios, políticas de incentivos e outras).

Uma estratégia ativa de inserção internacional deve lançar mão de todas as alternativas dos acordos, negociações, adotar medidas de reciprocidade e denúncias de práticas desleais devem ser complementadas com alianças com países que tenham interesses comuns, como os grandes países continentais e o Grupo de Cairns. As negociações multilaterais e com outros blocos comerciais devem obedecer a objetivos claros de curto, médio e longo prazos, no que diz respeito a acesso a mercados, redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias. O logro desses propósitos pode ser facilitado através de alianças com empresas transnacionais instaladas no Brasil.

O Mercosul tem uma função política de estreitamento das relações econômicas e sociais do Brasil com seus vizinhos e de reforço de nossa capacidade de negociação. Para que a integração seja mais sólida é necessário trabalhar para a harmonização de políticas em geral. Pode servir, ainda, para melhorar a eficiência das economias, dada a complementaridade que existe entre elas tanto no que se refere a recursos naturais como aos aparatos produtivos. É na exploração dessa complementaridade que estão as condições para fortalecê-lo. No entanto, não se deve exigir desse acordo o que ele não pode proporcionar. Seu papel é proporcional ao que pode representar para a nossa economia.

As negociações multilaterais e com outros blocos comerciais devem obedecer a estratégias ativas do país, levando em consideração o papel que quer desempenhar no mundo. Por exemplo, as indústrias transnacionais instaladas no Brasil, especialmente as de origem européia, podem ser aliados importantes nas negociações internacionais, pois seus interesses são divergentes dos interesses dos produtores rurais de seus países de origem. O poder de barganha na negociação com os europeus pode ser maior do que com os Estados Unidos. O país não deve manter compromissos de exclusividade, mas explorar interesses dos dois blocos.

Para que as exportações brasileiras ganhem e mantenham mercados, o fator primordial é a prática de uma política cambial que proteja a competitividade que tem a agricultura brasileira, tanto no que se refere aos custos na propriedade como na planta agroindustrial. Outros aspectos importantes estão relacionados à necessidade de desonerar os produtos exportados, à existência de linhas de financiamento para os exportadores, com taxas de juros semelhantes às que enfrentam seus competidores, no investimento na melhoria da infra-estrutura de transporte e de serviços e na qualidade dos produtos. Nesse sentido, um caminho importante a ser trilhado seria o de certificação e rastreamento dos produtos, como, por exemplo, a região de origem. A meta é dobrar a participação do país no mercado mundial de produtos de origem agropecuária. Aumentar e consolidar a posição do Brasil no mercado mundial de alimentos, tanto os produtos tradicionais como aqueles onde o país vem ganhando parcelas de mercado, em especial os produtos com demanda mundial dinâmica, como, por exemplo, as carnes.

Atualmente, a maior restrição às exportações se dá justamente com os produtos com maior valor agregado. Dados as dimensões do mercado brasileiro e o objetivo de aumentar a demanda interna, com o incremento do poder de compra da população, os produtos processados devem ser direcionados a abastecer o mercado interno e os *excedentes* exportados. Isso vai permitir ganhos de escala e conseqüentemente de competitividade, acompanhados das negociações para permitir acesso a mercados. O financiamento de longo prazo e a pesquisa e desenvolvimento constituem o cerne desses esforços.

2. Questão fiscal

É necessário desonerar a produção agropecuária, em especial a cesta básica, e eliminar a cumulatividade de impostos como PIS e Cofins? Como?

Como compensar eventuais perdas de receita aos estados da Federação?

Como corrigir as distorções decorrentes da Lei Kandir?

— Um dos pilares do nosso programa de governo é a reforma tributária, que prevê a desoneração da produção e dos encargos sociais, com vistas a estimular o crescimento e o emprego. Como os impostos serão o IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) e o imposto sobre a propriedade, essas questões estariam resolvidas. A cesta básica vai estar isenta da cobrança de impostos. Aparentemente, o problema do PIS estaria resolvido com a chamada minirreforma tributária, mas são justamente os produtos menos processados, entre eles os insumos agrícolas, que poderiam ser prejudicados

Para intensificar as exportações, é imperativo aumentar a eficiência não só do *hardware* dos portos, mas também a eficiência aduaneira. Os produtos perecíveis são os mais prejudicados com as demoras na liberação das cargas. As compensações de perda de arrecadação só podem vir por transferências. Os recursos virão com a recuperação da arrecadação, através do combate à sonegação e do aumento da eficiência da máquina da receita federal.

3. Financiamento da produção

A parcela maior do custeio agrícola vem dos recursos próprios dos produtores rurais (60%). As empresas supridoras de insumos agrícolas e as tradings respondem por 12% e o sistema oficial (bancos) por 28%. Essa distribuição parece-lhe adequada?

Os chamados instrumentos privados de financiamento (sistema de crédito rural, CPR, bolsas etc.) devem ser estimulados? Como?

Há algo a fazer para favorecer investimentos em máquinas e equipamentos?

O que fazer para viabilizar um sistema de seguro agrícola viável e eficiente?

— Essa relação de participação no financiamento mostra a fragilidade com que a agropecuária vem trabalhando. O volume de crédito de custeio representa cerca de um terço do que era no final da década de 1970, com um valor da produção muito superior ao observado àquela época. A ausência de políticas setoriais claras, que garantam a compatibilização entre política macroeconômica e rentabilidade das atividades produtivas, afeta todos os setores, mas com maior intensidade a agricultura e o agronegócio, por serem atividades muito competitivas, que operam com margens de lucro reduzidas. Por isso, não é suficiente estabelecer linhas preferenciais para a agricultura, pois há a tendência a não se cumprirem essas metas. Mesmo redirecionando os recursos, é imprescindível lançar as bases para uma trajetória de queda das taxas de juros reais. A democratização do acesso ao crédito, o estímulo ao crédito cooperativo, ao aval solidário e a fontes específicas de financiamento do setor são medidas complementares e possíveis de ser aplicadas imediatamente. Assim como trabalhar tanto com bancos públicos quanto privados para ampliar o crédito agrícola, descentralizado e a juros acessíveis.

Os chamados instrumentos privados de financiamento devem sem dúvida ser estimulados. É preciso estabelecer um sistema de seguro que favoreça pequenos e médios produtores contra as violentas flutuações de preço dos produtos e das condições de produção. Esse seguro será oferecido a preço de custo pelos bancos públicos àqueles

segmentos de produtores que não tiverem acesso ao seguro privado. Tais instrumentos serão obrigatórios tanto para os trabahadores que se tornarem proprietários por adesão ao programa de reforma agrária, quanto para os pequenos e médios agricultores que recebam outros benefícios da política agrária. A disponibilidade desse seguro público será gradativamente reduzida à medida que a rede privada de crédito e de seguro se tornar mais densa e a pequena agricultura mais próspera.

A manutenção e ampliação das linhas de crédito para a modernização da frota complementariam esse cenário mais favorável ao investimento.

4. Crescimento do agronegócio

Seu governo estimulará a produção em áreas de exploração recente, como algumas do Centro-Oeste, Sul do Maranhão e do Piauí, Oeste da Bahia etc.?

A integração promovida pelo Mercosul inviabilizou diversas atividades econômicas nos estados do Sul. Como tornar mais efetiva a reconversão dessas atividades?

"Deve-se trabalhar com certa autonomia para não criar um grau de dependência excessivo com relação às empresas transnacionais. Os avanços logrados pelo sistema nacional de pesquisa nesse campo devem ser fortalecidos."

Como viabilizar a atividade econômica rural no Nordeste brasileiro?

E na Amazônia?

— Toda atividade produtiva será apoiada e incentivada. Para fortalecer a competitividade do agronegócio, é necessária a recuperação da infra-estrutura de transportes e serviços e a melhoria da logística, que serão realizadas em parceria com o setor privado. O setor agropecuário e o agronegócio têm demonstrado grande capacidade de adaptação e de superação a condições adversas, redirecionando a oferta através do reequilíbrio da participação do mercado interno ou externo, de acordo com as condições impostas pela política macroeconômica ou pelas condições do mercado internacional. A grande flutuação dos preços das commodities no mercado mundial, as políticas de restrição de acesso a mercados, especialmente para produtos elaborados, e a falta de financiamento, especialmente os de longo prazo, são os obstáculos maiores à expansão do setor.

5. Meio ambiente e recursos hídricos

Como adequar a necessidade de crescimento econômico acelerado e o objetivo de preservação ambiental?

A legislação relativa aos recursos hídricos é compatível com o objetivo do crescimento sustentável da produção?

— O desenvolvimento sustentável do setor agrário e do agronegócio está intrinsecamente ligado a um uso eficiente dos recursos naturais, sendo impossível dissociá-los numa perspectiva de longo prazo. As reservas legais devem atender aos interesses da sociedade e o produtor deve receber estímulos econômicos para cumprir essas metas, já que esses recursos adquirem o *status* de bem público. O acesso à água tem apresentado características semelhantes ao acesso a outros recursos produtivos como a terra, cujo direito de propriedade precisa estar bem regulado. Tudo indica que este será um dos recursos naturais mais problemáticos em um futuro próximo. O uso agrícola apresenta especificidades que não devem ser descuidadas.

6. Ciência, tecnologia e inovação

Qual será a orientação de seu governo em relação aos OGMs (organismos geneticamente modificados)?

É urgente a regulamentação dos transgênicos? Em que direção?

Como neutralizar a biopirataria?

As pesquisas promovidas por empresas privadas terão que tipo de tratamento?

E a pesquisa das entidades oficiais?

— O fortalecimento do sistema nacional de inovação passa por instituir redes de centros federais especializadas nos problemas de cada um dos segmentos produtivos do setor para identificar tecnologias, as práticas e as sementes ou outros insumos mais promissores, tanto no Brasil quanto no exterior, e difundi-los. Para isso, é imprescindível apoiar e desenvolver os centros de pesquisas existentes – sejam gerais, como as Embrapas, ou especializados, como a Ceplac – como sustentáculos da política de modernização do setor agropecuário em seu conjunto. As atividades de disseminação dos conhecimentos e das técnicas terão também um papel primordial, recuperando o terreno perdido com a desorganização do aparato público de extensão rural.

Não se devem temer os avanços da ciência, mas se deve trabalhar com certa autonomia para não criar um grau de dependência excessivo com relação às empresas transnacionais. Os avanços logrados pelo sistema nacional de pesquisa nesse campo devem ser fortalecidos. Existe ainda um aspecto relacionado à especialização: ao mesmo tempo em que alguns países adotam sem restrição os transgênicos, outros resistem a eles. Os consumidores estão cada vez mais sensíveis à segurança alimentar, principalmente depois dos graves problemas sanitários da BSE – a vaca louca – e do recrudescimento da febre aftosa. A demanda por produtos orgânicos cresce e os preços pagos por eles são significativamente mais elevados. Para se beneficiar dessas tendências do comércio mundial e ganhar mercados, se poderia implementar um zoneamento agroecológico, determinando as regiões onde os cultivos biologicamente modificados

seriam implementados. Essas medidas passam por uma ampla discussão e o convencimento da opinião pública sobre o tema.

O fortalecimento do sistema de pesquisa agropecuária deve contar com a parceria da iniciativa privada, pois o progresso nessa área afeta positivamente não só os produtores, mas a todos os segmentos da cadeia produtiva.

7. Questão fundiária

■ ***Qual a sua avaliação sobre o programa de desapropriação de terras, assentamento de famílias no meio rural e reforma agrária do atual governo?***

■ ***Que modificações o senhor planeja realizar no programa e com que propósitos principais?***

■ ***E em relação ao Pronaf?***

— O programa de reforma agrária é excessivamente caro, pois tem um custo médio por família assentada de cerca de US$16 mil, sendo que nas regiões onde o preço da terra é mais elevado chega a mais de US$50 mil por beneficiário. Além do adjetivo de maior programa deveria acrescentar o de pior, pois assegura somente o acesso à terra e de má qualidade. A filosofia do Banco da Terra, ainda que interessante e podendo ser um mecanismo complementar ao processo de desapropiação, tem o inconveniente de os empréstimos terem sido tomados com endividamento externo e de suas condições de pagamento, mesmo depois de várias mudanças, serem incompatíveis com a rentabilidade das atividades agropecuárias, especialmente as da clientela do programa.

A política agrária será conduzida ao mesmo tempo como parte integrante do novo padrão de desenvolvimento e como instrumento de combate ao desemprego, à pobreza e à urbanização desordenada. Os assentamentos serão realizados em terras férteis. As mais de 3 milhões de famílias pobres demandantes de políticas de desenvolvimento rural (acesso à terra e ao emprego) serão priorizadas. Para ter acesso a essas políticas, os pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem-terra serão organizados pelo princípio da adesão voluntária, que ajude a prestigiar, a fortalecer ou, mesmo em algumas regiões, a aprovar a organização das comunidades rurais. A distribuição da terra será normalmente facultada pela expropiação compensada nos termos previstos na Constituição e precedida da complementação necessária das redes de transporte, saúde e educação. Estará ainda sempre estreitamente vinculada à organização do apoio tecnológico, creditício e comercial, que será privado quando possível e público quando necessário. O objetivo social será o de transformar as condições de vida dos trabalhadores sem-terra e dos pequenos lavradores.

O Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), ainda que tenha significado um certo grau de democratização do sistema de crédito, continua com problemas similares aos do sistema tradicional. Entre os agricultores menos favorecidos, são os das regiões mais modernas e os mais bem informados que se beneficiam de grande parte do montante total disponível, reproduzindo o caráter elitizado do sistema tradicional de crédito rural. Parte considerável do montante de crédito não consegue ser repassada aos agricultores. A democratização do acesso ao crédito será intensificada, com o estímulo ao crédito cooperativo, ao aval solidário e às fontes específicas de financiamento ao setor.

8. Questão trabalhista no campo

■ ***Alguns defendem a flexibilização dos direitos trabalhistas no campo. Outros, a extensão dos direitos trabalhistas das cidades aos trabalhadores rurais. Em qual das direções seu governo pretende trabalhar?***

— Não se pode ter diversos tipos de cidadãos, todos devem ter direitos mínimos. Como todos os esforços das reformas propostas são no sentido de desonerar a produção e o emprego, o setor rural também será atendido gerando estímulos ao emprego. Serão implementadas políticas específicas e incentivos para eliminar o trabalho infantil e as condições degradantes de trabalho.

"Entre os agricultores menos favorecidos, são os das regiões mais modernas e os mais bem informados que se beneficiam de grande parte dos recursos do Pronaf, reproduzindo o caráter elitizado do sistema tradicional de crédito rural."

9. Matriz energética

■ ***A recente crise de energia (o apagão) demonstra que a matriz energética brasileira está fragilizada. Como fortalecê-la? Novas hidrelétricas de grande/médio/pequeno portes? Termelétricas? Novas usinas nucleares? Co-geração de energia a partir do aproveitamento do bagaço de cana?***

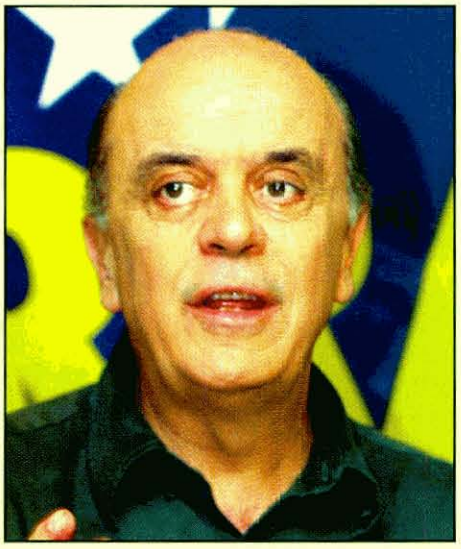
■ ***Há espaço para a ampliação do uso do álcool como combustível menos poluidor?***

— Todos os novos investimentos no sistema de geração e distribuição de energia foram descuidados. Grandes esforços e avanços com combustíveis alternativos foram abandonados ou negligenciados. O uso da biomassa na matriz energética brasileira é marginal e pode ser bastante intensificado. A cana é um dos produtos que podem ser totalmente aproveitados sem deixar nenhum dejeto. Mais que falar em álcool, os especialistas falam em cana, onde o álcool é só uma das possibilidades de gerar energia sem contar as outras fontes: energia solar, eólica, proveniente de óleos vegetais etc.

JOSÉ SERRA

Sem passionalismos

Para ex-ministro José Serra, a regulamentação dos transgênicos não é urgente, mas também não pode ser indefinidamente postergada



1. Comércio externo

■ ***O que fazer frente ao recrudescimento da política protecionista dos países desenvolvidos?***

■ ***É necessário fortalecer o Mercosul?***

■ ***Mercosul, Mercosul ampliado na América Latina, Mercosul-União Européia, Alca. Essas negociações serão priorizadas? Alguma delas merecerá empenho especial de seu governo?***

■ ***Como estimular as exportações do agronegócio? Como agregar valor às nossas exportações?***

—Não podemos ser conformistas nem passivos. Queremos uma ordem internacional justa, baseada nos princípios de autêntico multilateralismo e no respeito à identidade dos Estados. Buscaremos acordos bilaterais com países em desenvolvimento, como a Índia, a China, o México, e apoio político para uma ofensiva na Organização Mundial do Comércio para corrigir injustiças e distorções herdadas de rodadas de negociações anteriores. Temos de cobrar e insistir diretamente junto aos governos dos Estados Unidos, Comunidade Européia e Japão no sentido de que sejam eliminadas as restrições ao ingresso de nossos produtos e condicionar a abertura de nosso mercado a contrapartidas e concessões recíprocas.

Precisamos prosseguir na construção do Mercosul, dando prioridade à conclusão da zona de livre-comércio e flexibilizando a união alfandegária, com o propósito de permitir que os países-membros possam fazer acordos de livre-comércio com terceiros países.

Uma aliança estratégica com a Argentina é fundamental para os dois países, no âmbito da política de fortalecimento do Mercosul. O México é prioridade nas nossas relações dentro da América Latina. A união Mercosul-União Européia está na pauta, condicionada à fixação de uma agenda temática. Quanto à Alca, vamos prosseguir nas negociações, com cautela e guiados pelo interesse nacional. O avanço na abertura do Brasil no plano hemisférico vai depender da oferta de contrapartidas bem palpáveis e da inclusão, na pauta de debates e definições da entidade, dos mecanismos de proteção não-tarifária.

Para sermos mais competitivos externamente é preciso primeiro isentar de impostos os produtos destinados à exportação e estabelecer mecanismos de devolução dos tributos arrecadados ao longo da cadeia produtiva. Segundo, ampliar as linhas de financiamento para custeio e investimento na atividade agropecuária

a juros fixos e também as linhas de crédito de exportação. Implementar como prioridade absoluta um novo programa de seguro da renda rural, com o objetivo de garantir maior estabilidade da renda e do emprego na agricultura, especialmente nas regiões e culturas mais sujeitas a calamidades climáticas. Por último, utilizar novos instrumentos financeiros, como a possibilidade de venda antecipada de parte da produção e a administração de risco, envolvendo contratos futuros e derivativos. Temos que desenvolver a institucionalidade nos mercados brasileiros para que esses instrumentos funcionem para garantir o produtor, em vez de gerarem pressões especulativas.

2. Questão fiscal

É necessário desonerar a produção agropecuária, em especial a cesta básica, e eliminar a cumulatividade de impostos como PIS e Cofins? Como?

Como compensar eventuais perdas de receita aos estados da Federação?

Como corrigir as distorções decorrentes da Lei Kandir?

— A desoneração do PIS já foi objeto de medida provisória editada na última semana de agosto. Procedimento semelhante será adotado com relação à Cofins, a partir da avaliação dos resultados obtidos com o PIS. A isenção de impostos para a cesta básica já é realidade em vários estados, sendo recomendável a padronização da tributação, a fim de unificar o tratamento aos produtores de todos os estados.

Cada estado tem uma realidade. As compensações, se necessárias, devem ser negociadas no âmbito do Confaz.

Sobre a Lei Kandir, é preciso reconhecer que ela teve o mérito de abrir um caminho, uma forma de negociação. Algumas distorções podem existir, mas o governo sempre abriu o debate em torno delas e continuará procedendo assim.

3. Financiamento da produção

A parcela maior do custeio agrícola vem dos recursos próprios dos produtores rurais (60%). As empresas supridoras de insumos agrícolas e as tradings respondem por 12% e o sistema oficial (bancos) por 28%. Essa distribuição parece-lhe adequada?

Os chamados instrumentos privados de financiamento (sistema de crédito rural, CPR, bolsas etc.) devem ser estimulados? Como?

Há algo a fazer para favorecer investimentos em máquinas e equipamentos?

O que fazer para viabilizar um sistema de seguro agrícola viável e eficiente?

— Temos que melhorar as condições de crédito e o faremos com medidas como o fundo de aval, a desobstrução do crédito e a ampliação da parcela do sistema oficial e pela maior utilização dos chamados instrumentos privados de financiamento, que ainda estão aquém das suas potencialidades.

Pela modernização do sistema de comercialização pode-se estimular o uso de instrumentos novos que permitam mais transparência e protejam a formação de renda do produtor. Isso também é possível com melhor divulgação junto aos produtores dos novos instrumentos financeiros, como a possibilidade de venda antecipada de parte da produção e a administração de risco, envolvendo contratos futuros e derivativos.

O orçamento federal tem sido usado para subsidiar os juros pagos pela agropecuária, que têm sido bem mais baixos que os do resto da economia. O BNDES desempenha hoje um papel importante no financiamento a projetos da agropecuária, para onde vão 29% dos seus desembolsos, incluindo os recursos para o Moderfrota, criado pelo ministro Pratini de Moraes. Este programa reverteu o ritmo de envelhecimento da maquinaria agrícola no país, com juros favorecidos. É fundamental expandir as linhas de financiamento a juros fixos.

"O BNDES desempenha hoje um papel importante no financiamento da agropecuária. O Moderfrota, criado pelo ministro Pratini de Moraes, reverteu o ritmo de envelhecimento da maquinaria agrícola no país, com juros favorecidos."

Para que o seguro agrícola seja viável, o governo ficará incumbido de bancar parte do prêmio cobrado dos produtores segurados – como já acontece com o recém-criado seguro-safra, que beneficia agricultores do semi-árido. Tal encargo poderá ser coberto pelo redirecionamento da política de crédito agrícola do governo federal – que envolve gastos anuais para equalizar taxas de juros, garantir o pagamento de preços mínimos, apoiar a comercialização e garantir a armazenagem da safra.

4. Crescimento do agronegócio

Seu governo estimulará a produção em áreas de exploração recente, como algumas do Centro-Oeste, Sul do Maranhão e do Piauí, Oeste da Bahia etc.?

A integração promovida pelo Mercosul inviabilizou diversas atividades econômicas nos estados do Sul. Como tornar mais efetiva a reconversão dessas atividades?

Como viabilizar a atividade econômica rural no Nordeste brasileiro?

E na Amazônia?

— Essas novas áreas atraíram produtores competitivos, que utilizam modernos insumos e tecnologia de ponta e produzem em alta escala com custos baixíssimos. Vamos aumentar sua competitividade, implantando a infra-

estrutura (rodovias, ferrovias e portos aparelhados) para reduzir os custos do transporte, viabilizando o aumento das exportações.

Os processos de integração com o Mercosul envolvem o risco de inviabilização econômica, dentro da busca das vantagens competitivas de cada um dos setores. Mas creio que com crédito, apoio técnico e melhores condições cambiais grande parte das atividades prejudicadas pode recuperar sua viabilidade econômica.

A atividade econômica no Nordeste pode se viabilizar com estímulo à agricultura irrigada, principalmente no semi-árido, com pesquisa e tecnologia para ampliar a produção de alimentos básicos, a cargo da Embrapa, e com estímulo ao Proálcool, visando à agricultura canavieira da região. Através de financiamentos do Banco da Terra e da ampliação e aperfeiçoamento do Pronaf pode-se assegurar o acesso dos agricultores familiares ao crédito, para o que importantes mecanismos serão a criação do fundo de aval e a simplificação das exigências burocráticas e de garantias. Também um seguro agrícola que atenda à pequena propriedade e apóie as entidades da sociedade civil que defendem a organização dos pequenos produtores da região é uma alternativa.

"É preciso implementar um novo programa de seguro da renda rural, com o objetivo de garantir maior estabilidade da renda e do emprego na agricultura, especialmente nas regiões e culturas mais sujeitas a calamidades climáticas."

Na Amazônia devem-se respeitar as características da região e não tentar importar modelos que não se adeqüem àquele ecossistema. A economia rural deve se voltar para a exploração sustentada das florestas, com ênfase na produção de essências de uso medicinal e industrial, na coleta de frutos, na produção controlada de madeiras, na pesca e na criação de peixes e no incentivo a culturas que melhor se adaptam à região, como cacau, arroz, guaraná e banana, entre outras.

5. Meio ambiente e recursos hídricos

■ ***Como adequar a necessidade de crescimento econômico acelerado e o objetivo de preservação ambiental?***

■ ***A legislação relativa aos recursos hídricos é compatível com o objetivo do crescimento sustentável da produção?***

— Os desmatamentos continuarão sendo evitados. As políticas de crédito agrícola serão direcionadas ao aumento da produtividade, recuperação de pastagens e áreas degradadas, visando ao melhor aproveitamento das áreas já em exploração. O compromisso com a preservação ambiental será observado nas licitações feitas pelo poder público. Ao mesmo tempo, serão ampliados os programas de orientação aos agricultores, para garantir o respeito ao binômio produção-preservação.

Não vejo incompatibilidade entre a legislação e o crescimento sustentado da produção. Ao contrário: o uso responsável dos recursos hídricos é fundamental para esse crescimento. É preciso reverter a degradação ambiental que historicamente acompanhou a exploração agropecuária no Brasil. Os agricultores hoje estão mais conscientes da importância da preservação e não se negarão a participar dos comitês de gestão das bacias hidrográficas, cuja implantação e consolidação pretendemos acelerar.

6. Ciência, tecnologia e inovação

■ ***Qual será a orientação de seu governo em relação aos OGMs (organismos geneticamente modificados)?***

■ ***É urgente a regulamentação dos transgênicos? Em que direção?***

■ ***Como neutralizar a biopirataria?***

■ ***As pesquisas promovidas por empresas privadas terão que tipo de tratamento?***

■ ***E a pesquisa das entidades oficiais?***

— Entendo que devemos tomar todas as precauções para dar segurança aos consumidores brasileiros e, de outro lado, controlar a produção, o uso, a importação de organismos geneticamente modificados até que as pesquisas avancem o suficiente para dar maior clareza à questão. Não podemos deixar que o passionalismo que cerca a discussão do assunto prejudique os verdadeiros interesses do país. Concordo com a manutenção do princípio da precaução da Lei nº 8.974/95, que contribuí para implementar enquanto ministro.

A regulamentação dos transgênicos não é urgente, como alegam seus defensores. Mas também não pode ser indefinidamente postergada, como propõem os que os combatem. A questão está sob exame do Congresso Nacional, fórum que considero adequado para decisões sobre a oportunidade e direção da regulamentação desta matéria.

O Brasil deve aproveitar todos os instrumentos, inclusive os avançados recursos de monitoração proporcionados pelo projeto Sivam/Sipam para defender a biodiversidade e combater a espoliação do patrimônio genético para fins comerciais.

É fundamental para o país que se desenvolva uma sólida capacidade de CT&I nas empresas privadas. Para isso várias iniciativas já foram tomadas pelo governo FHC e serão aprofundadas pelo meu governo.

Não há como ter um setor privado forte em CT&I, sem que as instituições públicas tenham qualidade e realizem ações de desobstrução de gargalos, geração de massa crítica e técnicos qualificados. Se até nos EUA esta realidade é facilmente constatável, no Brasil ela é uma

imposição. Nós vamos fortalecer a Embrapa, estimularemos parcerias entre esta empresa e a iniciativa privada e ampliaremos os investimentos em pesquisa agrícola para R$2,5 bilhões anuais, ampliando-os de 1,5% para 2,0% do PIB agrícola.

7. Questão fundiária

■ ***Qual a sua avaliação sobre o programa de desapropriação de terras, assentamento de famílias no meio rural e reforma agrária do atual governo?***

■ ***Que modificações o senhor planeja realizar no programa e com que propósitos principais?***

■ ***E em relação ao Pronaf?***

— Minha avaliação é muito positiva. O presidente Fernando Henrique resgatou a reforma agrária, fez o maior programa brasileiro nessa área. Em oito anos, distribuiu 18 milhões de hectares, assentou mais de 500 mil famílias, fortaleceu a agricultura familiar.

Vamos consolidar o que já foi feito, dando vida digna e melhores condições de produzir aos assentados. Vamos prosseguir nos assentamentos, com desapropriações de interesse social e em terras improdutivas. Somente em casos excepcionais, para atender a necessidades emergenciais, vamos adquirir terras pela compra de áreas produtivas.

Metade dos recursos disponibilizados no Pronaf em 2001 não foram utilizados. É fundamental desburocratizar o processo de contratação das operações de crédito, criar um fundo de aval para facilitar as garantias e dar assistência técnica aos produtores, para que obtenham resultados melhores com a aplicação dos recursos.

8. Questão trabalhista no campo

■ ***Alguns defendem a flexibilização dos direitos trabalhistas no campo. Outros, a extensão dos direitos trabalhistas das cidades aos trabalhadores rurais. Em qual das direções seu governo pretende trabalhar?***

— Antes de mais nada, é preciso levar os direitos aos cidadãos. Depois disso, poderemos estudar as formas de flexibilização que contemplem as especificidades do trabalho em cada cultura.

9. Matriz energética

■ ***A recente crise de energia (o apagão) demonstra que a matriz energética brasileira está fragilizada. Como fortalecê-la? Novas hidrelétricas de grande/médio/pequeno portes? Termelétricas? Novas usinas nucleares? Co-geração de energia a partir do aproveitamento do bagaço de cana?***

■ ***Há espaço para a ampliação do uso do álcool como combustível menos poluidor?***

— A diversificação é a solução, dentro de um sistema integrado que possa compartilhar a energia gerada entre as várias regiões, administrando os problemas setoriais. Construiremos hidrelétricas de diversos tamanhos e aproveitaremos a termelétrica, o gás e a biomassa.

Lógico que haverá espaço para a ampliação do uso do álcool. Será uma das nossas prioridades, de forma a garantir empregos e uma situação ambiental mais favorável nos grandes centros urbanos. Além disso, a produção de álcool gera empregos internos e reduz a importação de petróleo.

Ativos do CONHECIMENTO

Para passar da dimensão da eficiência operacional para o posicionamento estratégico é indispensável romper paradigmas e modelos mentais

MAURO DE REZENDE LOPES

Um produtor de suínos fez a seguinte observação: "Fiz investimentos em genética, nutrição animal, sanidade dos meus rebanhos, mão-de-obra qualificada, controle de qualidade, instalações e cheguei ao máximo da produtividade e da eficiência operacional. O problema é que não 'ponho preço' no meu produto e não tenho ganhado dinheiro. Há épocas em que a margem da rentabilidade da minha granja é positiva e épocas em que é negativa. Estou pensando em desenvolver um suíno que leve o meu nome e a minha qualidade – uma marca –, buscar um parceiro comercial e eventualmente outros parceiros para arrendar uma planta, avaliar uma possibilidade de integração com distribuição de suínos e vender em um nicho de mercado".

Sem que saiba o alcance do que está pensando, este suinocultor está com uma idéia intuitiva de como implementar uma fonte nova e revolucionária de crescimento do seu negócio e da agricultura brasileira. O que está em sua cabeça pode ser visto de forma esquemática no gráfico.

No eixo horizontal estão as medidas de eficiência operacional e produtiva e no vertical as medidas de um possível posicionamento estratégico que vão desde o produto com o seu nome até o posicionamento mercadológico estratégico, que ele chamou de "vender em um nicho de mercado". A questão é: por que ele só pensou em questões de posicionamento estratégico depois que chegou ao máximo de eficiência operacional? O exemplo mostra que descobriu que é preciso ter um equilíbrio entre os investimentos (seu tempo e dinheiro), em eficácia operacional e em posicionamento estratégico no mercado.

O que a idéia sugere é que a cada avanço na eficiência operacional deveria corresponder um investimento em posicionamento estratégico até a fronteira da competitividade; ou seja, alternando-se investimentos em eficácia, produtividade e eficiência com investimentos em conhecimento estratégico.

Caminhar na direção da eficiência produtiva e produtividade é "meio que andar de lado", imagina. Na sua idéia indica que é necessário andar em outra direção: para cima, tentando resolver os problemas da porteira da fazenda para fora. Até porque, segundo ele, "os problemas, que todos nós conhecemos estão da porteira da fazenda para fora. Temos que enfrentar os que resultam na desvalorização do fruto do nosso trabalho, senão eles nos destroem", pensa consigo mesmo.

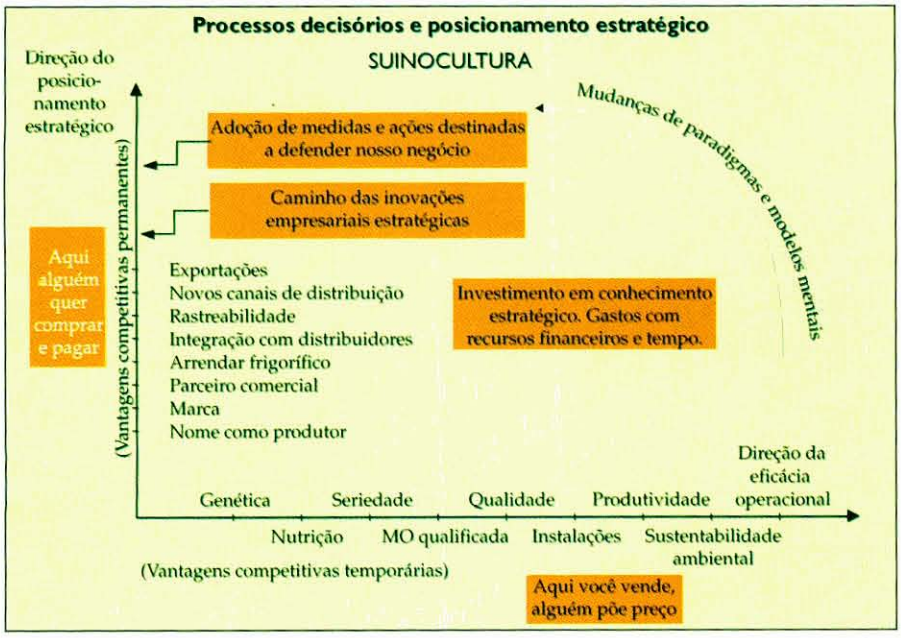
A palavra estratégico significa nesse caso adotar ações e medidas destinadas a defender o nosso próprio negócio. O negócio do produtor era produzir suínos. Mas o mercado não paga muito bem a quem os produz, pois todo mundo os produz com genética, nutrição, sanidade e qualidade, inclusive com instalações etc. Esses investimentos são estratégicos até o ponto em que todos adotam essas práticas. Quando isso acontece, deixa de ser uma fonte permanente de vantagem competitiva e passa a ser um fator normal no mercado.

Deixando por conta dos produtores, novas tecnologias gerarão mais produção, o que faz os preços baixarem, impõe novas necessidades de tecnologia, aumenta ainda mais a produção, baixa ainda mais os preços e assim sucessivamente. Cada vez mais, eles irão estudar reprodução para atingir os índices reprodutivos mais altos nos plantéis das fêmeas; irão estudar sanidade com aprofundamento em epidemiologia e diagnóstico de inúmeras doenças suínas; estudarão nutrição de leitões nas fases de crescimento e terminação; das matrizes em gestação e lactação e assim por diante. Na nova diretriz de caminhar para o mercado de exportações, só para citar alguns exemplos, as novas áreas de conhecimento seriam talvez doenças de impacto no mercado exportador, exigências internacionais de qualidade de carne suína, normas e barreiras sanitárias nos países importadores etc.

COMO INVESTIR EM CONHECIMENTO ESTRATÉGICO

No mercado, as melhores notícias provêm de investimentos na área de posicionamento estratégico. Mas a questão é: como investir em conhecimento estratégico? O produtor pode estar predisposto a investir na dimensão vertical, mas dessa predisposição até colocar seus recursos de tempo e dinheiro vai um abismo.

Na intuição do produtor, o mercado não compra suínos. Compra-os, sim, com reputação do produtor, marca,



parcerias; participação em plantas de frigoríficos, novas formas de integração vertical; explorando nichos de mercado, sobretudo suínos rastreados (muito embora sejam esses hoje um fator de vantagem competitiva, talvez o deixem de ser no futuro, se todos os produtores tiverem adotado a prática da produção desse tipo de suínos).

A questão crítica mais importante é o que a seta em forma de curva mostra: como passar da dimensão da eficiência e da produtividade para a dimensão do posicionamento estratégico? Algo que exige investimento em conhecimento estratégico. Mas uma coisa é mais importante do que essa: nada mais nada menos do que a mudança de modelos mentais e paradigmas.

Há um risco envolvido. Levar a "cabeça de agricultor", seus modelos e seus paradigmas, para atuar na área de posicionamento estratégico no mercado pode não dar certo. O produtor dificilmente vai se dispor a investir em marca, avaliação de oportunidades de mercado, isto é, em ativos intangíveis e correr riscos naturais de mercado. Simplesmente porque está acostumado a ver seus investimentos florescerem a partir de coisas muito concretas, como instalações, rebanho suíno de primeira qualidade, sanidade dos animais etc. É muito difícil para ele valorizar conhecimento estratégico, porque está sempre olhando para os ativos fixos, não ativos ligados ao conhecimento.

O conhecimento estratégico faz toda a diferença, mas tem um custo, idêntico àquele gasto em absorver tecnologia. Se o produtor tiver a mesma predisposição para aprender posicionamento estratégico que tem para aprender tecnologia, ele será bem-sucedido.

Em suma, na dimensão horizontal estão as vantagens competitivas temporárias. Só na dimensão vertical estão as vantagens competitivas mais permanentes, que exigem essencialmente inovação e criatividade. Muito embora, diga-se de passagem, estas sejam simplesmente as maiores vantagens e o maior capital do brasileiro. Na dimensão horizontal você vende, não ganha dinheiro, porque não "põe preço". Na dimensão vertical alguém quer comprar e pagar por um produto diferenciado.

Vamos enfatizar esse ponto: para passar da dimensão da eficiência operacional para o posicionamento estratégico, como mostra a seta em forma de curva do gráfico, é indispensável haver o rompimento de paradigmas e modelos mentais. O conhecimento estratégico faz toda a diferença, mas ele tem um custo, idêntico àquele gasto em absorver tecnologia. Se o produtor tiver a mesma predisposição para aprender posicionamento estratégico que tem para aprender tecnologia, ele será bem-sucedido.

Vamos supor que esse produtor de suínos se disponha a entrar nesse novo mundo de estratégias comerciais e entende que seu negócio não é suíno e sim vender suíno com marca dentro de parcerias, participando de um frigorífico, avaliando integrações horizontais, com posicionamento estratégico no mercado. O produtor não estava falando na integração vertical como nós conhecemos. Falamos em uma integração horizontal que reparta melhor os frutos do negócio, dentro da diretriz de cooperar para competir.

Bem, a próxima pergunta é o que ele tem a fazer. Ele deveria desenvolver um modelo de negócios, algo diferente de gerir uma granja de suínos. Deveria desenvolver um modelo de investimentos para atrair sócios e parceiros comerciais. Em seguida, montar um plano de negócios e um documento de venda. Finalmente, deveria montar com seus empregados um compromisso de gestão e um acordo de governança com seus parceiros para preservar os direitos de todos os participantes. Mais tarde consagraria um arranjo societário para selar direitos e deveres recíprocos. Estas são as ferramentas empresariais modernas, que têm grande poder de alavancar negócios e que o produtor deveria dominar a ciência de usá-las.

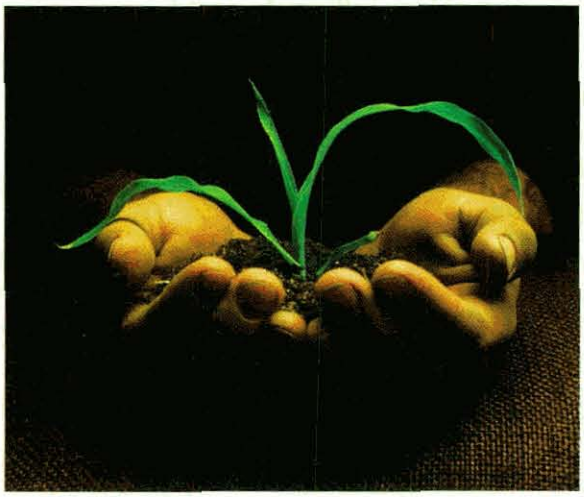
Conciliando inovação mercadológica com criatividade, no uso e na formulação dessas ferramentas empresariais modernas, nós teremos um empresário à altura dos desafios da globalização, pois globalização nada mais é do que inovação mercadológica e talento criativo no uso de modelos de associação de negócios e capitais. Nessa hora o produtor deverá desenvolver muito mais relações empresariais do que relações com o governo. Deverá enfrentar os desafios de uma sociedade e não ficar apelando para o governo, dentro do esquema de "lero-lero, quero-quero", que acaba sempre em "novesfora zero", como dizia o poema de Manuel Bandeira.

mrlopes@fgv.br

Quando o passado é FUTURO

Uma agricultura de raiz filosófica que integra recursos naturais e socioeconômicos às peculiaridades de cada cultura

JOSÉ GERALDO PACHECO ORMOND
SERGIO ROBERTO LIMA DE PAULA
PAULO FAVERET FILHO
LUCIANA THIBAU M. DA ROCHA



Convencional, transgênica, natural, orgânica, biodinâmica, sustentável, ecológica, biológica, alternativa, integrada – uma miríade de nomes pretende definir os tipos de agricultura praticados no planeta.

Na tentativa de defender o nicho de mercado no qual pretende se localizar, cada grupo procura caracterizar a sua produção com um conjunto de conceitos próprios, que incluem desde filosofia (às vezes até preceitos religiosos ou esotéricos) até a definição do tipo de insumo utilizado. Na realidade, quase sempre se trata de um esforço de diferenciação de processos de produção e de produtos com o objetivo de aumentar a parcela de mercado.

Da utilização de um pacote industrial que inclui sementes geneticamente modificadas ao uso de um pacote tecnológico composto de húmus de minhoca e conhecimento humano, pode-se traçar um gradiente de tipos de agricultura.

Nessa graduação, no ponto onde os insumos provenientes de recursos minerais não-renováveis são dispensados, encontra-se a agricultura orgânica que este estudo pretende abordar. É um processo que procura nos primórdios da agricultura a tecnologia de produção sustentável econômica e ambientalmente exigida pela sociedade do futuro.

Agricultura orgânica é um conjunto de processos de produção agrícola que parte do pressuposto básico de que a fertilidade é função direta da matéria

orgânica contida no solo. A ação de microorganismos presentes nos compostos biodegradáveis existentes ou colocados no solo possibilita o suprimento de elementos minerais e químicos necessários ao desenvolvimento dos vegetais cultivados. Complementarmente, a existência de uma abundante fauna microbiana diminui os desequilíbrios resultantes da intervenção humana na natureza. Alimentação adequada e ambiente saudável resultam em plantas mais vigorosas e mais resistentes a pragas e doenças.

A Instrução Normativa 007/99, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em seu item 1.1, considera "sistema orgânico de produção agropecuária e industrial todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso dos recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto-sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não-renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados (OGMs)/transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação...".

Todo produto obtido em sistema orgânico de produção agropecuária ou industrial, seja *in natura* ou processado, é considerado orgânico. O conceito abrange os processos atualmente conhecidos como "ecológico, biodinâmico, natural, sustentável, regenerativo, biológico, agroecológico e permacultura". Produtor orgânico, segundo a Instrução, pode ser tanto o produtor de matérias-primas como seus processadores.

Conversão é o nome dado à mudança de processo de manejo do solo e de animais e se inicia pela suspensão total do uso de insumos sintéticos e sua substituição por insumos naturais e biodegradáveis renováveis pelo período necessário à *desintoxicação* da área. Enquanto a terra e os animais apresentarem vestígios de agroquímicos ou fertilizantes sintéticos, sua produção não poderá ser considerada orgânica.

Os autores usam as expressões agricultura orgânica e produtos orgânicos para se referirem, simplificadamente, ao processo e aos produtos obtidos de áreas manejadas segundo os princípios mencionados.

Mercado mundial

Embora tenham assumido um papel importante na mídia internacional, sobretudo por tratar-se de uma antítese dos alimentos geneticamente modificados, os produtos originados de produção orgânica ainda representam uma parte muito pequena do mercado de alimentos. As informações sobre sua participação no mercado mundial são difusas e muitas vezes imprecisas.

> Os atraentes preços pagos aos produtores pelos orgânicos poderiam compensar uso mais intenso de mão-de-obra, produtividade provavelmente menor no início da produção e custos de certificação.

O Centro Internacional de Comércio (ITC) estima que esse mercado movimentou em 1997 valores próximos a US$10 bilhões, fazendo-se a partir daí previsões de US$13 bilhões para 1998. Um trabalho organizado pela Ifoam prevê, com base nos números do ITC, um movimento de US$20 bilhões em 2000. Dando continuidade à previsão, com base em crescimento médio de 22,5% a.a., o ITC acredita que o mercado atinja US$24 bilhões em 2001. Já a instituição inglesa Organic Monitor aposta que esse valor chegue a US$26 bilhões, em virtude da preocupação que tem motivado nos consumidores a divulgação de contaminações alimentares, crise da vaca louca, febre aftosa e das conseqüências do consumo de alimentos geneticamente modificados.

Segundo os dados compilados pelo ITC, referentes a 1997, a Europa é o maior mercado consumidor mundial, com movimento anual de US$6,2 bilhões, seguida pelos Estados Unidos (US$4,2 bilhões) e pelo Japão (US$1,2 bilhão).

De acordo com a Agra Europe, empresa inglesa especializada em informações para a indústria alimentícia, o consumo de alimentos orgânicos tem crescido nos últimos 10 anos a taxas próximas de 25% ao ano na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, estimando-se que alcance 15% do consumo total de alimentos em 2005.

Devido à dificuldade de analisar a produção de orgânicos, dada a heterogeneidade de subsetores agropecuários envolvidos, optou-se por analisar o desenvolvimento do processo nos países selecionados sob três dimensões: área total cultivada, número de produtores e tamanho médio das propriedades.

A tabela 1 apresenta os números referentes a áreas de manejo orgânico e a produtores nos países onde esse tipo de atividade adquiriu importância.

A difusão do processo de produção nos países não guarda, necessariamente, relação com o tamanho de área ocupada ou o tipo de produção, mas com a correlação entre o percentual de área e de produtores orgânicos em relação ao total.

Desse ponto de vista, pode-se dizer que na Suíça, na Áustria e na Dinamarca o processo é mais difundido, uma vez que nesses países se observam altas correlações entre área e número de proprietários.

Os dados concretos sobre o comércio internacional de produtos orgânicos são escassos e pouco consistentes, porém a direção do comércio é bastante clara, destacando-se as trocas inter-regionais. Estados Unidos, Alemanha, Japão e Reino Unido são pólos de importação, destacando-se a Alemanha, que, embora produza 80% de seu consumo interno, é um grande importador e vem se tornando o entreposto dos produtos orgânicos na Europa.

Como fornecedores inter-regionais importantes na União Européia destacam-se a Espanha, que exporta 75% de sua produção; a Itália e a Dinamarca, que

1. Agricultura orgânica no mundo: países selecionados

	Manejo orgânico certif. e em conversão (mil ha)	Área total destinada à agric. (mil ha)	Área de cultura orgânica/ área total agrícola (%)	Nº propriedades rurais produtoras de orgânicos	Nº total de propriedades rurais	Nº propr. manejo orgânico/ nº total de propriedades (%)	Área média	
							Orgânicos	Total
Alemanha	452	17.160	2,63	10.400	534.000	1,95	43,5	32,1
Áustria	290	3.415	8,49	18.360	270.000	6,80	15,8	12,6
Bélgica	20	1.383	1,45	628	67.000	0,94	31,8	20,6
Dinamarca	165	2.689	6,14	3.466	63.000	5,50	47,6	42,7
Espanha	380	25.630	1,48	13.424	1.208.000	1,11	28,3	21,2
França	370	28.331	1,31	9.260	680.000	1,36	40,0	41,7
Grécia	25	3.499	0,71	5.270	821.000	0,64	4,7	4,3
Holanda	28	2.000	1,40	1.391	94.000	1,48	20,1	21,3
Irlanda	32	4.342	0,74	1.014	148.000	0,69	31,6	29,3
Itália	959	14.833	6,47	49.018	2.135.000	2,30	19,6	6,9
Portugal	50	3.822	1,31	763	417.000	0,18	65,5	9,2
Suécia	172	2.747	6,26	3.329	90.000	3,70	51,7	30,5
Suíça	95	1.071	8,87	5.852	74.000	7,91	16,2	14,5
Reino Unido	425	18.500	2,30	2.975	233.000	1,28	142,9	79,4
Europa	3.463	129.422	2,68	125.150	6.834.000	1,83	27,7	18,9
Canadá	1.000	74.627	1,34	1.830	262.000	0,70	546,4	284,8
Estados Unidos	900	450.000	0,20	5.000	2.191.000	0,23	180,0	205,4
México	85	108.300	0,08	28.000	4.400.000	0,64	3,0	24,6
Nafta	1.985	632.927	0,08	34.830	6.853.000	0,64	57,0	92,4
Argentina	3.000	169.492	1,77	1.400	1.320.000	0,11	2.142,9	128,4
Brasil	270	353.611	0,08	7.063	4.860.000	0,15	38,2	72,8
Mercosul	3.270	523.103	0,63	8.463	6.180.000	0,14	386,4	84,6
Austrália	7.654	472.000	1,62	1.687	118.357	1,40	4.537,0	3.987,9

Fontes: sites: www.organic.aber.ac/uk/eurodata; www.organic-europe.net/statistics; www.statcanca
Elaboração: BNDES.

exportam 67%, além de Áustria e Portugal. No Nafta, o Canadá exporta 80% de sua produção, a maior parte para os Estados Unidos, e o México tem nesse país seu maior comprador.

Por fora das relações inter-regionais, o Japão complementa o abastecimento de seu mercado com produtos argentinos e australianos, além dos provenientes dos Estados Unidos e da União Européia. México e Argentina também fornecem produtos orgânicos para a União Européia.

Mercado local

A produção orgânica no Brasil, estimada pelo ITC e pelo Instituto Biodinâmico (IBD) em 1998, foi de US$90 milhões e de US$150 milhões, dos quais US$20 milhões no mercado interno em 1999. Os dados compilados neste trabalho permitem uma estimativa de valor de mercado da produção brasileira de orgânicos na faixa de US$220 milhões a US$300 milhões, dependendo da performance de produtividade de frutas e palmito e da margem aplicada pelos distribuidores. Uma pesquisa realizada entre as principais certificadoras que atuam no Brasil e algumas empresas produtoras e/ou comercializadoras de produtos orgânicos, durante o ano de 2001, fornece a base para a primeira aproximação sistematizada desses números.

Existem 7.063 produtores certificados ou em processo de certificação, 6.936 ocupando-se da produção agropecuária e 127 do processamento. Nota-se que pode haver dupla contagem, uma vez que alguns produtores, especialmente médios e grandes, utilizam mais de um selo, de acordo com o mercado que desejam abastecer.

A área ocupada é de 269.718ha, 116.982 dos quais utilizados para pastagem de gado de corte e leite manejado segundo normas da agricultura orgânica, e os restantes 152.736ha destinados ao cultivo dos mais diversos produtos agrícolas, de commodities a especiarias, incluindo produtos típicos de atividade extrativista.

A quantidade de processadores ainda é relativamente pequena. O país, nesse segmento, parece manter sua tendência à produção primária, posto que a relação entre produtores e processadores é de 1,8 para cada 100, enquanto na França é de 7%, na Suécia 13%, no Reino Unido 21% e na Holanda, 36%.

Algumas informações coletadas na extensão rural do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, durante o pro-

2. Brasil: diferencial de preços entre produtos orgânicos e convencionais

Percentual	Nº de produtos
Até 50	11
50-100	17
100-200	16
Acima de 200	16

Fonte: BNDES.

cesso de levantamento, evidenciam que a área e o número de produtores que se dedicam no Brasil à produção orgânica é bem maior que o apurado.

Os custos da certificação são os maiores responsáveis por essa situação. A certificação alternativa, dada por associações de produtores ou organizações que reúnem produtores e consumidores, tem sido utilizada para minimizar esses custos – opção que, deve-se enfatizar, só se presta a mercados locais; porém para o mercado externo a necessidade de certificação exclui esses produtores.

Preços atraentes

Os preços pagos aos produtores pelos produtos orgânicos têm sido bastante atraentes, o que poderia compensar o uso mais intenso de mão-de-obra, uma produtividade provavelmente menor no início da produção e os custos de certificação, fatores muitas vezes mencionados pelos produtores. Já a menor produtividade das lavouras não tem se mostrado uma verdade absoluta, pois foram registrados casos de manutenção ou mesmo aumento do rendimento físico da lavoura desde o início da utilização do manejo orgânico.

A tabela 2 apresenta os diferenciais de preço entre os produtos convencionais e orgânicos encontrados pelos autores em alguns supermercados e lojas de produtos naturais no Rio de Janeiro e em São Paulo, em setembro de 2000, assim como o respectivo número de produtos que os apresentaram. Mais da metade dos produtos pesquisados apresentou diferencial de preço acima de 100%. O fato de os produtos orgânicos serem embalados, enquanto a maioria dos produtos convencionais é comercializada a granel, poderia justificar um preço maior dos orgânicos, mas não uma diferença tão significativa entre eles e os convencionais.

Como os produtores recebem prêmios sobre os preços de produtos convencionais que oscilam em torno de 30%, pode-se sugerir que os distribuidores praticam margens mais elevadas nos orgânicos do que nos convencionais. Isso pode refletir tanto o poder de mercado dos distribuidores quanto um giro mais lento dos produtos orgânicos nas gôndolas, exigindo elevação de margens para manter a lucratividade por metro quadrado. Nos países europeus, onde esse mercado está mais desenvolvido que no Brasil, os diferenciais de preços são bastante inferiores.

Seja qual for a explicação, gera-se um certo círculo vicioso: o consumidor aponta o preço dos produtos e a falta de informação como os maiores entraves ao crescimento do mercado no Brasil; o produtor reclama que o preço praticado na comercialização está gerando a elitização do consumo e a conseqüente exclusão dos consumidores de menor poder aquisitivo; e os comerciantes apontam a escassez de fornecimento como fator principal da estipulação de margens tão altas.

A entrada dos grandes comerciantes no segmento de orgânicos demonstra que existe uma demanda significativa e que a produção deve responder com escala e logística eficientes.

Embora a produção tenha crescido vigorosamente, o mercado foi mais veloz, fazendo com que a atividade saísse de um nicho artesanal e quase ideológico e entrasse no mercado de produtos alimentícios, dominado por grandes redes, que demandam quantidades expressivas de produtos. A entrada dos grandes comerciantes no segmento de orgânicos demonstra que existe uma demanda significativa e que a produção deve responder com escala e logística eficientes. A falta de mercadoria, por conta de produção insuficiente ou logística deficiente, permite aos distribuidores regularem a demanda via preço. É a velha lei econômica da oferta e da procura.

Certificação de produtos

O produto orgânico não apresenta diferenças aparentes relativamente ao produto convencional em forma, cor ou sabor. Assim, o que leva um consumidor a preferi-lo é a informação sobre suas vantagens nutricionais, a ausência de toxicidade e a confiança de que foi produzido conforme os preceitos que preservam esses fatores. É, portanto, um bem que tem na confiança seu principal valor.

Na negociação direta entre consumidor e produtor (mesmo que através de cooperativas), o produtor garante a seu cliente que a mercadoria foi obtida por processos de manejo orgânico e o cliente aceita a garantia por confiar na fonte de informação, influenciado pela proximidade ou pelo ambiente negocial (cooperativas).

Os novos canais de distribuição e comercialização possibilitaram aos orgânicos maior número de consumidores, tornando a demanda mais regular – porém, em conseqüência, mais raro o contato entre produtores e consumidores, o que torna necessário um terceiro elemento que assegure ao distribuidor e ao consumidor a veracidade das informações sobre o processo de produção, de forma a restabelecer a confiança no bem adquirido. Isso se dá pela emissão de um certificado, por empresa habilitada, atestando a adequação dos procedimentos do produtor, e pela aposição de um selo de garantia na embalagem do produto.

Durante a conversão, não é necessário que a área seja mantida inativa, porém a produção nesse período tende a ter queda expressiva e até perda total, pela suspensão do uso de fertilizantes químicos e defensivos, o que afeta diretamente a renda do produtor.

Mesmo que após esse período, com o solo já dispondo de quantidades adequadas de nutrientes, alguns produtores tenham verificado aumento de produ-

tividade e maior resistência das plantas a pragas e doenças, a conversão é um investimento não monetário que tem reflexos financeiros no empreendimento. Esse investimento, que não encontra amparo em nenhuma linha de crédito disponível para o setor, é uma importante barreira à entrada de produtores na atividade.

Segundo a maioria dos produtores e instituições, o fator que mais influencia na formação do custo é o valor pago pela certificação, que constitui mais uma importante barreira à entrada de produtores na cadeia produtiva. O custo do processo de certificação varia de acordo com os critérios de análise adotados pela certificadora, levando-se em consideração taxa de filiação; tamanho da área a ser certificada; despesas com inspeção (transporte, alimentação e hospedagem); elaboração de relatórios; análise laboratorial do solo e da água; visitas de inspeção e acompanhamento e emissão do certificado. A cobrança pela certificação é comum em outros países e seu custo tampouco é desprezível.

O financiamento para a produção sob manejo orgânico encontra dificuldade de se adaptar ao modelo de crédito agrícola brasileiro, baseado no financiamento da compra de insumos e despesas de custeio típicas do pacote tecnológico dos anos 70. A dispensa da compra de insumos já tradicionais no mercado, a diminuição da movimentação do solo (uso de maquinário) e a intensificação do uso de mão-de-obra tornam o perfil de gasto significativamente diferente daquele a que estão acostumados os agentes financeiros, dificultando a análise e aprovação do crédito.

Soluções locais

Nada mais local do que a agricultura orgânica. O sistema de manejo orgânico é um processo que apresenta particularidades a cada propriedade onde é executado. As peculiaridades de solo, fauna, flora, ventos, posição em relação ao sol, recursos hídricos exercem influência sobre o sistema. Por isso é importante o conhecimento profundo sobre a propriedade, de forma a encontrar soluções locais para cada tipo de cultivo, criação ou problema encontrado no exercício da atividade.

A retomada de formas de cultivo da terra e algumas antigas práticas rurais, ao contrário do que possa parecer, não são um retorno ao passado, mas uma visão de futuro que visa recuperar o domínio do conhecimento e da observação sobre o processo produtivo agropecuário. É a apropriação de uma avançada tecnologia que possibilita a produção de alimentos e outros produtos vegetais e animais, estabelecendo um convívio amigável entre o homem e o meio ambiente, com a mínima intervenção possível.

Em ambientes cuja cultura seja mais estável – caso de culturas perenes e da pecuária –, em que a intervenção humana é menos freqüente, o sistema convive bem com propriedades médias ou grandes. Nas situações em que a dinâmica da produção é mais intensa – caso das culturas anuais –, a pequena propriedade é mais adequada para a produção orgânica, uma vez que o pequeno agricultor, devido à menor extensão das terras e ao maior contato físico com sua propriedade, tem facilidade em acompanhar a produção e controlar as variáveis ambientais.

Ao mesmo tempo em que obriga as certificadoras a manter um complexo sistema de investigação e controle, a legislação não permite que elas tenham fins lucrativos.

Se por um lado a adequação do sistema à pequena propriedade é um fator importante como opção de sustentabilidade da agricultura familiar, o custo da conversão e da certificação é um obstáculo à entrada de agricultores não capitalizados, uma vez que ainda não existem no modelo atual de crédito rural instrumentos creditícios adequados à atividade nem solução para o período de conversão.

Há uma evidente contradição na legislação, já que, ao mesmo tempo em que obriga as certificadoras a manter um complexo sistema de investigação e controle, não permite que elas tenham fins lucrativos. Ademais, não está previsto um sistema público de certificação.

Contradição também existe entre os difusores da agricultura orgânica, que, ao mesmo tempo em que tentam expandir o mercado, via convencimento dos consumidores, criaram uma miríade de nomes para denominar as nuances de uma técnica ou outra, gerando um conflito de imagens de difícil compreensão para o público em geral, que não tem acesso às informações que as diferenciam.

Informação, por sinal, é um problema em todo o sistema. Não existem informações estatísticas públicas ou privadas do universo da produção (o IBGE não pesquisa o processo de produção); os institutos de pesquisa de consumo ainda não apuraram o mercado; a difusão tecnológica ainda é pobre em termos de abrangência e a assistência técnica ainda é deficiente.

A entrada de produtores nessa cadeia é atualmente incentivada pelo diferencial dos preços, vantagem proveniente da superação da demanda sobre a oferta e que tende a ser minimizada à medida que a produção aumente.

Trata-se de dividir melhor as vantagens que o sistema pode proporcionar a produtores e consumidores. Mesmo que os preços não sejam tão atraentes para o produtor, a menor dependência de insumos externos à propriedade, a redução dos custos de produção e o menor desgaste do solo continuam sendo vantagens para o produtor. De outro lado, o fornecimento de alimentos com menor índice de toxicidade e a manutenção do equilíbrio ambiental são benefícios a serem capturados pelos consumidores e pela sociedade em geral.

A construção de um pacote tecnológico que alie sustentabilidade econômica e ambiental é um desafio que a agricultura orgânica pode contribuir decisivamente para vencer.

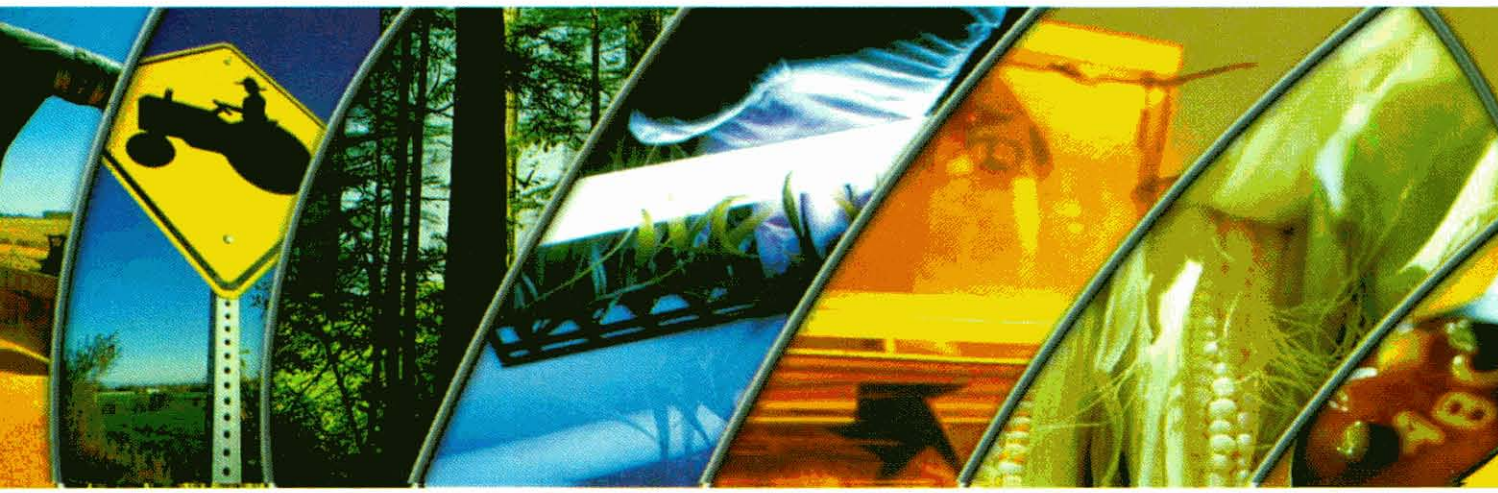
José Geraldo Pacheco Ormond, Sergio Roberto Lima de Paula, Paulo Faveret Filho e Luciana Thibau M. da Rocha
são, respectivamente, técnico, assistente técnico, gerente e estagiária da Gerência Setorial de Estudos da Agroindústria do BNDES.

Um lançamento FGV/ABAG

AGENDA PARA A

Competitividade

DO AGRIBUSINESS BRASILEIRO



UM BANCO DE DADOS EM FORMA DE LIVRO



Para mais informações, reservas e consultas:

288 páginas ricamente ilustradas, com informações sobre as principais cadeias do agronegócio, preparadas pelo corpo técnico de Agroanalysis. Um trabalho com a qualidade editorial e a credibilidade da FGV e ABAG.

FORMULA PROMOÇÕES E EVENTOS

Rua Fulvio Morganti, 64 – Mandaqui – São Paulo – Capital – Cep: 02417-170

Tel./Fax: (11) 6232-2114 E-mail: formula@netpoint.com.br A/c: Rosa Broglieto

O preço da EFICIÊNCIA

Parece pouco provável que no longo prazo a agricultura venha a ocupar um número considerável de pessoas no Brasil

ELISIO CONTINI

A geração de empregos tem declinado sensivelmente. O aumento da população e a modernização dos setores produtivos, incluído o de serviços, criaram um descompasso entre oferta e demanda de mão-de-obra. O resultado foi o aumento do desemprego e do subemprego. Uma das propostas mais polêmicas para a solução do problema refere-se à criação de novos empregos na agricultura, supondo o deslocamento de desempregados das cidades para trabalhar no campo.

A tese de que é possível gerar um número considerável de empregos na agricultura é defendida por entidades ligadas a pequenos produtores, técnicos, professores e políticos em seus programas de governo. Citam-se exemplos como a China e a própria Europa, onde a agricultura familiar ou de pequenos produtores mostrou-se viável. Não cabe avaliar a intenção das propostas, mas sua consistência técnica e como alternativa de longo prazo. Será possível efetivamente gerar uma quantidade significativa de empregos na agricultura?

A análise do comportamento do emprego na agricultura em diferentes estágios da história ou do desenvolvimento de outros países mostra que, em algumas fases do estágio inicial do processo de desenvolvimento, muita gente é absorvida pelo trabalho no campo; mas esse número diminui à medida que o desenvolvimento avança. Se num período longo os países desenvolvidos tiveram perdas no emprego rural, será pouco provável que o Brasil venha a empregar mais gente no campo durante seu próprio desenvolvimento.

O número de pessoas ocupadas na agricultura e em relação ao total e à área cultivada, por país ou grupo de países, entre 1950 e 2000, em décadas[1], e os dados projetados para 2010 estão na tabela 1.

Selecionaram-se os seguintes países:

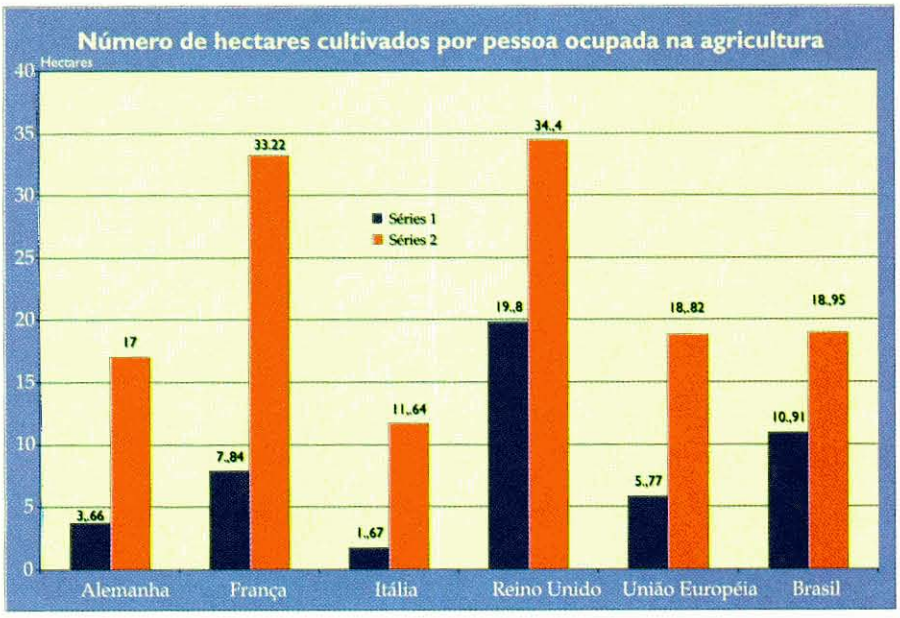
- o Brasil, por ser objeto constante de discussão e por nosso interesse de compará-lo com a evolução de outros países;
- países desenvolvidos da Europa (Alemanha, França, Itália, Reino Unido) e a soma dos 15 países da União Européia, além do Japão;
- os Estados Unidos, a Austrália e a Argentina, por sua importância na produção agrícola;

1. Mundo: pessoas ocupadas na agricultura

Em milhões de pessoas – 1950-2010

								2000/1950
Países/ano	**1950**	**1960**	**1970**	**1980**	**1990**	**2000**	**2010**	%
Alemanha	7,5	5,3	3,1	2,6	1,6	1,0	0,6	-86,67
Argentina	1,8	1,7	1,5	1,4	1,5	1,5	1,4	-16,67
Austrália	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4	-20,00
Brasil	11,6	13,8	16,1	17,5	15,3	13,2	10,5	13,79
China	280,1	288	335,6	407,2	493,1	510,8	504,2	82,36
EUA	8,3	5,0	3,8	3,9	3,6	3,0	2,5	-63,86
França	6,0	4,4	2,9	2,0	1,4	0,9	0,6	-85,00
Índia	135,2	151,5	176,2	208,8	229,6	263,6	293,9	94,97
Itália	9,0	6,4	4,0	2,8	2,1	1,4	0,8	-84,44
Japão	17,9	14,8	10,5	6,3	4,7	2,8	1,5	-84,36
Polônia	7,9	6,9	6,7	5,5	5,1	4,3	3,5	-45,57
Reino Unido	1,3	1,0	0,7	0,7	0,6	0,5	0,5	-61,54
UE 15	37,6	28,5	19,2	14,8	10,9	7,6	5,0	-79,79

Fonte: Faostat - www.fao.org



2. Mundo: pessoas ocupadas no setor agrícola/total

Em %

Países/ano	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Alemanha	23,08	15,06	8,71	6,95	4,01	2,48	1,50
Argentina	25,35	20,99	16,13	13,08	12,30	10,00	7,49
Austrália	14,71	11,90	7,41	5,97	5,95	4,08	3,74
Brasil	61,38	55,20	47,35	36,69	23,36	16,67	11,72
China	88,14	82,97	78,05	73,90	71,92	66,61	60,81
EUA	12,31	6,61	4,44	33,33	2,80	2,07	1,57
França	31,09	22,34	13,43	8,40	5,67	3,36	2,20
Índia	79,58	75,37	72,63	69,55	64,03	59,61	54,92
Itália	43,69	30,77	18,96	12,39	8,61	5,51	3,27
Japão	48,77	33,11	19,70	10,99	7,33	4,09	2,23
Polônia	62,20	48,25	38,73	29,73	27,27	21,50	16,91
Reino Unido	5,53	4,12	2,72	2,59	2,09	1,67	1,64
UE	28,31	20,61	13,27	9,43	6,46	4,29	2,82

Fonte: Faostat - www.fao.org

- um país do Leste europeu, a Polônia;
- dois países superpovoados, a China e a Índia.

Comparando-se o número de pessoas ocupadas na agricultura em 1950 e em 2000, apenas três países apresentaram aumento: Índia (95%), China (82,4%) e Brasil (13,8%) – este somente até 1980. Segundo a previsão para 2010, o Brasil terá uma diminuição de 9,5% em sua população ocupada na agricultura em relação a 1950, apesar de a oferta de mão-de-obra ter crescido quase cinco vezes no período.

Todos os demais países sofreram perdas na população ocupada com agricultura. A França, a Itália e o Japão, apesar do protecionismo, perderam mais de 80%. Nos 15 países da União Européia havia 37,6 milhões de pessoas ocupadas na agricultura em 1950; em 2000 esse número atingia apenas 7,6 milhões. Os Estados Unidos perderam 64%, de 8,3 milhões de pessoas para 3 milhões. Países mais agrícolas como a Austrália e a Argentina não perderam menos por não possuírem um grande estoque no campo. Mesmo a Polônia, sob o regime comunista por tantos anos, também teve consideravelmente diminuída sua população ocupada na agricultura.

Não só em termos absolutos, mas a participação relativa da agricultura na ocupação de mão-de-obra caiu drasticamente no período considerado (tabela 2). Somente o Reino Unido tinha uma participação já pequena da agricultura (5,5%). Em 1950, nos países da União Européia, 28,3% das pessoas estavam ocupados na agricultura; em 2000 esse percentual decresceu para 4,3%.

Menos trabalhadores

Em 1950, países desenvolvidos detinham um número considerável de trabalhadores no campo, mas transferiram rapidamente esse contingente para outros setores da economia. No Japão, 48,8% passaram a 4,1%; na Itália, declinaram de 43,7% para 5,5%. Em menor proporção, isso aconteceu também na Alemanha e França, apesar das políticas de subsídios e apoio à agricultura. Países de importante produção agrícola como Estados Unidos, Austrália e Argentina, onde a participação da agricultura no total das pessoas ocupadas era menor, também refletiram a forte tendência de queda. A China tinha, em 1950, 88,1% de sua população economicamente ativa ocupados na agricultura; em 2000, essa proporção diminuiu para 66,6%. Na Índia eram 79,6% e passaram a 59,6%. No mesmo período o Brasil tinha 61,4% de sua mão-de-obra ocupados na agricultura; em 2000, 16,7%[2]. O caso do Brasil pode ser considerado como uma das transformações estruturais mais rápidas ocorridas no mundo.

A diminuição das pessoas ocupadas na agricultura é uma tendência para longo prazo. As projeções da FAO para 2010 confirmam essa tese. Nos países desenvolvidos, como o estoque é pequeno, a intensidade das perdas é menor, tendendo a se estabilizar em números reduzidos. É o caso de países da Europa, Estados Unidos, Austrália e Argentina, estes dois por já empregarem pouca gente. A previsão é de que a China começará a diminuir o emprego na agricultura em números absolutos na década de 2000 a 2010, embora ainda empregando mais de 500 milhões de pessoas – atenção: mais de 500 milhões de pessoas empregadas

3. Mundo: área agrícola

Em milhões de hectares

Países/ano	1961	1970	1980	1990	1999
Alemanha	19,4	19,0	18,5	18.0	17,0
Argentina	166,4	170,5	170,4	169,4	169,2
Austrália	461,6	481,8	482,9	464,5	453,7
Brasil	150,5	188,1	220,5	240,8	250,2
China	343,2	375,5	434,2	531,4	535,4
EUA	447,5	434,4	428,2	426,9	418,3
França	34,5	32,5	31,7	30,6	29,9
Índia	174,9	178,1	180,6	181,0	180,8
Itália	10,7	20,2	17,6	16,8	16,3
Japão	7,1	6,7	6,1	5,7	5,3
Polônia	20,3	19,5	19,0	18,8	18,4
Reino Unido	19,8	18,8	18,5	18,2	17,2
UE	164,5	158,8	152,8	148,6	143,0

Fonte: Faostat – www.fao.org

Área agrícola = soma da área de culturas (anuais e permanentes) e mais pastagens.

4. Mundo: número de hectares cultivados por pessoa ocupada na agricultura

						1999/1961
Países/ano	1961	1970	1980	1990	1999	%
Alemanha	3,66	6,13	7,12	11,25	17,00	364,43
Argentina	97,88	113,67	121,71	112,93	112,80	15,24
Austrália	923,20	1.204,50	1.207,25	929,00	1.134,25	22,86
Brasil	10,91	11,68	12,60	15,74	18,95	73,80
China	1,19	1,12	1,07	1,08	1,05	-12,04
EUA	89,50	114,32	109,79	118,58	139,43	55,79
França	7,84	11,21	15,85	21,86	33,22	323,70
Índia	1,15	1,01	0,86	0,79	0,69	-40,59
Itália	1,67	5,05	6,29	8,00	11,64	596,40
Japão	0,48	0,64	0,97	1,21	1,89	294,57
Polônia	2,94	2,91	3,45	3,69	4,28	45,45
Reino Unido	19,80	26,86	26,43	30,33	34,40	73,74
UE	5,77	8,27	10,32	13,63	18,82	225,99

na agricultura! Apenas na Índia a população ocupada no campo continuará a aumentar em números absolutos da ordem de 30 milhões na década de projeção, atingindo 294 milhões em 2010.

Essa redução no entanto não afetou o nível de produção mundial. Devido à incorporação de novas tecnologias, principalmente de natureza mecânica, a mão-de-obra tornou-se mais eficiente para cultivar áreas maiores. Dados disponíveis de área cultivada na agricultura para o período de 1961 a 1999 demonstram que a relação entre área cultivada/mão-de-obra ocupada aumentou (tabela 3).

Variações assimétricas

No período analisado não houve variação significativa na área cultivada nos diferentes países. Europa e Estados Unidos apresentaram uma pequena redução, enquanto Brasil e China tiveram os maiores crescimentos. O mais interessante entretanto foi a variação da quantidade de hectares cultivados por pessoa ocupada. Na última coluna da tabela 4, estabelece-se a variação de área em percentuais para 1999 em relação a 1961.

Os países da Europa, em geral, tinham áreas muito pequenas por agricultor no início do período (1961). Nos 15 países da União Européia, a área média cresceu de 5,77 para 18,82ha por pessoa ocupada na agricultura durante o período (gráfico 1). O Japão segue a mesma tendência, mas cada trabalhador dispunha de menos de 2ha em 1999. Na Polônia também continua baixa a relação área cultivada/trabalhador: apenas 4,3.

No caso do Brasil, a área média aumentou 73,4%. Mesmo em países de agricultura eficiente, a área média por trabalhador aumentou – 56% nos Estados Unidos e 23% na Austrália. Muito populosos, China e Índia tiveram diminuição da área média por trabalhador. A Índia particularmente tem área média de menos de um hectare por pessoa ocupada. A experiência de outros países sugere que as transformações estruturais de Índia e China estão longe de se consolidar.

Parece pouco provável que no longo prazo a agricultura venha a ocupar um número considerável de pessoas no Brasil. Ao contrário, o setor continuará a perder mão-de-obra, como começa a acontecer. A competição internacional e a progressiva globalização exigem eficiência produtiva. Os preços historicamente declinantes pagos aos produtores e as exigências de aumento de renda para as famílias dos produtores requerem um volume de produção maior. A mecanização, fator importante para aumentar a eficiência produtiva, reduz também a necessidade de mão-de-obra. Não há sentido em ocupar duas pessoas se uma consegue produzir a mesma quantidade. A questão do emprego deve ser resolvida no contexto da eficiência econômica. A agricultura pode contribuir, mas não será a salvação do emprego no Brasil.

Notas

[1] Dados obtidos da FAO pela internet: www.fao.org

[2] Trabalhos de Eliseu Alves analisam com detalhe a diminuição da população rural no Brasil.

Elisio Contini *é pesquisador da Embrapa e coordenador do Labex França em Montpellier.*

Dever de CASA

O país tem que voltar a crescer com menor necessidade de recursos externos e estabilidade econômica

ARGEMIRO BRUM

A pressão que o Brasil vem sofrendo em sua economia, nos últimos meses, com reflexos diretos na cotação do dólar, que chegou a se elevar ao redor de R$3,60, tem motivos diversos, todos porém imbricados e com um ponto de origem comum: a falta de recursos para honrar o vencimento mensal das dívidas interna e externa.

É verdade que a chamada crise de pagamentos tem um componente externo ligado à crise regional, iniciada na Argentina com prosseguimento no Uruguai, e sobretudo à crise do mercado acionário dos EUA com o engodo dos balanços de suas principais empresas. Isso retrai investimentos e, por conseqüência, reduz as linhas internacionais de crédito. Igualmente temos o componente de política interna, com as eleições presidenciais apontando para a vitória de um candidato dito de oposição, o qual poderia não honrar os compromissos externos e encaminhar o país para uma moratória, haja vista os discursos do passado. Cresceu ainda mais o receio dos credores internacionais em continuar emprestando ao Brasil, inclusive no que diz respeito à abertura de linhas de crédito para as exportações. Há ainda o componente especulativo – sempre encontramos agentes econômicos interessados em tirar proveito de tais situações, extrapolando de forma fictícia as causas reais do problema.

O acordo com o FMI, que potencialmente injeta US$30 bilhões em nossa economia nos próximos 15 meses, a contar de setembro de 2002, foi fundamental. Afinal, ele abre uma nova linha de crédito junto ao avalista do capital internacional, de forma a que o país ganhe fôlego para administrar seus déficits externo e interno. Podemos lamentar que estejamos mais uma vez captando dinheiro externo, mesmo que barato, para fechar os rombos econômicos criados pela insistência em viver acima de nossas possibilidades – gastamos mais do que arrecadamos, tanto em nível externo, medido pela balança de transações correntes, quanto interno, medido pela dívida pública. Não estamos captando recursos para novos investimentos, especialmente sob a óptica de melhorar a realidade socioeconômica do país.

Tal realidade nos remete ao foco do problema. Mesmo que aparentemente os fundamentos da economia nacional sejam sólidos, é muito mais verdadeiro ainda que nos faltam dólares para rolarmos nossas dívidas externa e interna. O fato de não conseguirmos fechar as contas no final de cada ano exige cada vez mais recursos externos (a poupança alheia) que, em momentos de dúvida ou recuo na economia internacional, se retraem. Essa diminuição da oferta de dinheiro externo – dólares – leva à valorização dessa moeda, depreciando o real.

Ajuste necessário

No caso das contas externas, a elevação do dólar acabou ajudando: provocou um salto enorme no superávit da balança comercial, o qual irá diminuir nossas necessidades de caixa para fechar a balança de transações correntes no final do ano. No atual ritmo, ficaremos com um saldo comercial próximo de US$10 bilhões. Para este ano a situação estaria resolvida, e para 2003, bem encaminhada – tudo dependendo do que irá fazer na prática o novo governo. No entanto, a questão se agrava quanto à dívida interna. Na ausência de reformas internas, que deveriam redimensionar o Estado (reformas tributária, previdenciária, administrativa), continuamos a gastar muito mais do que arrecadamos e o rombo final continua a aumentar. É isso que leva o FMI a exigir o ajuste estrutural tão criticado por muitos no país – um ajuste necessário, mesmo que penalize inicialmente a economia nacional, pois reduz momentaneamente a participação do Estado na economia. É também o que leva, *in extremis*, o atual governo a lançar mão novamente de medidas provisórias para realizar a minirreforma tributária. As verdadeiras e necessárias reformas ficarão para o

novo governo – e esperemos que as faça. Paralelamente, a situação não permite reduzir os juros, pois o Estado necessita captar constantemente recursos através da venda de títulos públicos a juros convidativos. Não recuando os juros, cresce o montante da dívida global, num círculo vicioso. Além disso, juros elevados atraem dólares do exterior, auxiliando a irrigar a economia, mesmo que seja com capitais voláteis, extremamente perigosos como já vimos.

Como nossa economia vive muito na dependência de produtos importados, comprados em dólar – medicamentos, petróleo, insumos agrícolas, trigo –, seus preços sobem, o que eleva a inflação, comprometendo a estabilidade econômica, centrada na chamada meta inflacionária, ou seja, uma inflação anual medida pelo IPCA-IBGE que não deveria superar os 6,5% neste ano. Na impossibilidade imediata de se obterem novos créditos externos, apesar dos esforços do governo, dos investimentos externos diretos, do acordo com o FMI e dos acordos políticos realizados com os candidatos à presidência da República – o que os leva a sinalizar sua intenção de cumprir os acordos com o fundo e respeitar as dívidas com os credores externos –, o dólar demora para voltar a patamares mais realistas entre R$2,60 e R$3,00. O cerne do problema somente será resolvido quando for diretamente atacado, pelo controle dos gastos e pelo aumento das receitas, diminuindo a necessidade de recursos externos. Não podemos depender continuamente de um volume sempre crescente desses recursos, concorrendo por eles com a grande maioria das nações do mundo, sob pena de enfrentarmos cada vez mais crises econômicas com epicentro no exterior. Sobretudo hoje, quando a interdependência entre os países é crescente e irreversível neste mundo globalizado.

Somente assim poderemos afrouxar as políticas fiscal e monetária, criando condições de um crescimento econômico substancial e melhor desenvolvimento nacional. Enquanto tal reação não chega, somos obrigados a fazer exatamente o contrário: apertar a política monetária e a fiscal, retirando recursos de circulação para evitar que a inflação fuja ao controle – e fazendo com que o crescimento econômico estanque e até diminua rapidamente, e o desemprego e a tensão social se façam mais presentes.

Qualquer que seja o novo governo eleito, terá pela frente esse desafio: criar as condições para que o país volte a crescer, com menor necessidade de recursos externos e sem comprometer a estabilidade econômica, que tem na inflação reduzida um de seus pontos máximos.

Argemiro Luís Brum *é professor do DECon/Unijuí, doutor pela EHESS de Paris-França, coordenador, analista e pesquisador da Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado Agropecuário (Ceema).*

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Mais e melhores informações sobre o agribusiness do Brasil e do Mundo

Sim! Quero fazer uma assinatura anual de AgroanalysiS, recebendo 12 edições pelo preço especial de R$ 55,00.

Para assinar, marque com um X a forma de pagamento, recorte o cupom e envie para: Praia de Botafogo, 190, sala 926 CEP: 22253-900 – E-mail: agroanalysis@fgv.br.

❑ Cheque nominal (em anexo) à Fundação Getulio Vargas, no valor à vista
❑ Ficha de compensação bancária ❑ Mastercard ❑ American Express ❑ Visa ❑ Diners
Nº cartão: ..... Validade: .....
Nome: ..... Cargo/Função .....
Empresa: .....
Endereço: .....
Cidade: .....Estado: .....CEP: .....
Telefone: .....Fax: E-mail: .....

Central de assinaturas: 0800-257788

Reflexos da CRISE

A conjuntura macroeconômica e a quebra prevista da safra americana exercem pressão altista sobre os preços agrícolas no Brasil

GERVÁSIO CASTRO DE REZENDE

A desvalorização do real, os problemas atuais dos mercados financeiros, nacional e internacional e, *last but not least*, a quebra da safra americana mudaram totalmente o comportamento previsto para os preços agrícolas domésticos neste segundo semestre. Importa mostrar em detalhes o impacto desse conjunto de fatores sobre os preços agrícolas no Brasil e discutir a estratégia adotada pela política agrícola visando evitar uma crise no abastecimento do milho a partir do final do corrente ano-safra.

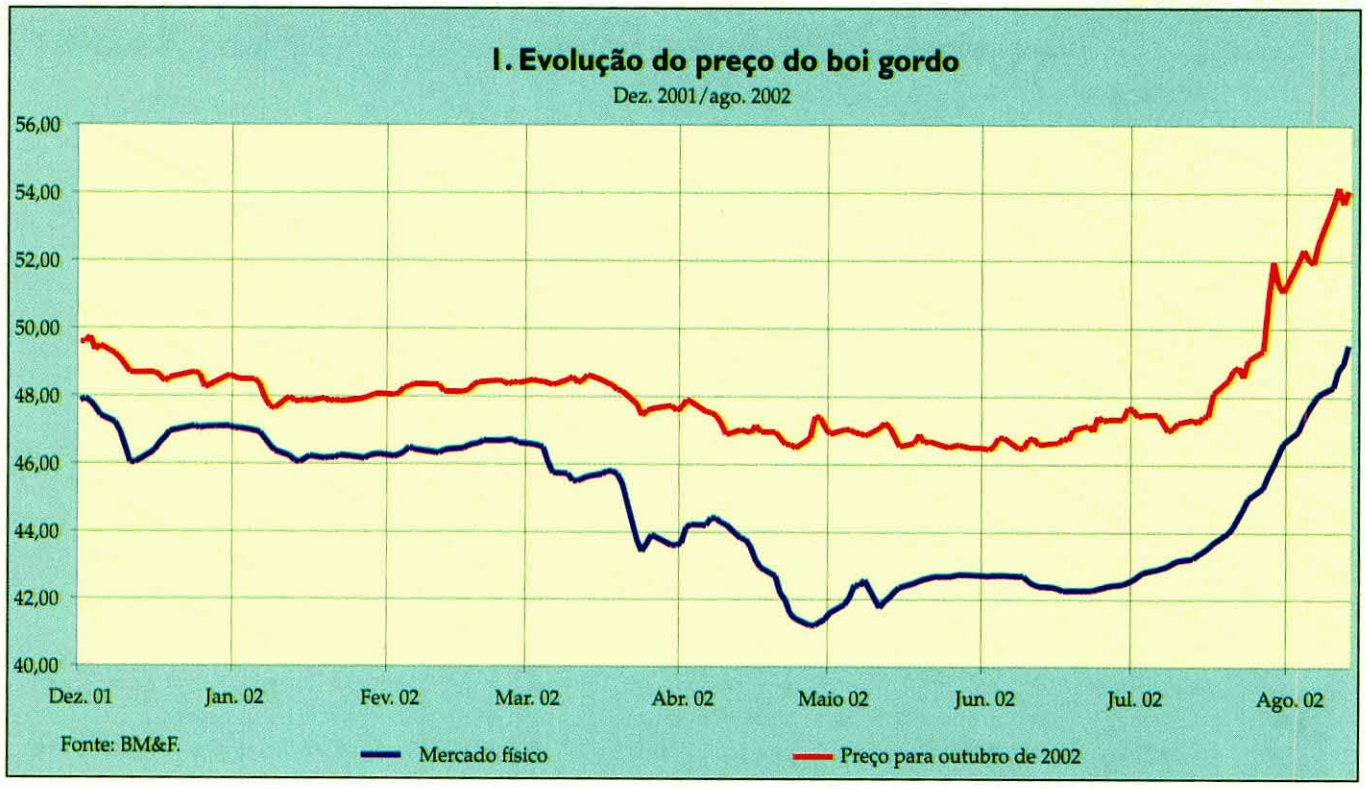
Quase todos os produtos agrícolas tiveram alta substancial de preços nos últimos meses (tabelas 1 e 2). No caso do arroz por exemplo, os preços excepcionalmente elevados levaram mesmo o governo a realizar vendas de seus estoques. Entre os produtos animais, os preços de frango e suíno ainda não apresentaram reação, mas isso deverá

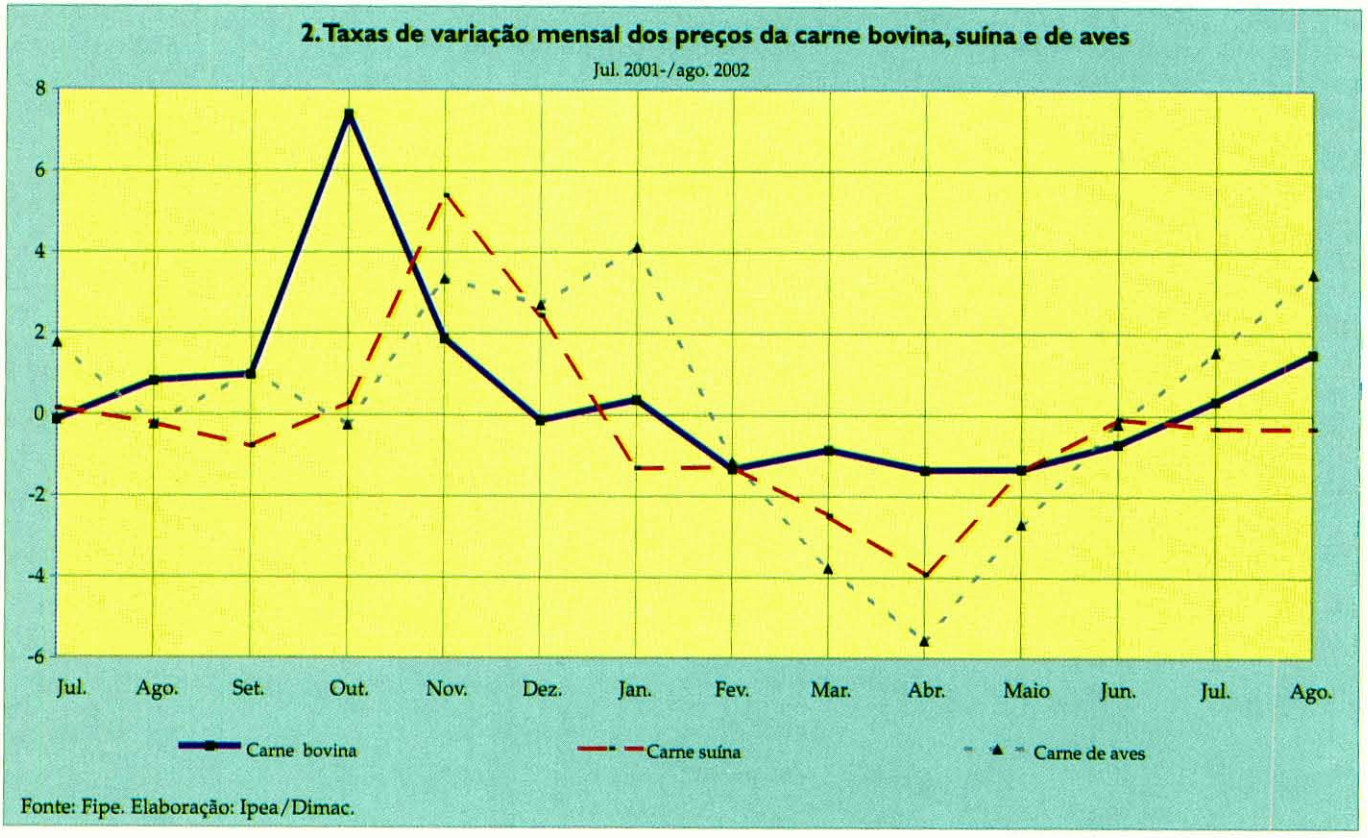
1. Brasil: preços agrícolas no nível do produtor ou atacado

2000/02 - em R$/unidade

	Arroz agulhinha[P]		Arroz de sequeiro[P]		Feijão-preto[P]		Feijão cores[A]		Milho[P]		Trigo[P]	
	Saca 50kg		Saca 60kg		Saca 60kg		Saca 60kg		Saca 60kg		Saca 60kg	
Período	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002
Set.	12,0	18,7	12,5	17,5	26,1	84,1	53,8	62,2	11,6	9,9	14,7	16,0
Out.	11,6	19,0	12,4	18,0	24,8	88,5	51,0	65,2	11,4	10,2	13,8	15,6
Nov.	12,0	18,8	13,8	18,0	23,9	80,1	43,7	54,0	10,7	10,4	13,4	16,2
Dez.	13,3	18,5	15,1	18,0	24,1	70,4	46,8	53,5	9,2	10,4	13,2	16,2
Jan.	14,2	17,8	15,6	17,1	31,2	58,7	50,4	70,2	9,0	10,5	13,4	16,7
Fev.	14,1	15,8	13,4	15,6	35,5	54,5	59,5	66,7	7,5	11,4	13,7	17,1
Mar.	12,5	14,8	12,8	14,8	37,5	57,4	74,8	65,5	7,1	11,1	14,1	17,2
Abr.	12,3	15,2	12,0	16,3	40,6	55,3	69,6	68,2	7,2	11,5	14,5	17,2
Maio	14,1	16,5	13,1	16,4	46,6	52,7	62,9	66,7	7,3	12,5	15,0	18,1
Jun.	15,4	17,4	16,3	16,8	59,0	55,9	61,4	79,5	7,9	12,8	16,0	19,7
Jul.	15,1	17,8	16,4	17,5	62,1	64,1	62,1	87,4	8,7	12,7	16,5	21,4
Ago.	15,7	20,5*	16,9	19,5*	74,9	64,7*	65,5	79,0*	9,5	13,9*	16,3	23,0*

Fontes: Conab: Arroz agulhinha, arroz de sequeiro, feijão cores e milho. Seab/Deral: feijão-preto e trigo. Elaboração: Ipea/Dimac. Notas: [P] Produtor (principal estado produtor): agulhinha = RS; sequeiro = MT; feijão cores, trigo = PR, milho = PR; feijão-preto = PR. [A] Atacado: feijão cores: cidade de São Paulo; trigo: preço médio do estado do Paraná. * Preço referente à primeira semana de agosto.





acontecer em breve, diante da redução prevista na produção. Mesmo os preços do feijão e da carne bovina, menos afetados pela desvalorização cambial, apresentam-se elevados. No caso do feijão, o motivo foi o fraco desempenho da produção, que neste ano repetiu a do ano passado, colocando o feijão como o *primo pobre* da agricultura brasileira. No caso do boi gordo, o salto ocorrido no preço entre julho e agosto aparece claramente no gráfico 1, que mostra a alta inesperada e acusa a elevação concomitante no preço dos contratos vincendos em outubro. Não se deve



descartar a hipótese de que isso reflita a preferência dos pecuaristas em reter os animais no pasto em vez de vendê-los e passar a enfrentar as incertezas atuais do mercado financeiro. De qualquer maneira, essa alta dos preços do boi gordo já mudou o comportamento dos preços da carne no varejo (gráfico 2).

A alta do preço do milho decorre tanto da desvalorização cambial quanto da redução do plantio na safra principal e do fraco desempenho na segunda safra. A frustração dessa segunda safra se manifestou em abril, quando o preço dos contratos de novembro deu um salto (gráfico 3). Segundo a Conab, o preço do milho terá de aumentar muito mais ainda, caso seja necessário importar para completar o abastecimento no segundo semestre: o preço CIF, calculado para uma taxa de câmbio de R$2,80, atingiria R$24 no atacado – uma alta de 41% em relação ao preço atual, de cerca de R$17.

Um fator adicional que contribuiu para agravar essa pressão de alta dos preços agrícolas no Brasil foi a crise econômica argentina, que já se manifestou na queda da produção de arroz e trigo naquele país este ano. O problema é que o lado financeiro dessa crise está muito provavelmente impedindo a recuperação da agricultura argentina (não obstante a forte desvalorização ocorrida no peso), pelas dificuldades de financiamento que os agricultores devem estar enfrentando. A baixa taxa de juros e a farta oferta de crédito internacional foram dois pilares do dinamismo agrícola argentino enquanto vigorou o regime cambial anterior, compensando de certa maneira a sobrevalorização do peso. Os agricultores brasileiros também se beneficiaram desse crédito internacional no período de câmbio fixo. Para o Brasil, as dificuldades da produção agrícola no país vizinho – agora acompanhado do Uruguai – vão aumentar o grau de proteção de nossa própria produção com a conseqüente tendência à elevação do nível e da volatilidade dos preços agrícolas.

A virulência da alta recente dos preços internacionais dos produtos agrícolas e sua extensão aos demais produtos podem ser constatadas na tabela 3. Esses fatores favorecem as análises que, em vez de atribuir a alta de preços internacionais de produtos agrícolas à frustração da safra americana em curso, dão mais importância à crise nos mercados de ações internacionais, que estaria movimentando os capitais na direção das bolsas de mercadorias. A isso se acrescenta a desvalorização do dólar americano, que fez subir os preços das commodities em dólar.

O CASO DO MILHO

O país se encontra com os estoques de milho praticamente zerados, na perspectiva de uma explosão dos preços do cereal ainda este ano, dependendo de importações para completar o abastecimento doméstico. O preço do milho no final do ano dependerá também das perspectivas do plantio e da colheita na safra principal no próximo ano agrícola.

Um fator que favorece o próximo plantio de milho é a própria desvalorização cambial, que gera um piso de preço mais elevado para o produto – dado pelo preço FOB exportação – mesmo no caso de uma safra longa. Uma taxa de câmbio reduzida faz cair muito o preço do milho em caso de safra longa, ainda mais quando o governo não atua de forma compensatória como aconteceu no ano passado, quando os preços do cereal ficaram muito baixos (tabela 1).

Neste ano, é grande o risco de se repetir um plantio reduzido para a safra principal de milho, em face da situação favorável da soja e de outras lavouras competitivas. Se isso ocorrer, os setores consumidores de milho sofrerão gran-

2. Brasil: preços agrícolas no nível do produtor ou atacado

2000/02 - em R$/unidade

	Algodão[A]		Soja[P]		Bovinos[P]	
	15kg		Saca 60kg		15kg	
Período	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002
Set.	28,8	28,6	18,3	27,6	41,1	43,6
Out.	28,7	28,2	18,0	28,6	42,4	47,2
Nov.	30,4	27,0	19,2	29,8	41,8	46,4
Dez.	32,6	28,4	21,0	26,6	40,6	46,8
Jan.	33,1	30,4	20,4	24,1	39,8	46,5
Fev.	31,3	33,0	17,9	21,2	40,0	46,0
Mar.	30,3	32,6	17,1	20,3	40,1	45,4
Abr.	30,3	32,2	17,2	21,4	42,0	43,1
Maio	29,0	32,2	18,7	24,0	41,4	42,3
Jun.	28,5	32,3	21,2	27,9	41,4	43,0
Jul.	28,5	33,6	25,0	30,1	41,7	43,2
Ago.	28,6	39,5*	26,5	32,7*	42,8	48,1*

	Frango[P]		Suínos[P]		Leite cota[P]	
	kg		kg		litro	
Período	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002
Set.	1,10	0,85	1,79	1,73	0,35	0,32
Out.	1,11	0,85	1,74	1,85	0,36	0,27
Nov.	0,90	0,85	1,88	2,17	0,34	0,25
Dez.	0,90	0,88	2,07	2,13	0,31	0,25
Jan.	0,90	0,90	1,96	2,05	0,28	0,23
Fev.	0,80	0,90	1,55	1,78	0,26	0,23
Mar.	0,84	0,90	1,60	1,61	0,25	0,25
Abr.	0,85	0,90	1,87	1,44	0,26	0,28
Maio	0,80	0,91	1,81	1,39	0,29	0,30
Jun.	0,80	0,91	1,81	1,57	0,31	0,32
Jul.	0,80	0,90	1,87	1,73	0,33	0,33
Ago.	0,85	0,90*	1,86	1,53*	0,34	0,33*

Fonte: Conab. Elaboração: Ipea/Dimac. Notas: [P] Produtor: soja = PR; bovinos, frango e suínos = SP. [A] Atacado: cidade de São Paulo. Leite cota: Seab/Deral (Paraná). * Preço referente à primeira semana de agosto.

des aumentos de custo, a começar do final deste ano e durante o próximo, com graves conseqüências para a política antiinflacionária e o desempenho das exportações.

Foi esse cenário ameaçador que levou o governo a fazer o que já deveria ter feito no ano passado: apoiar o milho na safra, agora de forma inovadora e corajosa, vendendo aos agricultores contratos de opções de venda a vencer na época da safra, a preços de exercício próximos do preço FOB exportação previsto para essa época. Isso significou, para contratos vencendo em maio, preços de exercício em torno de nada menos de R$15, o que fará o agricultor pensar duas vezes antes de abandonar o plantio do milho este ano.

O plano agrícola que anunciou essas medidas incluiu também uma elevação dos preços mínimos da ordem de 28% para o milho e de 13% para o arroz. No caso do milho, os preços mínimos tinham sido mantidos praticamente constantes *em termos nominais* desde 1995: de fato, esses preços mínimos aumentaram apenas 17,6% entre fevereiro de 1995 e junho de 2002, enquanto a variação do IGP-DI no período foi de

3. Mundo: preços agrícolas

2000/2002

Período	Soja em grão US$/t		Farelo de soja US$/t		Óleo de soja US$/t		Milho US$/t		Trigo US$/t		Algodão US$/t	
	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002	Set. 2000 a ago. 2001	Set. 2001 a ago. 2002
Set.	184	175	186	182	346	362	75	86	98	103	64	37
Out.	178	163	184	176	337	338	81	82	104	106	65	33
Nov.	180	163	192	173	336	357	84	82	101	107	68	35
Dez.	189	161	209	163	335	353	86	83	102	105	67	38
Jan.	183	161	204	165	329	348	90	84	107	110	62	38
Fev.	169	160	177	162	334	344	86	84	102	106	57	39
Mar.	166	171	168	173	359	362	86	83	102	104	52	39
Abr.	160	172	166	174	341	370	84	81	102	102	47	38
Maio	161	176	173	177	328	381	80	84	101	102	46	38
Jun.	168	183	180	182	336	401	79	86	99	107	43	43
Jul.	185	201	190	198	387	425	87	95	113	122	42	46
Ago.	178	207	185	199	400	449	90	105	103	131	40	47

Fonte: *Gazeta Mercantil*. Elaboração: Ipea/Dimac.

105% e a do índice de preços pagos pelos agricultores, de 114%. O caso do arroz não foi muito diferente: seu preço mínimo aumentou apenas 23,6% entre 1995 e 2002.

Os preços mínimos não foram reajustados porque a dívida agrícola securitizada no final de 1995 passou a ser indexada a esses mesmos preços. Ao manter os preços mínimos constantes em termos nominais, o governo de fato estava concedendo um subsídio aos agricultores num montante provavelmente substancial. Entretanto essa amarra dos preços mínimos deixou de existir a partir do ano passado, com a nova renegociação da dívida agrícola, que retirou dos preços mínimos o papel de indexadores.

Além disso, o preço mínimo em si mesmo perdeu importância no âmbito da política agrícola, que passou a atuar muito mais através dos contratos de opção de venda, sendo os preços de exercício desses contratos calculados de forma independente do nível dos preços mínimos. Esses continuaram relevantes somente para aquisições diretas do governo (AGF), normalmente em regiões distantes, que com o reajuste dos preços mínimos serão as maiores beneficiadas.

Ambiente volátil

Importa mostrar de forma detalhada o impacto altista que a atual conjuntura macroeconômica nacional e internacional, juntamente com a quebra prevista da safra americana, está exercendo sobre os preços agrícolas no Brasil. Enfatiza-se o papel da desvalorização cambial, mas essa alta dos preços agrícolas deve estar também refletindo a fuga verificada atualmente do mercado financeiro no Brasil. Essa hipótese foi aqui explicitamente levantada para o caso do mercado de boi gordo, mas nada impede que os demais mercados agrícolas e mesmo o mercado de terra estejam sendo afetados, já que a terra e os estoques de produtos agrícolas são ativos reais. Alguns analistas têm apontado, no plano internacional, exatamente a crise dos mercados acionários como a responsável maior pela alta generalizada dos preços de commodities agrícolas. Um teste imediato dessa hipótese no plano internacional seria verificar se também as commodities não-agrícolas estão sofrendo elevações de preços.

Foi uma iniciativa inovadora do governo o amparo às lavouras como o milho, estratégicas para o abastecimento doméstico – e mesmo indiretamente também para as exportações –, mas que não contam com as *benesses* que o mercado reserva para as lavouras de exportação, especialmente a soja que, para mal do milho, é sua maior competidora. Existe certamente muito ainda a ser feito na área da política econômica setorial, que tenderá a ganhar mais importância no ambiente de maior volatilidade da economia mundial e da brasileira em particular.

Gervásio Castro de Rezende *é professor de economia da UFF e pesquisador associado do Ipea, Rio de Janeiro.*

Este artigo se baseia na seção Política Agrícola do *Boletim Conjuntural* do Ipea de julho de 2002 e contou com a assistência

Horizontes INCERTOS

É impossível prever o rumo que tomarão as negociações e as próximas decisões sobre protecionismo agrícola

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

Sancionado pelo presidente George Bush em 13 de maio último, o US Farm Security and Investment Act de 2002 deverá vigorar de setembro deste ano até 2008. É mais uma página da história do protecionismo que o mundo desenvolvido dedica ao setor primário. O orçamento para a implementação da nova lei agrícola norte-americana está projetado em US$410 bilhões para 10 anos. Os programas que envolvem as grandes commodities – arroz, algodão, trigo e grãos forrageiros – absorvem 40% desse valor. Haverá um incremento nas despesas da ordem de US$82,9 bilhões, dos quais 70% significam subsídios adicionais para a produção.

Entre 1996 e 2002, a lei agrícola então vigente, chamada de Freedom to Farm, era de conteúdo liberal. Não obstante mantivesse os programas de garantia de preços mínimos (*loan rates*), suprimiu os mecanismos de controle da oferta e os preços-meta (*target prices*), além de estabelecer pagamentos fixos sem vínculos com a produção. Com a queda dos preços agrícolas no mercado internacional a partir de 1998, porém, os cofres públicos dos EUA tiveram de aportar US$28 bilhões para sustentar quase metade da renda líquida do setor no país. Os vários pacotes de ajuda à agricultura aprovados pelo Congresso mutilaram o texto original do Farm Bill de 1996.

A nova versão do Farm Bill sustenta a prática de dois instrumentos antigos: o pagamento fixo (*production flexibility contract*) e o preço mínimo de garantia (*loan deficiency payment*). Paralelamente, mediante o restabelecimento dos preços-meta, voltam os pagamentos anticíclicos (*counter cyclical payments*). Seus impactos sobre os mercados são negativos, mas de intensidade variável.

O orçamento para a implementação da nova lei agrícola dos EUA está projetado em US$410 bilhões para 10 anos. Os programas que envolvem as grandes commodities absorvem 40% desse valor.

Também os programas de preservação ambiental ganharam espaço na nova lei agrícola, com orçamento previsto de US$5,4 bilhões até 2007. O crescimento é expressivo, comparado aos gastos de US$1,3 bilhão entre 1996 e 2002.

A cobertura do Conservation Reserve Program (CRP) – orientado para a retirada de sistemas de produção das áreas sujeitas a degradação, mediante pagamento aos agricultores – passa de 36,4 milhões para 39,2 milhões de acres (15% da área plantada com os principais cereais e oleaginosas). Já o Environment Quality Incentives Program (Eqip) volta-se para conservação e manejo de áreas.

É incontestável que a produção agrícola subsidiada estimula a oferta e mantém os preços deprimidos. Quando os EUA intensificam essa prática, todo o mercado internacional é afetado e os países agroexportadores ficam penalizados. Gerador de interesses controversos, o Farm Bill 2002 certamente afetará as negociações na Organização Mundial do Comércio e a Área de Livre Comércio das Américas.

Reforma e resistência

Os debates em torno das políticas de crédito na exportação de bens agrícolas, de ajuda alimentar para os países pobres e dos subsídios rurais do mundo desenvolvido não são novidade. Acontecem desde meados dos anos 50. Contudo esse movimento ganhou força na Organização Mundial do Comércio a partir da Rodada Uruguai. Com o fra-

EUA: Preços estabelecidos no Farm Bill

Produtos	Preços de garantia			Preços fixos			Preços		
	1996 (a)	2002 (b)	b/a%	1996 (a)	2002 (b)	b/a%	Mercado (a)	Meta 2002 (b)	b/a%
Milho	74,40	77,94	4,76	10,23	11,02	7,72	72,82	103,53	42,20
Algodão	1.130,40	1.132,10	0,15	122,50	145,20	18,53	992,1	1.576,30	58,90
Arroz	143,30	143,30	0,00	44,90	51,80	15,37	122,57	231,48	88,90
Soja	193,30	183,71	-4,96	0,00	16,16	-	167,20	213,10	27,50
Trigo	94,80	102,88	8,52	16,90	19,10	13,02	96,20	144,03	49,70
Sorgo	67,30	77,94	15,81	12,20	13,77	12,87	650	101,17	55,60
Cevada	78,54	86,34	9,93	9,18	11,02	20,04	97,40	99,20	1,80
Aveia	78,53	93,00	18,43	1,44	1,65	14,58	75,80	102,88	35,70

Fonte: Farm Bill 1996 e 2002.

EUA: números da economia agrícola

Itens	1998	1999	2000	2001
Receita bruta	222,8	229,1	230,1	236,7
Despesa total	167,8	170,0	172,6	177,2
Renda líquida (a)	55,0	59,1	57,5	59,5
Pagamentos governamentais (b)	12,2	22,7	22,9	21,1
b/a	21,8	38,4	39,8	35,5

casso da chamada Rodada do Milênio, ficou definitivamente constatado que o assunto estava longe de um consenso e era muito mais profundo e complexo do que se imaginava.

Recentemente surgiram algumas posições e manifestações interessantes que pesarão sobre os desdobramentos das negociações agrícolas futuras na OMC. No final de julho, por exemplo, os ministros da agricultura da Austrália, Canadá, EUA, Japão e UE estiveram reunidos em Nara, no Japão. O Brasil, apesar de sua condição de país com o maior saldo comercial agrícola, ficou fora dos debates. O resultado do encontro não foi divulgado, mas certamente lá ficaram marcadas as cartas misteriosas que serão utilizadas mais adiante.

Farm Bill

Programas ambientais

	Em US$
2002	400 milhões
2003	1,2 bilhão
2004	1 bilhão
2005	1,2 bilhão
2006	1,2 bilhão
2007	1,3 bilhão

EUA: instrumentos de política agrícola

Pagamentos fixos: tiveram aumentos de 10% a 20% e passaram a contemplar a soja. Estão limitados a US$40 mil, mas a legislação permite que uma propriedade possa ser dividida em até três beneficiados.	• Impacto sobre o mercado: moderado
Preços mínimos: subiram 4,76% para o milho e 8,52% para o trigo. Na soja caíram para 4,96%, mas a cultura passou a ser beneficiada pelos pagamentos fixos. Seu vínculo com o tamanho da produção é um ponto negativo.	• Impacto sobre o mercado: médio
Pagamentos anticíclicos: preços fixados para preços-meta bem acima das cotações internacionais. O instrumento é acionado quando os preços de mercado ficam menores que os preços-meta.	• Impacto sobre o mercado: alto

Por sua vez, os EUA anunciaram abertamente uma proposta para reformar os subsídios da chamada caixa amarela – aquela que distorce o comércio mundial – nos próximos três anos. O objetivo é reduzir os gastos em US$100 milhões. Para tanto será necessário reduzir as tarifas de 62% para 15% na média e limitar os subsídios domésticos a um teto de 5% do valor da produção.

Em termos práticos e numéricos, isso significa, após o término da rodada de negociações da OMC, em 2005, um declínio de US$60 bilhões para US$12 bilhões na UE; de US$30 bilhões para US$3,7 bilhões no Japão e de US$19,5 bilhões para US$12 bilhões nos EUA. Os ajustes e cortes serão menos dolorosos nos EUA que em outros países e regiões. A partir de 2006, os cortes serão de 20% ao ano, de modo que os subsídios terminarão em 2010.

Do lado da UE, discute-se a reforma da PAC, consumidora de um terço (US$89,6 bilhões) de seu orçamento total. Entre as nações favoráveis a medidas para a redução de subsídios estão Alemanha, Grã-Bretanha, Suécia e Holanda, além de 60% da opinião pública da Europa ocidental. Todos em nome de uma agricultura menos intensiva em tecnologia, com menos poluição e geradora de produtos de melhor qualidade.

Na verdade, a Comissão Européia está cônscia de que a manutenção da PAC nas regras vigentes provocará um tremendo inchaço em suas contas. Com a entrada até 2004 de Chipre, Malta e mais oito candidatos da Europa oriental, cujas agriculturas são ineficientes, os

São ainda uma incógnita o caminho e o tempo que irão levar as negociações. A opinião pública freqüentemente se expressa a favor de menor protecionismo nas leis agrícolas.

gastos crescerão quase 10% ao ano.

Em posição contrária se alinham França, Itália e Espanha, os quais no conjunto perderiam US$1,2 bilhão ao ano em ajuda. Já Irlanda, Portugal e Grécia resistem por temerem que a mudança possa facilitar futura redução global nos subsídios.

Nesse cenário, cabe levar em conta o posicionamento do Grupo de Cairns (África do Sul, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Costa Rica, Filipinas, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paraguai, Tailândia e Uruguai), que representa mais de um quarto do comércio agrícola mundial e lidera as demandas de medidas liberais. Em 2001, o grupo propôs eliminação dos subsídios para exportação em três anos nos países desenvolvidos e seis anos para as nações em desenvolvimento, além de um corte de 50% após 2005.

Nas condições atuais, são ainda uma incógnita o caminho e o tempo que irão levar as negociações no rumo de novas decisões. A opinião pública freqüentemente se expressa em manifestações a favor de menor protecionismo nas leis agrícolas. A coerência é difícil para os EUA, por exemplo, trabalhando com um Farm Bill retomado por subsídios. Para a UE sobra mais espaço, sobre o discurso de uma agricultura menos produtiva, focalizada em alimentos e de menor pressão no mercado internacional, apesar da divergência entre os países-membros nessas questões. Nesse caso o subsídio se enquadra na chamada caixa verde (preservação e manutenção de matas, despoluição de ambientes), entre os acordos agrícolas da OMC.

Mais RECURSOS

Agricultura e pecuária terão R$21,7 bilhões para o ano-safra – 26% a mais que no ano anterior

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

O Ministério da Agricultura anunciou os números do Plano de Safra 2002/03 no início de julho. O financiamento da agricultura e da pecuária contará com R$21,7 bilhões no ano-safra, valor 26% acima do verificado em 2001/02 (R$17,2 bilhões). Desse montante, cerca de 86% – R$18,67 bilhões – serão concedidos a taxas de juros fixas entre 6% e 11,5%. Cerca de R$3 bilhões restantes deverão ser captados no mercado livre. Esses recursos excluem os R$4 bilhões destinados à agricultura familiar (Pronaf).

O pacote destina R$770 milhões à abertura de cinco novas linhas de financiamento: agricultura irrigada, plantio comercial de florestas, desenvolvimento de cooperativas, recuperação da lavoura de cacau e erradicação da brucelose e tuberculose animal.

O Programa de Modernização da Frota de Tratores, Implementos Associados e Colhedoras (Moderfrota) contará com R$2 bilhões, volume

Brasil: preços mínimos dos planos de safra 2001/02 e 2002/03

R$

Produto	Unidade	Safra 2001/02	Safra 2002/03
	kg		
Algodão em caroço	15	9,00	10,08
Algodão em pluma	15	30,32	33,90
Arroz (S, SE, NE e CO)	50	12,38	14,00
Arroz (N e MT)	60	13,39	14,48
Raiz de mandioca (CS)	1.000	30,78	35,00
Milho (S, SE, TO, BA-Sul, Sul - MA/PI)	60	7,43	9,50
Milho (GO, MS, DF)	60	7,21	8,50
Milho (MT, AC, RO)	60	6,27	7,50
Milho (N, NE)	60	8,70	10,50
Soja (S, SE, CO e RO)	60	10,18	11,00
Soja (N, NE)	60	9,66	10,40
Sorgo (S, SE, CO, BA-Sul)	60	5,62	6,38
Sorgo (N, NE)	60	6,10	7,35

Fonte: Conab.

Brasil: recursos para a agricultura

Em R$ milhões

Modalidade	Safra 2001/02		Safra 2002/03		Variação %
	Disponibilidade	Uso (a)	Disponibilidade	Uso (b)	(b)/(a)
Custeio e investimento	10.940	13.391,9	14.320	17.040	27,2
juros fixos	9.840	12.603,6	11.320	14.040	11,4
juros livres	1.100	788,3	3.000	3.000	280,6
Investimento a juros fixos	3.760	3.813,2	4.630	4.630	21,4
Total	14.700	17.205,1	18.950	21.670	26,0

Fonte: Mapa.

Brasil: seguro rural

Empresa	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02 (a)	2002/03 (b)	Variação %
Cosesp	20.187	51.026	29.471	19.280	22.943	19
Banco do Brasil	-	-	4.600	6.500	8.000	23
Total	20.187	51.026	34.071	25.780	30.943	20

Fonte: *Gazeta Mercantil*, p. B-16, 15-7-2002.

maior que o observado em 2001/02, que poderá ser aplicado até a metade do próximo ano. Produtores com renda agropecuária anual de até R$250 mil pagarão juros de 8,75% ao ano e demais produtores pagarão juros de 10,75% ao ano, com prazo de até oito anos para essas operações.

Brasil: estimativa de produção de grãos

Safras 2000/01e 2001/02 – mil toneladas

Cultura	Safra		Variação	
	2000/01 (a)	2001/02 (b)	Percentual (b/a)	Absoluta (b-a)
Caroço de algodão	1.521,9	1.306,5	-14,2	-215,4
Amendoim total	196,7	185,7	-5,6	-11,0
Amendoim 1ª safra	168,5	155,8	-7,5	-12,7
Amendoim 2ª safra	28,2	29,9	6,0	1,7
Arroz	10.386	11.032,3	6,2	646,3
Aveia	330,7	449,0	35,8	118,3
Centeio	8,6	13,2	53,5	4,6
Cevada	283,0	303,2	7,1	20,2
Feijão total	2.592,2	3.010,4	16,1	418,2
Feijão 1ª safra	1.155,7	1.327,6	14,9	171,9
Feijão 2ª safra	864,4	1.065,9	23,3	201,5
Feijão 3ª safra	572,1	616,9	7,8	44,8
Girassol	74,4	78,6	5,6	4,2
Mamona	79,9	120,9	51,3	41,0
Milho total	41.535,2	36.015,7	-13,3	-5.519,5
Milho 1ª safra	35.227,5	29.674,5	-15,8	-5.553,0
Milho 2ª safra	6.307,7	6.341,2	0,5	33,5
Soja	37.218,3	41.116,2	10,5	3.897,9
Sorgo	895,7	1.064,1	18,8	168,4
Trigo	3.194,2	3.820,7	19,6	626,5
Brasil	98.316,8	98.516,5	0,2	199,7

Fonte: Conab, maio 2002.

Foram ampliados os limites de crédito por beneficiário/ano nas linhas já existentes no Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aqüicultura (de R$80 mil para R$150 mil), no Programa de Armazenagem na Propriedade Rural (de R$100 mil para R$300 mil) e nos créditos para café (de R$60 mil para R$100 mil). Nos demais casos, como a fruticultura, foi mantido o limite de R$100 mil.

O Programa de Incentivo à Modernização, ao Resfriamento e ao Transporte Graneleiro de Leite (PróLeite) poderá financiar a construção de instalações para silagem, com crédito de R$60 mil por produtor/ano.

Os preços mínimos foram modificados para vários produtos. O milho teve reajustes entre 17,89% e 27,86%, sendo o mais beneficiado. O preço mínimo do arroz teve reajustes de 8,14% a 13,8%, algodão em pluma de 11,81% e algodão em caroço de 12%.

Especial atenção será concedida ao milho, com a intenção de evitar uma crise de abastecimento no mercado interno. A valorização da soja no mercado internacional aumenta o interesse do produtor de milho em substituir a cultura. A intenção do governo federal é negociar, por meio de leilões dos contratos de opção de venda, 5 milhões de toneladas de milho para a safra 2002/03. Os preços de

Brasil: estimativa de área plantada

Safras 2000/01 e 2001/02 – mil hectares

Cultura	Safra		Variação	
	2000/01 (a)	2001/02 (b)	Percentual (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	868,4	746,4	-14,0	-122,0
Amendoim total	102,4	90,5	-11,6	-11,9
Amendoim 1ª safra	78,5	68,0	-13,4	-10,5
Amendoim 2ª safra	23,9	22,5	-5,9	-1,4
Arroz	3.248,6	3.320,7	2,2	72,1
Aveia	248,5	251,4	1,2	2,9
Centeio	7,2	7,2	0,0	0,0
Cevada	140,6	138,3	-1,6	-2,3
Feijão total	3.878,7	4.184,8	7,9	306,1
Feijão 1ª safra	1.285,1	1.434,4	11,6	149,3
Feijão 2ª safra	1.860,5	1.994,3	7,2	133,8
Feijão 3ª safra	733,1	756,1	3,1	23,0
Girassol	47,5	49,2	3,6	1,7
Mamona	161,4	126,1	-21,9	-35,3
Milho total	12.971,9	12.430,9	-4,2	-541,0
Milho 1ª safra	10.545,5	9.485,5	-10,1	-1.060,0
Milho 2ª safra	2.426,4	2.945,4	21,4	519,0
Soja	13.685,2	15.839,7	15,7	2.154,5
Sorgo	502,0	538,4	7,3	36,4
Trigo	1.710,2	1.947,2	13,9	237,0
Brasil	37.572,6	39.670,8	5,6	2.098,2

Fonte: Conab, maio 2002.

Banco do Brasil: recursos liberados para a agricultura

Em R$ milhões

Finalidade	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02 *
Custeio	3.963	4.695	5.434	6.680
Investimento	493	636	1.281	1.740
Comercialização	847	977	1.086	1.180
Fundo Centro-Oeste	218	165	295	400
Funcafé	573	529	530	500
Total	6.093	7.001	8.626	10.500

Fonte: BB.

* Previsão.

Brasil: sistemas de irrigação

Tipo	Área 1.000ha
Inundação	1.400
Pivô central	625
Convencional	450
Carretel	285
Localizada	190
Total	2.950
Potencial	30.000

Fonte: Abimaq.

garantia variam de R$11,00 em Mato Grosso a R$15,00 nos estados do Sul, Sudeste e na Bahia.

O IMPACTO DAS MEDIDAS

Enquanto a agricultura dos Estados Unidos e a da União Européia caminham sobre os subsídios que jorram de seus ricos tesouros públicos, no Brasil o setor primário convive com uma oferta estreita de crédito. Em 37 anos de existência, o sistema nacional de crédito aportou ao campo mais de US$350 bilhões, com pico na virada dos anos 70 – quase US$20 bilhões anuais.

Se o orçamento da última safra foi de R$50 bilhões, a quantidade de crédito tomada aos agentes financeiros não passou de 30% desse valor; avalia-se o uso de recursos próprios em 60% dos casos e os 10% restantes vêm dos fornecedores de insumos e *tradings*. A dependência de crédito por parte dos agricultores caiu muito. Isso é saudável do ponto de vista econômico e financeiro. A aplicação de recursos próprios sempre leva ao cuidado e à racionalização nas compras de máquinas, equipamentos e insumos. Também provoca uma corrida atrás da informação tecnológica, que aumenta a produtividade e diminui os custos. Enquanto a área de grãos ficou praticamente estável nos últimos 20 anos, as estatísticas da Associação Nacional de Difusão de Adubos mostram que dobrou o emprego de fertilizantes.

De outro lado, o emprego majoritário de recursos próprios dos agricultores no financiamento agrícola, principalmente quando não acompanhado por eficiente sistema de seguro contra danos decorrentes das condições climáticas, pode inibir a realização dos investimentos necessários à preservação da competitividade. Isso porque o emprego exagerado de recursos próprios envolve o risco de ruína do agricultor, na eventualidade de ocorrer forte quebra de safra.

O Plano Agrícola não traz qualquer novidade em relação ao seguro rural, o qual faz parte do programa político de alguns dos candidatos à presidência. Espera-se para a safra 2002/03 uma tênue recuperação depois de três anos consecutivos de queda. Menos de 5% dos agricultores brasileiros utilizam esse instrumento. Como as taxas cobradas são consideradas altas e a cobertura não é integral, as apólices ficam longe da realidade rural.

De qualquer forma, o desempenho do agronegócio tem sido considerado

O pacote destina R$770 milhões a cinco novas linhas de financiamento: agricultura irrigada, plantio comercial de florestas, desenvolvimento de cooperativas, recuperação da lavoura de cacau e erradicação da brucelose e tuberculose animal.

muito bom. A cada momento fica mais claro para a sociedade brasileira que ali está sua fonte principal de geração de divisas. Se houvesse mais recursos a custos compatíveis, as cadeias produtivas se expandiriam ainda mais. Ainda assim, as vendas de fertilizantes cresceram 30% no primeiro semestre e as projeções para vendas de máquinas apontam um crescimento de 12% no ano. A comercialização de equipamentos de irrigação deve subir de R$150 milhões a R$200 milhões. O saldo da balança comercial deve ficar entre US$21 e US$22 bilhões.

Na busca de outros modelos de liquidez para o setor, as operações com cédulas do produtor rural (CPR) do Banco do Brasil tendem firmemente a aumentar. Para este ano espera-se um crescimento de 19%, em comparação com o ano passado, o que corresponde a R$1bilhão. Do mesmo modo, as operações de mercado futuro, embora ainda pequenas em relação ao giro total do mercado agrícola, têm apresentado taxas expressivas de crescimento anual.

Sem pessimismo nem otimismo exagerados, a safra 2002/03 sugere uma colheita razoável, com amplas possibilidades de superar a marca de 100 milhões de toneladas. Novamente a soja aparece como carro-chefe. Não será surpresa se registrar produção superior a 50 milhões – praticamente a safra brasileira de cereais e oleaginosas de 15 anos atrás. A preocupação séria é o milho, cujo quadro de escassez deve prevalecer. Um problema, principalmente para os criadores de aves e suínos.

Instrumento de TRANSFORMAÇÃO

O Fundo de Agronegócio deve procurar mecanismos que minimizem o risco de concentração no direcionamento dos recursos em nível regional

ANDRÉ CABRAL DE SOUZA

Segundo a Lei nº 8.171 de 17-1-1991, artigo 1º, parágrafo único, a atividade agrícola consiste em produção, processamento e comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais. A mesma lei, no artigo 11, parágrafo único, autorizou o Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária a instituir o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA).

O SNPA, instituído pela Portaria nº 193 de 7-8-1992, é constituído pela Embrapa e suas unidades, pelas organizações estaduais de pesquisa agropecuária (Oepas), por universidades e institutos de pesquisa de âmbito federal ou estadual, bem como outras organizações públicas e privadas, direta ou indiretamente vinculadas à atividade de pesquisa agropecuária, como cooperativas, sindicatos, fundações e associações.

Com base nas informações colhidas em literatura especializada e artigos técnicos, existem 122 instituições consideradas líderes na realização de pesquisas na área das ciências agrárias. Além dessas, estão em atividade 1.587 cooperativas e 187.907 empresas atuantes nos setores que compõem o agronegócio nacional, muitas certamente fazendo uso da pesquisa e/ou de seus resultados como instrumento de ganho competitivo.

A Embrapa, atuante em áreas temáticas como ciência do solo, melhoramento genético, recursos florestais, ecologia e meio ambiente e agroindústria, conta com 39 unidades descentralizadas de pesquisa e desenvolvimento, que com seus 99 campos experimentais permitiram a 2.063 pesquisadores executarem, em 1998, 502 projetos de P&D, os quais se desdobraram em 1.903 subprojetos.

Quanto às Oepas, um grupo composto por 21 entidades, 16 dos 26 estados brasileiros possuem instituições de pesquisa agropecuária. Numericamente elas representam um total de 1.800 pesquisadores realizando 2.100 projetos de P&D, com mais de 5 mil experimentos em 230 laboratórios e 215 estações experimentais. O trabalho desenvolvido pelas Oepas tem contribuído significativamente para os setores de bovinocultura de corte e leite, certificação da qualidade sanitária e produção de variedades de grãos e oleaginosas.

No grupo das instituições de ensino superior (IES), formado por 135 instituições classificadas entre federais (37), estaduais e municipais (25), particulares (40) e comunitárias (33), 62 delas têm sido ativas no desenvolvimento de projetos de pesquisa nas áreas de ciências

agrárias. Com um corpo técnico formado por 10.412 pesquisadores, as 62 instituições realizaram 6.439 projetos de P&D no período de 1997 a 2000, predominando pesquisas em produção vegetal, ciências ambientais, desenvolvimento rural, qualidade e produtividade, biotecnologia e nutrição e alimentação, sem contar os desdobramentos desses projetos.

Cooperativas e entidades privadas

As cooperativas agrupam 7.026 unidades atuantes em 12 ramos de atividade localizadas predominantemente no Sudeste (3.151). No Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste existem, respectivamente, 1.485, 1.284, 576 e 530 estabelecimentos. Há 1.587 cooperativas do setor agropecuário, segundo mais numeroso, contando com 822.294 agricultores associados. Destaca-se a participação dessas cooperativas na produção agrícola brasileira de trigo, cevada, aveia, algodão, suínos e soja. Importante também é o papel desempenhado pela armazenagem de produtos do setor.

A Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti) aponta como possíveis demandantes de recursos do fundo 25 institutos; 31 fundações; 13 centros e 14 outras instituições (secretarias, coordenadorias, *associações e sociedades*), associados seus com atuação no agronegócio, que certamente apresentarão projetos de pesquisa a serem desenvolvidos com o apoio financeiro do Fundo de Agronegócio.

No segmento privado, foram identificadas 187.907 empresas atuantes no agronegócio nacional, desde os insumos, em produção e processamento, até a distribuição.

Embora atualmente a inovação contínua em produto ou processo venha ganhando destaque, são importantes para a competição nos diferentes mercados variáveis como preço, marca, qualidade, estabilidade de entrega. Considera-se estratégico o investimento privado no país, desde a inovação em tecnologia de processo, produto e serviços até a organizacional, preferencialmente de forma articulada com as organizações públicas de pesquisa, detentoras de um potencial na área de C&T&I mensurável pelo número de pesquisadores e experimentos já realizados.



Regionalmente, considerando Oepas, Embrapa e IES, a região Norte apresenta 16 instituições (8%); Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste possuem, respectivamente, 36 (19%), 29 (15%), 41 (22%) e 68 (36%). Associados aos objetivos de minimizar as diferenças regionais e incentivar a execução de projetos nas diferentes regiões, esses dados determinaram a aplicabilidade de 30% dos recursos do fundo nas três primeiras regiões mencionadas. Acrescentando-se o grupo das instituições associadas à Abipti, o percentual de participação sofre uma pequena variação: Norte (9%), Nordeste (23%), Centro-Oeste (40%), Sul (21%) e Sudeste (32%).

Prioridades e recursos

Essas instituições, pesquisadores e projetos de pesquisa certamente demandarão apoio financeiro do fundo. Para que o Fundo de Agronegócio seja um verdadeiro instrumento de transformação dos setores a ele ligados, devem-se não só identificar os temas importantes ao desenvolvimento setorial e as prioridades a serem estabelecidas, mas também procurar mecanismos que minimizem o risco de concentração no direcionamento dos recursos em *nível institucional e regional*.

Pelo lado da otimização dos recursos, a realização de projetos cooperativos entre instituições de ensino e pesquisa ou entre capitais privado e público será um instrumento valioso, uma vez que permitirá a execução de projetos de interesse mútuo e, algumas vezes, a utilização dos diversos instrumentos de financiamento existentes.

O Comitê Gestor do Fundo, conforme Decreto nº 4.157 de 12-3-2002, será formado por representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Financiadora de Estudos e Projetos; do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; do segmento acadêmico-científico e do setor industrial, o que torna possível a imparcialidade na execução da utilização dos recursos públicos.

André Cabral de Souza *é coordenador de Agronegócio, Papel e Celulose da Finep.*

Compromisso HISTÓRICO

Em futuro próximo o Brasil poderá transformar-se em um país pleno de potencialidades

CARLOS ADILIO MAIA DO NASCIMENTO

A palavra país vem do latim *pagensis*, passa pelo italiano *paese*, pelo francês *pays* e significa região, terra, território. O alemão e o inglês usam *land*, que tem o mesmo significado. O país é a parte física de um Estado. Entende-se por nação um agrupamento humano ligado por laços históricos, culturais, lingüísticos e econômicos, organizado politicamente sob um governo regido por uma constituição soberana.

Estado é o conjunto de povo, território e governo soberano. A incumbência do estado é a realização do bem comum da coletividade. Vem do latim *statu* e significa o modo de ser ou estar. É a situação em que se acham as pessoas em um determinado momento. O Estado de direito é aquele regulado por uma constituição que assegura pluralidade, resultando em igualdade de deveres e direitos para todos.

Cidadão é o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com ele. A cidadania é a qualidade ou estado de cidadão, e Justiça significa a conformidade com o direito. É a virtude de dar a cada um aquilo que é seu.

A partir desses conceitos podemos analisar a situação do Brasil diante da proposta mundial de desenvolvimento sustentável, pactuada no Rio de Janeiro em 1992 durante conferência de cúpula da ONU. Nessa ocasião, foi assinada a Agenda 21, uma lista de compromissos e ações a serem cumpridos no século XXI em direção ao desenvolvimento sustentável – em essência, o desenvolvimento que contempla simultaneamente o econômico, o ambiental e o social.

Crescimento e desenvolvimento

O Brasil apresentou uma performance de crescimento notável durante o século XX. Situou-se entre as 12 maiores economias do planeta, mas não conseguiu o mesmo desempenho em relação aos índices de qualidade de vida. Agravaram-se nossos problemas sociais em educação, saúde, habitação, violência, decorrentes acima de tudo da má distribuição da renda do país.

Tendo em vista que crescimento significa aumento de tamanho, enquanto desenvolvimento significa aumento de qualidade, é difícil neste momento falar em desenvolvimento sustentável no Brasil. Preferimos analisar o que chamaremos de organização sustentável, baseada no invejável potencial comparativo brasileiro, que, posto em prática através da organização de nosso potencial estrutural tecnológico e transformado em vantagens competitivas, pode colocar o país entre as nações que já praticam estilos de desenvolvimento baseados em agregação de valor, ecoeficiência e justiça social.

Estamos vivendo, no Brasil, um momento histórico de grande carência organizacional. Para que uma sociedade se organize em um estilo sustentável de desenvolvimento, além da vontade nacional, que no Brasil tem sido manifestada freqüentemente, são necessárias algumas ferramentas indispensáveis que consistem em leis organizacionais básicas. O país conta, não há muito tempo, com duas dessas leis: a Lei das Águas, que implanta o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e disciplina o uso da água, e o Estatuto da Cidade, que assegura ao cidadão o direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito a terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infra-estrutura urbana, transporte e serviços públicos, trabalho e lazer para as presentes e futuras gerações. As duas leis estão sendo regulamentadas e implantadas.

A Lei das Águas identifica a bacia hidrográfica – a área delimitada por um divisor de águas – como a unidade natural de planejamento. O inventário hidrológico da bacia, o estudo pedológico e o potencial agroclimatológico deverão orientar os participantes do Comitê de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica na competente elaboração do plano diretor da bacia, passando pelo planejamento agrícola e chegando no zoneamento econômico-ecológico. Esses comitês são instituídos pela Lei das Águas e funcionam como uma assembléia condominial dos usuários da água



e da sociedade civil organizada O apoio técnico é dado pelas Agências de Bacia. Do desempenho efetivo e competente dos comitês dependerá a qualidade e o sucesso do plano diretor da bacia.

Simultaneamente, o Estatuto da Cidade obriga os municípios com mais de 20 mil habitantes a elaborarem um plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento do território do município como um todo, tanto da área urbana como da rural. A lei é clara ao preconizar o município sustentável, assegurando à população os insumos básicos da qualidade de vida – espaço, solo, água e ar. Em nenhum momento o Estatuto da Cidade diz que municípios com menos de 20 mil habitantes devam prescindir de elaborar um plano diretor segundo os parâmetros da sustentabilidade.

A sociedade na direção

A elaboração do plano diretor preconizado pelo Estatuto da Cidade deve ser tarefa da comunidade organizada, atuando através de comissão representativa de todos os segmentos da sociedade. Essa ação deverá ser catalisada e liderada pelos gestores eleitos, prefeito e vereadores e será o fórum legítimo de manifestação e debate do que a comunidade deseja ou não inserir no planejamento de seu futuro.

É evidente a semelhança de tarefas entre o Comitê de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica, instituído pela Lei das Águas, e a comissão do plano diretor demandada pelo Estatuto da Cidade.

Tanto a área urbana quanto a rural do município estão contidas na bacia hidrográfica e devem ter seu planejamento perfeitamente adequado àquele da área maior, a bacia. Um distrito industrial, um sistema de saneamento básico, um aterro sanitário jamais deverão ser implementados sem estudo prévio de compatibilidade com a harmonia preestabelecida pela natureza na bacia hidrográfica. Sem falar nos projetos energéticos e sistemas hidroviários, tão numerosos em nosso país. É clara também a importância da integração do trabalho de planejamento imposto pelas duas leis.

O trabalho deverá ser desenvolvido pelas comunidades, pois somente elas têm condições de identificar seus potenciais, anseios e vocações e, através deles, traçar seu futuro de forma legítima e inconteste.

Não existem modelos prontos de desenvolvimento sustentável que possam simplesmente ser adotados em uma região. Variáveis políticas, culturais, geográficas, étnicas, tecnológicas influem na definição de um estilo próprio de desenvolvimento sustentável. Sua autenticidade e possibilidade de sucesso quando implementado dependem da participação efetiva da comunidade que irá desenvolvê-lo.

Resta saber se as comunidades estão preparadas para cumprir esta tarefa de desenvolvimento. Em sua maioria, certamente não. Sem conhecer a realidade não se consolida nenhuma intenção. As comunidades brasileiras têm que ser assistidas, no planejamento de seu futuro, por recursos humanos capacitados em metodologia, exercício de tendências, gestão estratégica tecnológica e identificação de vantagens competitivas.

A pesquisa aplicada também constitui suporte importante nesse processo. Cabe ao Estado facilitar ao máximo o pleno exercício da criatividade de nossa gente. É tarefa da mídia um amplo programa de divulgação e esclarecimento do povo sobre as coordenadas e estratégias do desenvolvimento sustentável.

Seguindo esse caminho, o Brasil poderá verdadeiramente praticar o que está escrito em nossa bandeira. Em futuro próximo, poderá cumprir seu grande compromisso histórico: transformar-se de um país continental, pleno de potencialidades, em uma verdadeira nação, pautada por ordem, progresso, estado de direito, justiça social e cidadania.

Carlos Adilio Maia do Nascimento *é presidente do IBPS.*

INFORMAÇÃO PARA QUEM PRECISA CONHECER O BRASIL EM DETALHE

Divisão de Gestão de Dados IBRE-FGV

Serviços

PESQUISAS EMPRESARIAIS
Sondagens Conjunturais
Rankings

ÍNDICES DE PREÇOS
Consumidor
Atacado
Construção
Índices Gerais de Preços
Orçamentos familiares

BANCOS DE DADOS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO
FGV Dados
Index
Banco de preços

PESQUISAS AGRÍCOLAS
Preços e custos da produção
Preços de terras

INDICADORES FINANCEIROS
Índice FGV-100 de ações
Indicador de preço do milho FGV/BM&F

SERVIÇOS DE CONSULTORIA
Levantamentos de preços
Cálculos financeiros

A Divisão de Gestão de Dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas coloca à disposição das empresas informação e expertise para quem precisa de conhecimento sobre o que somos, nosso histórico e, principalmente, as alternativas para o futuro. A Divisão produz um conjunto variado de dados estatísticos, brutos ou analisados, que permitem mapear a realidade brasileira por diversos ângulos e pontos de vista. Estes dados são oferecidos em forma de produtos com a qualidade FGV em formato padrão ou customizado. Divisão de Gestão de Dados IBRE-FGV, o caminho certo para quem quer conhecer o Brasil a fundo.

Informações
(21) 2559-6087
ibredgd@fgv.br

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE
Instituto Brasileiro de Economia

Quase tudo para dar CERTO

Oportunidades e ameaças traçam o cenário de uma citricultura promissora e negligenciada

ORLANDO SAMPAIO PASSOS, ALMIR PINTO DA CUNHA SOBRINHO, CLÓVIS OLIVEIRA DE ALMEIDA E JOSÉ DA SILVA SOUZA

A citricultura brasileira vem enfrentando, nos últimos anos, sucessivas crises provocadas principalmente pela redução das importações norte-americanas de suco concentrado congelado de laranja e pelo agravamento da incidência de doenças nos pomares do estado de São Paulo. Esse estado, que responde por mais de 80% da produção nacional de citros e quase 100% das exportações brasileiras de suco concentrado congelado de laranja, vem sofrendo as maiores conseqüências da crise, cujos reflexos afetam os produtores de citros de todo o Brasil – especialmente os menos organizados. Incluída nesse grupo, a região Nordeste, segunda produtora nacional de citros, em situação bastante preocupante, demanda ações urgentes do governo e do setor produtivo no sentido de reverter o atual estágio de decadência e marginalização por que passa a atividade, estratégica para as pequenas propriedades da região, onde estão em grande parte localizados os pomares cítricos.

A região Nordeste do Brasil, localizada entre 2° e 18° de latitude Sul e entre 35° e 42° de longitude Oeste, compreende os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco (incluindo o Distrito Estadual de Fernando de Noronha), Alagoas, Sergipe e Bahia (veja o mapa). Ocupando uma área de 1.561.177,8km², equivalentes a 18,3% do território nacional, sua população no ano de 2000 superou 47 milhões de habitantes (tabela 1), aproximadamente 27,81% da população brasileira – um grande potencial de crescimento da demanda de alimentos na região, que responde ainda pelo maior contingente da população rural do país, aproximadamente 46,34%.

A principal característica da região é a multiplicidade de climas e solos, que a diferencia com aptidões múltiplas dentro do agronegócio. Nas áreas onde predo-

1. Brasil: área territorial e população das regiões geográficas em 2000

Região	Área		População (habitantes)		
	Em milhões km²	%	Urbana	Rural	Total
Norte	3,851	45,3	9.005.797	3.914.152	12.919.949
Nordeste	1,561	18,3	32.919.607	14.759.714	47.679.381
Centro-Oeste	1,604	18,8	10.070.923	1.540.568	11.611.491
Sudeste	0,904	10,8	65.410.765	6.851.646	72.262.411
Sul	0,575	6,8	20.290.287	4.780.924	25.071.211
Brasil	8,51	100,0	137.697.439	31.847.004	169.544.443

Fontes: Sudene (1985), IBGE (2001).

mina o clima tropical úmido, a temperatura anual varia de 23°C a 27°C; nas áreas secas, conhecidas como sertão e cerrados, a radiação solar fica em torno de 2.300 horas por ano. No denominado polígono das secas, que compreende 881.081km² ou 53,1% da área total, a radiação ultrapassa 2.800 horas por ano e o regime pluvial é inferior a 700mm anuais, o que constitui vantagem para a produção de biomassa e produtos hortícolas, principalmente frutas, mediante a suplementação de água via irrigação. Essa elevada radiação solar confere à região condições privilegiadas e únicas no país no que diz respeito à produção de pomelo e limas ácidas. Estudos realizados na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf (1989) estimam demanda insatisfeita por lima ácida *tahiti* no Nordeste nas primeiras décadas do século XXI. A região conta ainda com uma área de 823 mil quilômetros quadrados, 51,3% da área total, com regime de chuvas que ultrapassa 750mm e cuja posição privilegiada ao longo do litoral poderia render um celeiro de alimentos, com destaque para a fruticultura (tabela 2).

Em relação aos solos, na faixa litorânea que se estende da Bahia ao Maranhão, os chamados de tabuleiros, embora pobres quimicamente, adequam-se perfeitamente ao cultivo de plantas frutíferas, com exceção das áreas onde ocorrem sérios impedimentos, constatados principalmente na Bahia e em Sergipe. Outra limitação estaria na textura apresentada pelos solos argilosos em uso pelo cultivo de cana-de-açúcar.

Além das condições ecológicas adequadas e da disponibilidade de área, estimada em 300 mil hectares, há outras potencialidades para a expansão da citricultura na região Nordeste:

- as principais regiões produtoras estão próximas das capitais, sendo servidas de energia elétrica, estradas pavimentadas, portos marítimos e todos os meios modernos de comunicação;
- localização privilegiada, se comparada com outras regiões produtoras do país, a menos de 2.500km de grandes centros de consumo, permitindo redução elevada de tempo no transporte de frutos e sucos para os principais mercados importadores (Europa e Estados Unidos);
- ausência ou presença não endêmica de doenças altamente prejudiciais à citricultura e ao meio ambiente, devido à necessidade de pulverizações recorrentes, comuns na região Sudeste, como leprose, cancro cítrico, clorose variegada dos citros, verrugose da laranja doce; a não exigência de pulverizações rotineiras poderia conferir o título de *citricultura ecológica* à que vem sendo praticada no



2. Nordeste: precipitação média anual/área territorial

Precipitação média anual (em mm)	Área territorial (em mil km²)	Percentagem da área total
> 1.000	510	31,9
750 - 1.000	313	19,6
500 - 750	591	36,9
250 - 500	182	11,4
< 250	4	0,2

Fonte: Sudene, 1985.

3. Nordeste brasileiro: produção de laranja

Área cultivada, produção de frutos e produtividade por estado em 2000

Estados	Área colhida (em ha)	Produção (em t*)	Produtividade (em t/ha)
Bahia	49.080	574.462	11,705
Sergipe	51.596	539.321	10,453
Alagoas	3.448	28.836	8,363
Ceará	1.581	14.029	8,873
Maranhão	1.429	9.396	6,575
Pernambuco	1.382	9.225	6,675
Piauí	803	7.601	9,466
Paraíba	907	6.102	6,727
Nordeste	110.226	1.188.971	10,787
Brasil	861.626	18.453.841	21,417

Fonte: IBGE (2001).
*1 fruto = 170g.

4. Brasil: taxa geométrica de crescimento da produção de laranja

1980/2000

Estado/região	Taxa de crescimento (em %*)
Bahia	9.42
Sergipe	2.39
Outros da região	-5.78
Nordeste	3.55
Brasil	3.91

Fontes: IBGEa e IBGEb (1980 a 1989: *Anuário Estatístico do Brasil*; 1990 a 1998: *Produção Agrícola Municipal*; 1999 e 2000: *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola*).
*Taxas obtidas por regressão.

Nordeste, o que a privilegiaria diante dos países europeus, cuja demanda de produtos livres de defensivos é crescente;

- acervo satisfatório de tecnologias geradas pela Embrapa, empresas estaduais e universidades, embora não se conte com a integração desejada entre o poder público e o setor privado;
- por último, mas talvez o mais importante, a grande quantidade de pequenos agricultores no setor que, organizado, pode vir a contribuir para a geração de divisas e empregos e fixação do homem no campo – fixação de extrema importância para a região, levando em consideração que ela detém cerca de 46,34% da população brasileira residente no campo; uma saída em massa para as cidades poderia agravar ainda mais os problemas sociais e econômicos comuns às principais cidades brasileiras.

Situação atual

Apesar de distanciados do estado de São Paulo, primeiro produtor nacional de laranja, no Nordeste estão inseridos o segundo e terceiro estados maiores produtores, Bahia e Sergipe (tabela 3). A área estimada de 300 mil hectares aptos ao cultivo de citros, especialmente na Bahia, Maranhão e Piauí, não poderá ser considerada efetivamente incorporada ao processo produtivo sem que se implementem o aumento da produtividade e uma adequada estratégia de comercialização – ainda graves problemas para a maioria dos produtores da região. No limite, os pomares chegam a ser abandonados pelos produtores, como vem ocorrendo em algumas áreas do Recôncavo Baiano. Em contraposição à idéia de expansão, seria melhor que se definisse uma política de recuperação dos pomares, tendo como suporte parâmetros técnicos destacando a diversificação de espécies e variedades e a seleção do material multiplicativo a ser plantado.

Uma análise da produção de laranja no Nordeste, no período de 1980 a 1998, sintetizada na tabela 4, demonstra a expansão que vem ocorrendo nos dois estados maiores produtores, Bahia e Sergipe, em relação a outros com potencialidade para se auto-sustentarem em termos de produção e consumo de citros.

A situação atual da citricultura da região Nordeste apresenta uma série de desafios:

- prática da monocitricultura – predominância absoluta da combinação laranja-pêra/limão-cravo, tornando a citricultura vulnerável pela exposição a possíveis doenças, como já tem ocorrido, e de comercialização limitada pela não-diversificação da oferta;
- manejo inadequado de plantas e solos, contribuindo para que a produtividade média dos pomares não ultrapasse 10t/ha, inferior à média nacional, por sua vez três ou quatro vezes menor que as obtidas nos pomares de Israel e Estados Unidos;
- desorganização do setor produtivo – inexistência de associações ou cooperativas que congreguem os citricultores na defesa de seus próprios interesses, ensejando a que atacadistas e processadores de suco, em número menor e mais bem-estruturados, usufruam de melhores vantagens na negociação de preços com os produtores.

Proposta de revitalização

Graças aos esforços governamentais aliados à iniciativa dos agricultores na década de 70, houve uma mudança radical na agricultura dos estados da Bahia e Sergipe com a introdução da citricultura em substituição às tradicionais culturas de fumo, amendoim e mandioca, cujas demandas de mercado eram incertas. Reverter o quadro atual de decadência da citricultura da região Nordeste depende também de decisões políticas que visem o bem-estar dos produtores de citros da região. Uma experiência visando a recuperação da citricultura baiana, coordenada pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e a Embrapa Mandioca e Fruticultura, atingiu seu objetivo inicial, em 2000, com a elaboração da *Proposta para a Revitalização da Citricultura do Recôncavo Baiano*, encaminhada ao governo do estado. O grupo-tarefa contou ainda com a participação dos secretários municipais de Agricultura de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, representantes da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), Programa de Desenvolvimento da Citricultura Baiana (Procitrus), Conselho Diretor Lojista (CDL), Banco do Brasil, Banco do Nordeste, e associações de produtores, citricultores e comerciantes da região. A proposta contém os itens: organização dos produtores; realização de diagnóstico; atualização do sistema de produção; seleção de produtores estratégicos/parceiros; fiscalização/certificação da muda; diversificação de copas e porta-enxertos; rejuvenescimento de pomares mediante poda; manejo de solos; manejo integrado de pragas e doenças. Como prováveis impactos da implementação da proposta, identificaram-se:

- organização da produção com o fortalecimento da Associação dos Citricultores e criação de uma cooperativa central;
- aumento da produtividade dos pomares, contribuindo para a sustentabilidade e competitividade, sem descuidar da preservação ambiental e dos recursos naturais;
- reaquecimento da economia regional e geração de empregos;
- fixação do homem no campo e melhoria da qualidade de vida.

O primeiro passo já foi dado. Resta agora o mais difícil: mobilizar os produtores e o poder público para viabilizar a implementação da proposta.

Orlando Sampaio Passos, Almir Pinto da Cunha Sobrinho, Clóvis Oliveira de Almeida, José da Silva Souza
são pesquisadores da Embrapa Mandioca e Fruticultura.

Assine a Revista

Indústria de Laticínios



Indústria de Laticínios é um veículo especializado no agronegócio do leite. A cada dois meses, a revista traz reportagens, análises do mercado e conjuntura econômica, matérias sobre tecnologia, empresas e negócios, gestão, marketing e tendências, além de um caderno especial com artigos técnicos sobre laticínios e processos industriais que afetam o sistema agroindustrial do leite no Brasil e Mercosul.

Apenas R$ 45,00

Há sete anos no mercado, a revista consolidou-se como uma importante fonte de informação, divulgando as mais atualizadas reportagens e artigos técnicos.

Qualidade em Informação.



Para saber mais, veja nosso site

www.revistalaticinios.com.br

☑ SIM, desejo receber a *Revista Indústria de Laticínios* no endereço abaixo.
Assinatura anual - 6 edições bimestrais.

Forma de pagamento: através de Boleto Bancário com vencimento em 15 dias após o pedido.
Enviar o cupom com os dados para a Rua dos Pinheiros, 1428 cj 4, - CEP 05422-002 - São Paulo, SP, pelo fax: (11) 3037-7244 ou via e-mail: assinatura@revistalaticinios.com.br.

Nome: _____

CPF / CNPJ: _____

Endereço: _____

CEP _____ Cidade: _____ UF _____

Fone: _____ E-mail: _____

Empresa: _____

Cargo/Depto: _____

Data: _____

Revista INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS

Atendimento ao assinante: Tel: (11) 3815-9396 / 3037-7244
e-mail: assinatura@revistalaticinios.com.br

Risco de preço

Como calcular o risco de preço do boi gordo no momento que o animal está pronto para comercialização

WILSON MOTTA MICELI

Muitas vezes produtores agrícolas, pecuaristas, indústrias de insumo, enfim, agentes do agribusiness deparam-se com a seguinte questão: qual o valor do risco do meu empreendimento?

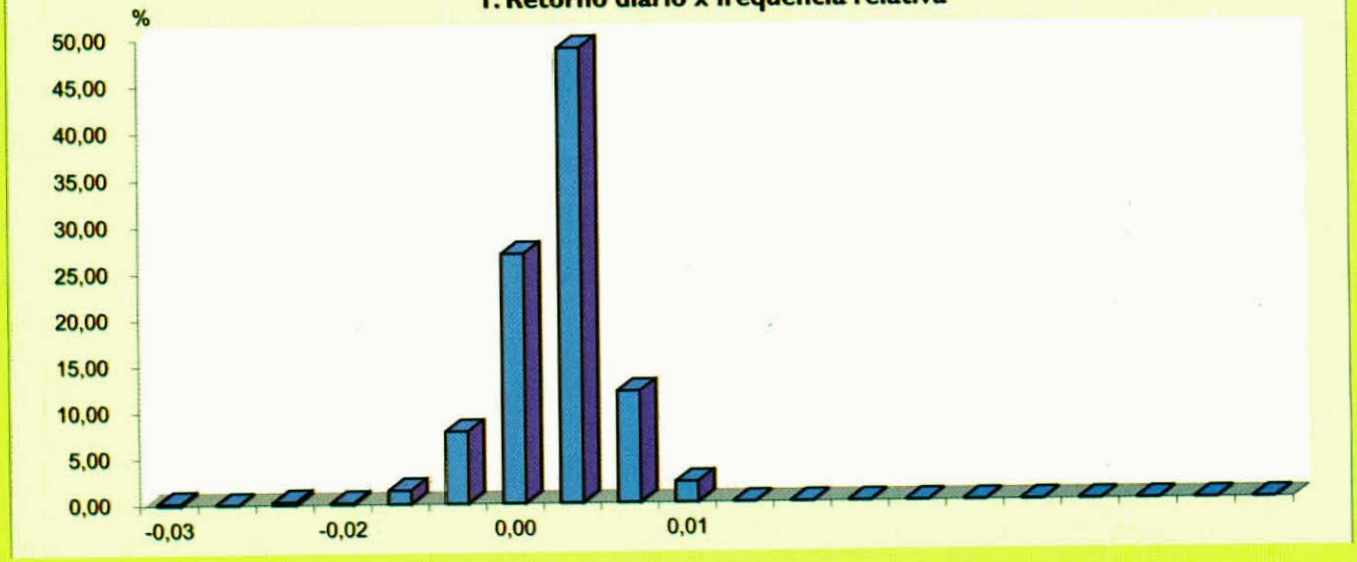
A princípio isto pode parecer algo de difícil mensuração, pois variáveis inerentes ao processo do empreendimento são complexas de serem modeladas.

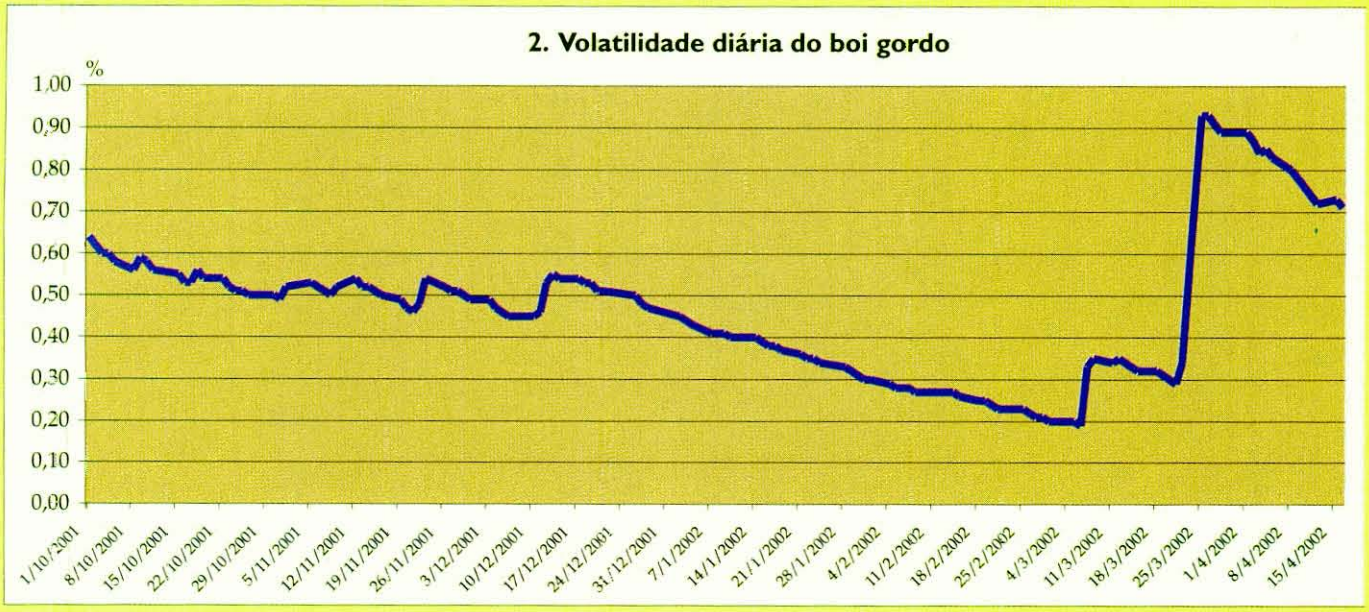
Este artigo tem por finalidade esclarecer uma metodologia simples de se calcular o risco de preço do boi gordo no momento que o animal está pronto para comercialização.

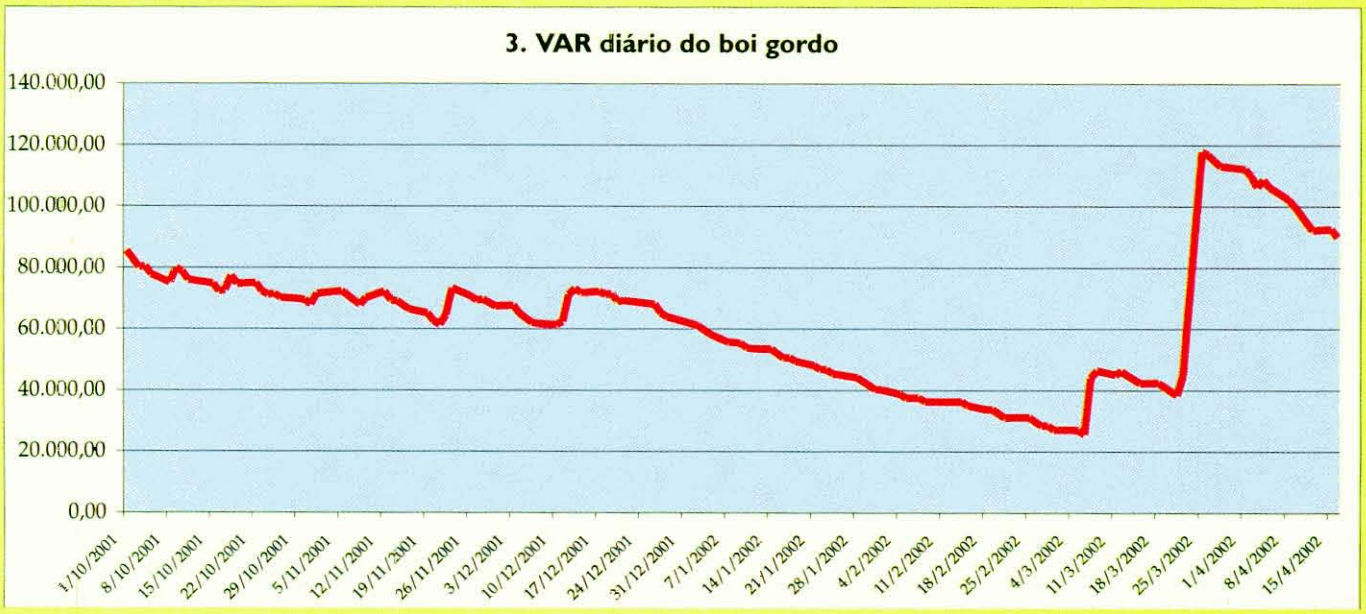
Em seguida apresentamos algumas definições sobre risco para situarmos claramente o foco sobre risco de preço.

- *Riscos operacionais* – referem-se às perdas que resultam de erros humanos, controles ineficientes e má gestão do negócio, fatores climáticos etc. Por exemplo, o pecuarista deixou de fazer uma vacinação no gado, a alimentação do gado foi insuficiente, gerando um peso final do animal inadequado para comercialização.
- *Riscos de crédito* – são provenientes do descumprimento das obrigações financeiras O pecuarista fez vendas a prazo e a contraparte tornou-se inadimplente. Outra situação de risco de crédito é a constituição de garantias, as quais devem possuir solidez jurídica e boa liquidez. A gestão financeira na escolha adequada de clientes ou mesmo até de fornecedores de insumos deve ser prioritária nas transações comerciais.
- *Riscos legais* – ocorrem das imperfeições dos contratos firmados, interpretações errôneas da legislação, efeitos tributários mal analisados que oneram o preço final do produto, ações trabalhistas contra o pecuarista etc. Ou seja, toda abrangência de atos jurídicos que possam impactar na vida da empresa.
- *Riscos de preço ou riscos de mercado* – são na sua essência as alterações dos preços da mercadoria. O pecuarista convive

1. Retorno diário x freqüência relativa







diariamente com este risco de preço e pode medi-lo em valor monetário para tomar decisões de proteção (*hedge*). Existem vários fatores de riscos que devem ser avaliados pelo pecuarista como: preço à vista do boi, relação de troca (reposição do bezerro pela venda do boi), taxa de juros, variação cambial e mercado interno e externo do boi.

A metodologia que iremos apresentar baseia-se no cálculo do valor em risco, VAR (Value at Risk), que teve início em 1994 e foi motivado por várias falências ocorridas na indústria financeira.

Como citado no livro *Value at risk*, de Philippe Jorion, traduzido pela BM&F:

O VAR sintetiza a maior (ou pior) perda esperada dentro de determinados períodos de tempo e intervalo de confiança.

Os elementos componentes do VAR são :

- Valor total do rebanho: é a cotação do mercado à vista do boi gordo multiplicada pela quantidade de animais e peso médio do boi.
- Volatilidade diária do retorno dos preços à vista: mede a variação diária das cotações.
- Nível de confiança escolhido: é um intervalo provável de que os retornos de preço estejam dentro de uma distribuição de probabilidade com futura ocorrência. Normalmente este nível de confiança situa-se entre 95 e 99%.

Apresentado o arcabouço técnico da metodologia, vamos desenvolver um exemplo genérico de um pecuarista com 5 mil animais de peso médio igual a 30 arrobas.

Será utilizado o indicador de preço do boi gordo Esalq/BM&F para cálculo da volatilidade e também para a apuração do valor total do rebanho.

A volatilidade será calculada pelo método EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), média móvel exponencial ponderada com fator de decaimento igual a 0,94.

A série histórica do preço do boi gordo Esalq/BM&F inicia-

Data	Cotação do boi (R$/@)	Valor total do rebanho ($)	Volatilidade	VAR diário
1/10/01	45,42	6.813.000,00	0,64%	85.462,27
2/10/01	45,44	6.816.000,00	0,62%	82.828,03
3/10/01	45,32	6.798.000,00	0,60%	79.944,48
4/10/01	45,58	6.837.000,00	0,60%	80.403,12
5/10/01	45,56	6.834.000,00	0,58%	77.688,91
8/10/01	45,58	6.837.000,00	0,56%	75.042,91
9/10/01	45,99	6.898.500,00	0,59%	79.774,25
10/10/01	46,13	6.919.500,00	0,58%	78.660,88
11/10/01	46,07	6.910.500,00	0,56%	75.849,65
15/10/01	46,24	6.936.000,00	0,55%	74.770,08
16/10/01	46,31	6.946.500,00	0,53%	72.160,24
17/10/01	46,56	6.984.000,00	0,53%	72.549,79
18/10/01	46,97	7.045.500,00	0,56%	77.331,41
19/10/01	47,00	7.050.000,00	0,54%	74.617,20
22/10/01	47,21	7.081.500,00	0,54%	74.950,60
23/10/01	47,29	7.093.500,00	0,52%	72.296,95
24/10/01	47,39	7.108.500,00	0,51%	71.056,57
25/10/01	47,64	7.146.000,00	0,51%	71.431,42
26/10/01	47,66	7.149.000,00	0,50%	70.060,20
29/10/01	47,38	7.107.000,00	0,50%	69.648,60
30/10/01	47,15	7.072.500,00	0,50%	69.310,50
31/10/01	47,10	7.065.000,00	0,49%	67.852,26
1/11/01	46,70	7.005.000,00	0,52%	71.394,96
5/11/01	46,36	6.954.000,00	0,53%	72.238,15
6/11/01	46,38	6.957.000,00	0,52%	70.905,74
7/11/01	46,15	6.922.500,00	0,51%	69.197,31
8/11/01	46,12	6.918.000,00	0,50%	67.796,40
9/11/01	45,77	6.865.500,00	0,52%	69.973,18
12/11/01	45,41	6.811.500,00	0,54%	72.092,92
13/11/01	45,32	6.798.000,00	0,52%	69.285,22
14/11/01	45,14	6.771.000,00	0,52%	69.010,03
16/11/01	45,16	6.774.000,00	0,50%	66.385,20
19/11/01	45,19	6.778.500,00	0,49%	65.100,71
20/11/01	45,27	6.790.500,00	0,47%	62.554,09
21/11/01	45,31	6.796.500,00	0,46%	61.277,24
22/11/01	45,64	6.846.000,00	0,48%	64.407,17
23/11/01	46,15	6.922.500,00	0,54%	73.267,74
26/11/01	46,23	6.934.500,00	0,52%	70.676,42
27/11/01	46,20	6.930.000,00	0,51%	69.272,28
28/11/01	46,41	6.961.500,00	0,51%	69.587,15
29/11/01	46,57	6.985.500,00	0,50%	68.457,90

se em 1-7-1999 com término em 16-4-2002.

Resultados obtidos

São 689 retornos de preços diários, a média dos retornos diários ficou próxima a zero, a volatilidade diária em 0,71%, e a volatilidade anualizada em 11,25%.

Se agruparmos os dados de freqüência dos retornos dos preços, isto é, desenharmos o histograma, poderemos visualizar no gráfico 1 que os retornos sugerem um comportamento semelhante a uma distribuição normal.

Em seguida mostramos no gráfico 2 a volatilidade diária do boi desde 1-10-2001 até 16-4-2002.

Cálculo do VAR

O valor em risco do boi (VAR) no dia 16 de abril é igual:

(43,01 x 30,00 x 5.000) x (0,71/100) x 1,96 = R$89.779,07

Onde 43,01 é a cotação da arroba do boi gordo, 30 o peso médio dos animais, 5.000 o número de cabeças do rebanho e 0,71 a volatilidade média do boi gordo. Os cálculos foram feitos considerando-se um nível de confiança de 95%

A tabela ilustra diariamente a evolução do VAR.

Desta tabela pode-se verificar que o valor em risco diário varia em função da volatilidade que é a expressão pura da variação da cotação diária do boi.

O gráfico 3 ilustra o VAR diário desde 1-10-2001 até 16-4-2002. Nota-se a similaridade entre os gráficos da volatilidade diária e do VAR diário.

Concluímos que é possível mensurar o risco de mercado através de uma expressão monetária diária na qual o pecuarista fica exposto e deve por esta razão se proteger contra as oscilações diárias de preço. Pode-se constatar pelo exemplo acima que o VAR diário atingiu em determinado dia R$110.000,00 aproximadamente, representando 1,7% do valor total do rebanho. O instrumento de *hedge* no mercado derivativo da BM&F é o contrato futuro de boi gordo cujo objeto do contrato é um animal macho de peso entre 30 e 36,66 arrobas, com meses de vencimento para o ano todo.

Referências bibliográficas

JORION, PHILIPPE. *Value at risk*, 1999.

VIEIRA, A. Cícero. Artigo: Volatilidade e correlações para derivativos, publicado pela BM&F em 1997

DOWNING, Douglas & CLARK, Jeffrey. *Estatística aplicada*. 2002

Wilson Motta Miceli *é chefe do Departamento de Mercados Agrícolas da BM&F.*
wilson@bmf.com.br

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

CURSO

2ª edição

FORMAÇÃO DE NEGOCIADORES

Coordenação Geral: **Prof. Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Ph.D.**
Coodenação Acadêmica: **Prof. Eugenio do Carvalhal, M.**

Objetivos

- Reconhecer os principais aspectos comportamentais relacionados à negociação;
- Identificar as características que permitam determinar o seu perfil de negociador;
- Articular uma visão ampla e consistente dos processos de Negociação, Tomada de Decisão, Gestão de Conflitos e Mediação;
- Obter melhores acordos através da aplicação, nas suas funções profissionais, de técnicas e métodos pragmáticos e eficazes de negociação;
- Identificar oportunidades nas negociações das quais participam.

Diferenciais do Curso

- Compromisso com o aprofundamento das Competências do Negociador, maximizando oportunidades e a buscando soluções para os conflitos; aplicabilidade dos conteúdos à realidade organizacional através de uma visão ampla e integrada.
- Será elaborada uma Análise dos Estilos de Influência em Negociação de cada participantes. O Perfil Individual de Estilos de Negociação proporcionará ao aluno uma auto e hetero percepção, permitindo a elaboração de um Plano de Ação para fortalecer suas Habilidades de Negociação.

Público-Alvo

- Dirigentes de empresas, gerentes, supervisores e agentes de mudança.
- Profissionais de compras e vendas, direta e indiretamente relacionados às negociações nas cadeias logísticas e de relações interorganizacionais.

Corpo Docente

Profissionais experientes no campo da teoria e prática de negociações, com sólida formação acadêmica e ampla vivência profissional.

Horário

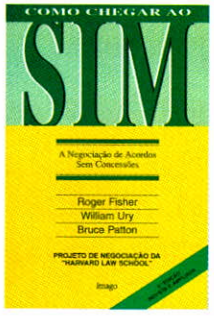
Início: 23/09/2002.
Término: 11/12/2002.
Carga Horária: 100h/a.
Periodicidade das Aulas: Segundas e quartas, de 18h30 às 21h45.

Inscrições e Informações

As inscrições poderão ser realizadas na Fundação Getulio Vargas, sala 812, informações através do e-mail trein_ibre@fgv.br ou pelos telefones (21) 2559 5553 e 2559 5554, de 2ª a 6ª feira, em horário comercial.
Documentos Necessários: Curriculum Vitae, cópia do RG, CPF, comprovante de residência e 02 (duas) fotos 3X4.

Material Didático

Além de dois livros, os participantes receberão um dossiê individual com seu perfil de negociador.





Local de Realização

Fundação Getulio Vargas
IBRE - Instituto Brasileiro de Economia
Praia de Botafogo, 190 sala 922
Rio de Janeiro - RJ

INSCRIÇÕES ABERTAS

VAGAS LIMITADAS

Realização:

FGV
IBRE

Agronegócios sustentáve s

Uma posição deve ser deixada clara: a Embrapa não fomentará nem estimulará o plantio de grãos na Amazônia

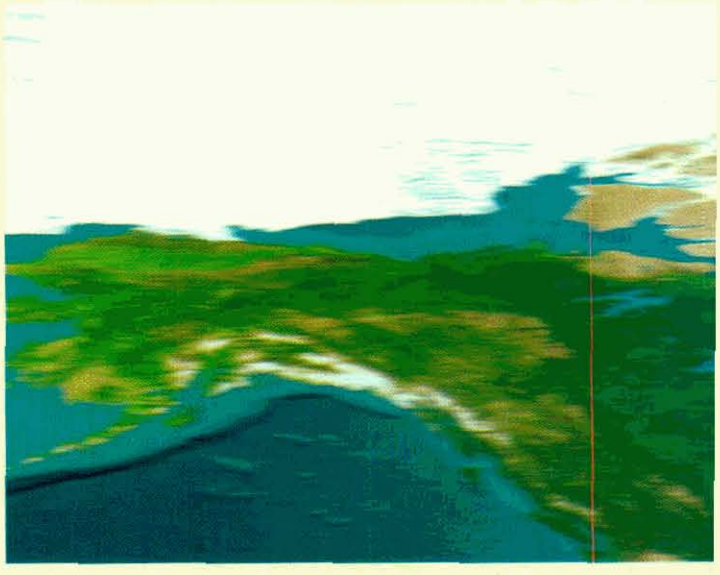
JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES

A política brasileira para o desenvolvimento sustentável da Amazônia está delineada para solucionar as questões de integração nacional, de promoção do crescimento econômico e social, associadas inteiramente à utilização racional dos recursos naturais, sem perder de vista a preservação do meio ambiente. Esta política às vezes causa controvérsia junto à sociedade civil organizada (ONGs), identificada com a preservação e conservação do meio ambiente e que luta para restringir o uso das florestas e outras formas de vegetação nativa. Ao mesmo tempo, os segmentos produtivos do agronegócio brasileiro entendem que o controle e a gestão pública dos ecossistemas naturais devem ser flexibilizados, através da caracterização ambiental, buscando assegurar o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e a competitividade do setor agrícola brasileiro.

Nesse contexto, nos últimos 29 anos o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária vem gerando e disponibilizando tecnologia para proporcionar grandes transformações nos processos de produção agropecuária e florestal, bem como no planejamento, uso e gestão dos recursos naturais da região.

Apesar desses avanços significativos do conhecimento do ecossistema amazônico, na prática ainda estamos longe de atingir o que se conceitua como desenvolvimento sustentável. Os desafios são muitos e só serão vencidos depois que, a partir desses conhecimentos, forem definidos modelos de desenvolvimento do agronegócio que proporcionem uma perfeita integração homem-meio-ambiente-tecnologia. Como são incalculáveis esses desafios, elencamos aqui três temas ligados à produção primária, que merecem uma reflexão maior: biodiversidade, desmatamento/queimadas e produção agropecuária.

Chamamos a atenção para o potencial e o uso da biodiversidade na Amazônia. Apesar do esforço da pesquisa pública e privada em caracterizá-la, das 11 mil espécies de vegetais identificadas, apenas 1,2 mil estão como recursos biológicos, isto é, só têm uso reportado na forma extrativista pelas comunidades locais e indígenas. Destas, somente 80 espécies se tornaram recursos genéticos semidomesticados e não chega a 10 o número das espécies que têm banco de germoplasma – das quais, apenas cinco estão sendo usadas como produtos de exploração econômica e social.



Quando se trata da caracterização dos microorganismos amazônicos pode-se dizer que este é ainda um mundo desconhecido. Por isso estamos deixando de utilizar esta riqueza natural nas nossas indústrias de fármacos, biorremediação, bioinsumos, agroalimentícias etc. É necessário que sejam urgentemente disponibilizadas mais verbas para ciência e tecnologia, para que esses recursos genéticos sejam transformados em recursos econômicos.

Desmatamento e queimadas

Hoje a área desmatada na Amazônia, que bem ou mal foi incorporada ao processo produtivo, ultrapassa 55 milhões de hectares. O que preocupa é que apesar de todo o esforço governamental, ainda se desmata e queima, desde vegetação secundária à floresta densa, ao redor de1,5 milhão de hectares por ano. Calcula-se que existem cerca de 600 mil famílias de pequenos produtores na região, que, de acordo com o pesquisador Alfredo Homma, da Embrapa Amazônia Oriental (Belém, PA), derrubam e queimam cerca de dois hectares por ano para sua atividade de roça e que os cultivam por apenas dois anos. Isso significa um desmatamento inercial de 1,2 milhão de hectares/ano.

Considerando estimativas já realizadas de que o desmatamento de um hectare de floresta produz 100 toneladas de CO_2, e que o custo de eliminação de uma tonelada de CO_2 da atmosfera está ao redor de US$12, podemos afirmar que cada hectare queimado na Amazônia custa US$1,3 mil, o que pode ser evitado com a utilização, em áreas já desmatadas, de tecnologias simples, fazendo com que o pequeno produtor permaneça na mesma área por muito mais tempo.

A meta do protocolo de Kioto é reduzir cerca de 6 bilhões de toneladas de carbono anuais. Os países desenvolvidos signatários do protocolo poderiam ajudar o Brasil a preservar e recuperar nossa floresta comprando cotas de retenção de CO_2, o que seria desejável por toda a comunidade mundial.

Preocupações ecológicas

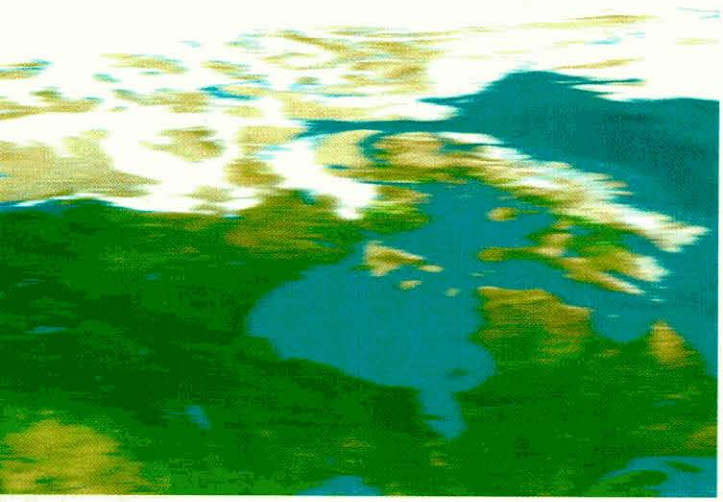
A agropecuária na Amazônia é uma realidade. Hoje existem na região um rebanho com mais de 35 milhões de bovinos e produção significativa de dendê, pimenta-do-reino, cupuaçu, açaí, guaraná, castanha-do-pará, madeiras nativas, frutas exóticas, grãos etc. Se por um lado esta agricultura teve vários avanços, por outro ainda são significativos o baixo uso de tecnologia e a agricultura de subsistência de derruba e de queima.

Há mais de 55 milhões de hectares de áreas antropizadas na Amazônia, e se fosse intensificada a agricultura em 40% dessa área seria mais do que suficiente para produzirmos mais de 60 milhões de toneladas de grãos por ano, sem a necessidade de novos desmatamentos.

Nos anos recentes uma série de fatores despertou interesse do setor privado em expandir a produção de grãos na região. Se, por um lado, estas facilidades aumentam a oferta de oportunidades para a materialização do agronegócio, com amplas possibilidades de criar emprego e renda, por outro, algumas dessas atividades produtivas vêm cercadas de preocupações ecológicas.

Nesse contexto, uma posição deve ser deixada clara: a Embrapa não fomentará nem estimulará o plantio de grãos na Amazônia, mas estará presente nos avanços das culturas, atendendo às demandas de pesquisa e desenvolvimento dos setores público e privado. Como foi dito anteriormente, há mais de 55 milhões de hectares de áreas antropizadas na Amazônia, e se fosse intensificada a agricultura em 40% dessa área seria mais do que suficiente para produzirmos mais de 60 milhões de toneladas de grãos por ano, sem a necessidade de novos desmatamentos.

Por fim, para que de fato o agronegócio amazônico cumpra seu papel na melhoria das condições de vida das populações rurais e urbanas, com preservação ambiental, será necessário um aumento substancial nos investimentos em C&T e a criação de políticas públicas que viabilizem o uso das alternativas tecnológicas já existentes, e que também adotem e promovam medidas acauteladoras, dirigidas à proteção e à conservação ambiental.



José Roberto Rodrigues Peres *é pesquisador e diretor-executivo da Embrapa.*

Preços do agronegócio

Produto	Julho	Δ% mês anterior	Δ% mês ano passado	% acumulado no ano	% acumulado no ano passado	Δ% 12 meses
Algodão em caroço(kg)	0,66	1,538	0,000	10,000	-4,762	10,000
Amendoim em casca(kg)	0,74	8,824	4,167	19,355	18,519	48,000
Arroz em casca(kg)	0,35	6,061	3,571	-5,405	38,462	20,690
Banana (dúzia)	0,42	0,000	0,000	5,000	2,564	2,439
Batata-inglesa (kg)	0,59	22,917	-16,176	40,476	-10,204	3,509
Cacau (15kg)	81,61	17,865	3,028	78,422	92,578	130,732
Café em coco (kg)	0,76	0,000	-5,102	-2,564	-20,202	-11,628
Cana-de-açúcar (t)	24,95	-0,439	3,635	-5,313	12,798	0,080
Feijão (kg)	1,20	16,505	4,255	10,092	54,286	12,150
Fumo em folha (kg)	2,68	0,000	3,814	5,512	13,303	9,388
Laranja (cento)	4,76	-1,856	2,370	-10,526	110,236	7,692
Milho (kg)	0,23	4,545	6,667	15,000	18,750	35,294
Mandioca (t)	79,91	1,473	6,937	12,835	-11,100	15,544
Soja (kg)	0,48	11,628	15,625	20,000	38,710	23,077
Tomate (kg)	0,52	1,961	-4,082	20,930	-15,217	20,930
Trigo em grão (kg)	0,34	6,250	12,000	30,769	18,182	21,429
Cebola (kg)	0,57	1,786	-2,128	29,545	18,605	14,000
Mamona (kg)	0,45	15,385	5,405	12,500	2,703	21,622
Pimenta-do-reino (kg)	3,10	0,324	-4,585	30,252	-32,865	17,871
Sisal (kg)	0,37	-2,632	12,500	2,778	16,129	5,714
Uva (kg)	0,57	-1,724	–	1,786	-6,757	–
Bezerro até um ano (cabeça)	249,74	0,337	4,390	4,097	15,919	9,993
Boi gordo para corte (15kg)	41,63	1,785	1,555	-3,545	10,728	2,663
Vaca leiteira de raça (cabeça)	977,34	1,402	2,105	7,564	12,174	9,224
Vaca leiteira comum (cabeça)	578,44	0,525	1,775	6,867	11,678	10,887
Suíno para corte (15kg)	19,95	0,151	1,906	-14,304	9,497	-5,896
Frango/galinha para corte (kg)	1,24	5,085	-1,786	3,333	16,505	12,727
Leite (litro)	0,35	6,061	0,000	20,690	0,000	9,375
Lã (15kg)	45,42	-0,220	16,525	19,401	23,500	28,888
Ovos (dúzia)	1,04	1,961	-1,020	10,638	9,195	6,122
Mel de abelha (litro)	6,07	0,663	-0,170	7,434	2,301	5,199
Boi magro (cabeça)	414,83	1,849	3,085	2,935	8,230	10,728

Indicadores do agronegócio

Brasil: Índice de preços recebidos e pagos pelos agricultores
Valores nominais (base agosto de 1994 = 100)

Produtos Média	Lavouras[1]	Lavouras - produtos PGPM	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária - IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
Abril, 2002	205,615	214,884	182,664	153,312	186,956	197,191	211,152	214,291	189,224	269,099	335,887	239,262
Maio	209,227	222,238	181,068	155,164	189,885	199,997	211,303	217,883	192,062	275,171	341,037	242,421
Junho	216,933	235,544	181,149	156,905	195,194	206,104	216,352	223,806	193,188	278,384	345,814	246,875
Julho	229,471	254,189	185,517	162,190	204,845	212,923	226,762	232,919	197,744	300,272	350,765	256,600

Fonte dos dados primários brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: Divisão de Gestão de Dados/IBRE/FGV.

[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Frango vivo mantém cotação em setembro

Maior oferta para os próximos meses pode arrefecer pressão de alta

Por Carlos Cogo, Luiz Antonio Pinazza, Regis Alimandro e Gregory Honczar*

As previsões de mercado foram realizadas em 20 de agosto e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de setembro de 2002. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para setembro de 2002. Os preços de setembro de 2002 são nominais.

MERCADO INTERNO

ALGODÃO (6) SUL DO BRASIL – R$15KG DISPONÍVEL

O mercado interno segue com preços firmes e tendência de alta. Os preços estão subindo desde abril de 2002, em função da baixa oferta interna do produto, da queda de produtividade nesta safra e do aumento das exportações. A estratégia dos produtores é reter estoques da pluma para negociar no período de entressafra no mercado interno, aproveitando a necessidade de importação das indústrias brasileiras. Os preços internos tendem a se aproximar da paridade de importação, superior aos preços praticados no mercado interno.

ARROZ AGULHINHA R$/SC. 60KG

Com o aumento dos volumes ofertados nos leilões dos estoques da Conab no Rio Grande do Sul e a continuidade dos leilões no Mato Grosso, os preços pagos aos produtores estão estabilizados em níveis superiores aos da safra passada. Os preços só devem subir a partir de agora se os estoques do governo forem insuficientes para abastecer as indústrias até o ingresso da próxima safra.

BOI GORDO R$/ARROBA

Depois de subir 23% num período de três meses, em setembro as cotações do boi gordo começaram a mostrar estabilidade. Os frigoríficos conseguem ampliar as escalas de abate. Os animais confinados começam a chegar ao mercado e as exportações em 2002 devem crescer pouco em volume, recuando em receita auferida, pressionando o mercado interno. A volta da Argentina ao mercado mundial concorre com o produto brasileiro.

CAFÉ TIPO 6/SC. 60KG

As exportações brasileiras permanecem altamente competitivas em razão da grande safra, em fase de colheita, e da desvalorização do real frente ao dólar. As medidas de apoio governamental à comercialização do café, com destaque para os leilões de opções de venda ao governo, emprestaram maior resistência aos detentores de estoques. As medidas parecem adequadas a seus objetivos, ou seja, transferir uma parcela da última safra para o próximo período de comercialização, sem, contudo, retirar competitividade das vendas externas.

FEIJÃO CARIOQUINHA ESPECIAL R$/SC. 60KG

As geadas ocorridas no início de setembro prejudicaram áreas já plantadas da primeira safr 2002/2003 nos estados do Sul e do Sudeste, o que deve prolongar a entressafra de 2002. A oferta do Nordeste é menor do que a expectativa inicial. Os estoques do Centro-Oeste estão no final e a nova safra deve chegar mais tarde ao mercado, mantendo as cotações sustentadas em níveis elevados no mercado atacadista.

**Carlos Cogo é consultor da Carlos Cogo Consultoria Agroeconômica: www.carloscogo.com.br*

Mercado interno

	Agosto, 2001	Julho, 2002	1 a 21 de agosto	15 a 21 de agosto	Tendência
Algodão (6) Sul do Brasil[1] – R$/15kg disp.	31,46	34,43	39,61	40,34	Alta
Arroz agulhinha[2] – R$/sc. 60kg	40,26	42,23	43,87	44,40	Estável
Boi gordo[3] – R$/arroba	47,24	44,16	48,97	50,32	Estável
Café tipo 6[4] – R$/sc. 60kg	143,97	132,30	134,66	134,70	Alta
Feijão carioquinha especial[5] – R$/sc. 60kg	69,65	87,23	75,47	71,40	Estável
Feijão-preto[6]	110,17	82,09	77,93	76,00	Estável
Frango vivo[7] – R$/kg	1,10	1,00	1,10	1,14	Baixa
Milho amarelo semiduro[8] – R$/60kg	13,58	15,60	17,30	17,78	Alta
Soja-grão industrial[9] – R$/60kg	28,67	31,02	36,57	37,30	Alta

Fontes: [1]Esalq/BM&F; [2]Bolsa de Cereais de São Paulo; [3]Esalq/USP; [4]BM&F; [5,6]Instituto de Economia Agrícola (IEA); [7]Associação Paulista de Avicultura (APA); [8,9]Bolsa de Cereais de São Paulo.

Mundo: produção de grãos

Milhões de t

Produto	Produção			Estoque		
	2002/2003	2001/2002	Variação %	2002/2003	2001/2002	Variação %
Total*	1.821,05	1.859,58	-2,1	387,13	469,95	-17,6
Trigo	572,27	579,58	-1,3	138,75	161,34	-14,0
Arroz	384,41	396,59	-3,1	113,56	137,81	-17,6
Grãos forrageiros**	864,38	883,42	-2,2	134,82	170,8	-21,1
Milho	586,49	593,47	-1,2	91,84	126,51	-27,4
Algodão***	89,95	98,06	-8,3	41,18	46,64	-11,7
Soja	183,28	183,72	-0,2	22,90	30,22	-24,2
Farelo de soja	129,77	125,16	3,7	4,14	4,22	-1,9
Óleo de soja	29,86	28,64	6,5	2,20	2,52	-12,7

Fonte: Usda, julho/2002.
*Total de trigo, grãos forrageiros e arroz beneficiado. **Milho, sorgo, cevada, aveia e centeio.
***Milhões de fardos de 480 libras-peso cada.

EUA: safra de grãos, exportações e estoques finais

Milhões de ha e t

Item	Soja	Milho	Trigo	Algodão
1. Produção				
Agosto, 2001/02	78,68	241,49	53,29	4,42
Julho, 2002/03	77,84	248,68	47,60	3,81
Agosto, 2002/03	71,52	225,71	45,89	4,01
2. Área plantada				
Agosto, 2001/02	29,99	30,68	24,12	6,38
Julho, 2002/03	29,54	31,93	24,32	5,84
Agosto, 2002/03	29,54	31,93	24,32	5,82
3. Exportação				
Agosto, 2001/02	28,85	48,26	26,15	2,39
Julho, 2002/03	25,99	52,07	24,49	2,35
Agosto, 2002/03	22,32	50,8	24,49	2,44
4. Estoque final				
Agosto, 2001/02	5,31	41,56	21,01	1,65
Julho, 2002/03	6,26	37,24	14,15	1,31
Agosto, 2002/03	4,22	19,48	12,71	1,52

Fonte: Usda.

Frango vivo R$/kg

Em função de excesso de oferta no mercado internacional, os embarques deste ano devem reduzir-se 24% em valor, ficando em US$1,1 bilhão, ao passo que em volume tendem a permanecer no mesmo patamar de 1,25 milhão de toneladas. O alojamento de pintos, depois de redução em junho, teve surpreendente alta de 10,2% em julho. Um indicador de maior oferta para os próximos meses pode arrefecer a pressão de alta no frango vivo, próximo de R$1,10 no fim de agosto em São Paulo.

Milho amarelo semiduro R$/60kg

Existe uma preocupação concreta em torno de uma possível redução na colheita de milho na safra de verão 2002/2003. A área deverá sofrer redução de 5% a 10%. É um quadro assustador para os criadores que utilizam o cereal para a alimentação dos animais. Para reverter esse cenário, o governo lançou o contrato de opção de venda de 5 milhões de toneladas, com exercício em maio de 2003 e possibilidade de antecipação para fevereiro. Os preços foram calculados com base na paridade de exportação e variam de R$13 a R$15 a saca, conforme o estado produtor.

Soja-grão industrial R$/60kg

Os preços internos tendem à alta, com maior firmeza em Chicago, escassa oferta no disponível e forte procura das esma-

Mercado externo – médias dos primeiros futuros

	Açúcar US¢/lb. peso mundial[1]	Algodão 1-1/16" US¢/lb. peso[1]	Cacau Bahia US$/t[1]	Café contrato C, Nova York US¢/lb. peso[1]	Farelo de soja US$/t[2]	Milho two yellow US¢/bushel[2]	Soja em grão one yellow ¢/bushel 60kg[2]	Suco de laranja US¢/lb. peso	Trigo soft red US¢/bushel[2]
Agosto, 2001	7,95	39,23	980,91	50,47	169,27	216,97	496,16	77,68	270,22
Julho, 2002	5,79	46,05	1.766,10	49,68	183,03	235,44	559,70	95,41	327,88
1 a 21 de agosto	5,86	44,86	1.804,40	47,40	180,85	258,90	565,10	101,72	344,72
15 a 21 de agosto	5,87	44,07	1.890,40	46,71	181,60	265,95	570,10	101,87	344,90

Fontes: [1]New York Security Exchange. [2]Chicago Board of Trade.

gadoras, com retração por parte dos vendedores. Cerca de 92% da safra brasileira de soja já foram vendidos. Além disso, os produtores brasileiros já negociaram bom volume da safra nova antecipadamente e não têm necessidade imediata de recursos. A safra 2002/2003 já está com 32% da produção negociada. O mercado interno começa a demonstrar descolamento das paridades com a Bolsa de Chicago, como tradicionalmente ocorre nos períodos de entressafra, a partir de setembro.

Mercado externo

Açúcar USc/lb. peso mundial branco

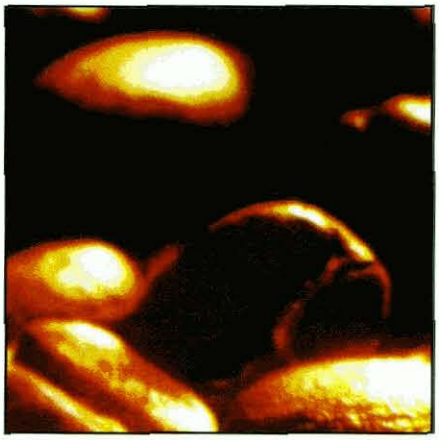
Os preços futuros devem seguir estáveis na Bolsa de Nova York, com o aumento da oferta oriunda da safra brasileira de ana 2002/2003. As indicações inicia ; são de que o ano-safra 2002/2003 se á marcado por um excedente no mercado mundial. Além das incertezas normais relacionadas ao clima, o excedente global vai depender de outros fatores que não sejam totalmente ligados ao açúcar, como a força do dólar e a evolução do setor de álcool no Brasil.

Algodão 1-1/16" USc/lb. peso

A oferta mundial, somados estoques iniciais e produção, deve cair 1,1 milhão de toneladas ou 4% em 2002/2003. A produção mundial deve cair 10%, para 19,3 milhões de toneladas, enquanto o consumo deve subir para um recorde de 20,7 milhões de toneladas. A China deve ser grande importadora em 2002/2003. O Índice Cotlook deverá atingir US$0,53 por libra-peso em 2002/2003, 11 cents ou 27% acima da média de 2001/2002. Com mais redução de estoques finais em 2002/2003 e o aumento das importações da China, o índice deve atingir uma média de US$0,57 em 2003/2004.

Café contrato C Nova York USc./lb. peso

O mês de agosto trouxe ondas tardias de frio no Brasil e, com isso, emprestou alguma pressã ltista às cotações internacionais. O g verno brasileiro adotou uma série de medidas de apoio à comercialização do café, com destaque para os leilões de opções de venda para exercício em dezembro próximo e março de 2003. De outro lado, os estoques nos países importadores, a despeito da tendência levemente baixista, ainda permanecem altos. A



maioria dos analistas internacionais reconhece que o mercado está mais aquecido e que caminha para um equilíbrio entre oferta e demanda. No curto prazo, porém, a grande safra brasileira ainda deverá manter os preços deprimidos.

Milho two yellow USc./bushel

De acordo com os números do Usda de agosto, a colheita de milho deverá ser uma da mais baixas dos últimos anos. Essa previsão leva em conta o clima quente e seco nas principais regiões produtoras do *corn belt* norte-americano. Para garantir o abastecimento interno, já se estima um redução nos volumes de exportação do país. As cotações seguem firmes na Bolsa de Chicago e sustentam-se na casa de 240 centavos de dólar o bushell.

Soja-grão one yellow/bushel

A produção dos EUA em 2002/2003 deve recuar 9,1% ante a produção passada, de 78,7 milhões de toneladas, indo para 71,5 milhões de toneladas. A projeção do Usda para os estoques mundiais também recuou, passando de pouco mais de 29 milhões de toneladas para menos de 23 milhões de toneladas. Os estoques dos EUA foram igualmente reduzidos, de 6,3 para 4,2 milhões de toneladas. Os números de 2002/2003 são os mais baixos em muitos anos. Ao mesmo tempo, não há qualquer sinal de enfraquecimento da firme demanda mundial no curto e médio prazos, sustentando a tendência de alta no longo prazo.

Soja, farelo US$/t

A redução na oferta mundial de soja em 2002/2003, a forte queda nos estoques mundiais do grão e a dependência de um clima favorável para a safra sul-americana para manter equilibrado o suprimento mundial sustentam as cotações futuras do farelo de soja. O aquecimento na demanda mundial de farelo e a confirmação da quebra na safra norte-americana de 2002/2003 gera um ajustamento na relação entre oferta e demanda mundial de farelo na safra 2002/2003, o que dá sustentação às cotações futuras na Bolsa de Chicago no longo prazo.

Trigo Soft Red USc/bushel

Fortes altas foram registradas nos mercados do Brasil, EUA e Argentina. Entre os cinco maiores produtores do mundo, somente na UE há crescimento significativo este ano na produção. A produção mundial está estimada em 572,3 milhões de toneladas em 2002/2003 para um consumo de 594,8 milhões de toneladas. No mercado futuro de Kansas, bolsa que influencia a formação de preços na Argentina, o contrato de dezembro atingiu novas máximas em setembro.



Roberto Rodrigues

Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da Abag (Associação Brasileira de Agribusiness) e professor de economia rural da Unesp/Jaboticabal.
abag@netpoint.com.br

Agribusiness e emprego

A campanha eleitoral para a presidência da República, fora a estrepitosa baixaria que humilha as famílias de bem deste país, trouxe uma discussão extremamente importante, referente à geração de empregos. Promessas mais ou menos espetaculares em termos de números de empregos que os candidatos – se eleitos – "criariam" provocaram as mentes dos eleitores, exercendo alguma influência sobre a intenção de votos. É bem verdade que não houve muita clareza sobre como os tais postos de trabalho seriam criados, mas o apelo do tema é expressivo, visto ser ele um dos maiores problemas do cotidiano dos países em desenvolvimento.

É certo, também, que programas oficiais que promovessem a substituição de importações teriam condições de atrair novas empresas ou ampliar as existentes, criando empregos. Mas há uma dúvida sincera sobre a capacidade de o governo ser efetivo em projetos dessa natureza, porque eles só decolam se houver interesse de investidores. E estes não se louvam apenas na vontade ou nas intenções dos governantes para decidir onde vão colocar o seu dinheiro, até porque o inferno está cheio de bem-intencionados. Investidores analisam as vantagens relativas de um país, seus riscos políticos, sua estabilidade econômica, sua paz social, para dizer o mínimo. Em suma, buscam o máximo retorno sobre seu capital.

Portanto, as promessas sobem ao terreno das dúvidas. O cenário internacional é um convite para especular sobre as reais chances brasileiras. As ameaças norte-americanas ao Iraque, a caça aos terroristas, os pavorosos incidentes em certos países africanos (Zimbábue, Congo), as tragédias de Israel x Palestina, da Cachemira, as ações das Farc, do IRA ou do ETA, para ficar em alguns exemplos de paz ameaçada, por um lado, e crises econômicas de países como a Argentina, por outro, tendem a produzir uma reação pela qual investidores buscariam "ilhas" de tranqüilidade, onde seu lucro não correria o risco de sair pelo ralo dos desajustes eventuais.

E o Brasil tem – ou teria? – condições de ser um objeto de desejo desses investidores: a extensão territorial, a índole do povo, a tecnologia já desenvolvida, a infra-estrutura em implantação, o grande mercado interno, entre outros, são razões para tanto. Mas há dúvidas quanto a um novo governo.

Seja como for, é mesmo no agribusiness que as chances são melhores.

Dados do MIC mostraram, por exemplo, que um emprego gerado na agricultura de sequeiro custa US$37 mil, enquanto na indústria em geral custa US$83 mil, mais que o dobro. Na agricultura irrigada o custo cairia para US$27 mil e na metalurgia subiria para US$145 mil.

Em contrapartida, dados do BNDES indicam que o agribusiness é o setor que gera mais empregos por milhão de reais investidos na atividade. São 202 na agropecuária, 163 na madeira, 136 em alimentos e bebidas, 110 em celulose e papel, 103 em têxtil e confecção e 92 em borracha e plástico. Sem falar em transportes, comércio e serviços em geral. E tudo isso é o agribusiness.

Tudo isso cria já uma boa expectativa sobre empregos gerados no agribusiness, que, aliás, responde por 37% do total dos trabalhadores brasileiros. Na outra mão, a mecanização e o progresso técnico na agropecuária tendem a excluir pessoal hoje empregado no campo. Mas, em compensação, quando imaginamos que ainda temos 90 milhões de hectares para incorporar à fronteira agrícola, o saldo só pode ser positivo: realmente, é neste setor que os empregos surgirão, desde que políticas públicas adequadas sejam implantadas, e desde que nas grandes rodadas de negociação internacional de comércio – Alca, OMC, UE – os mercados se abram.

Mas isso já é outra conversa.



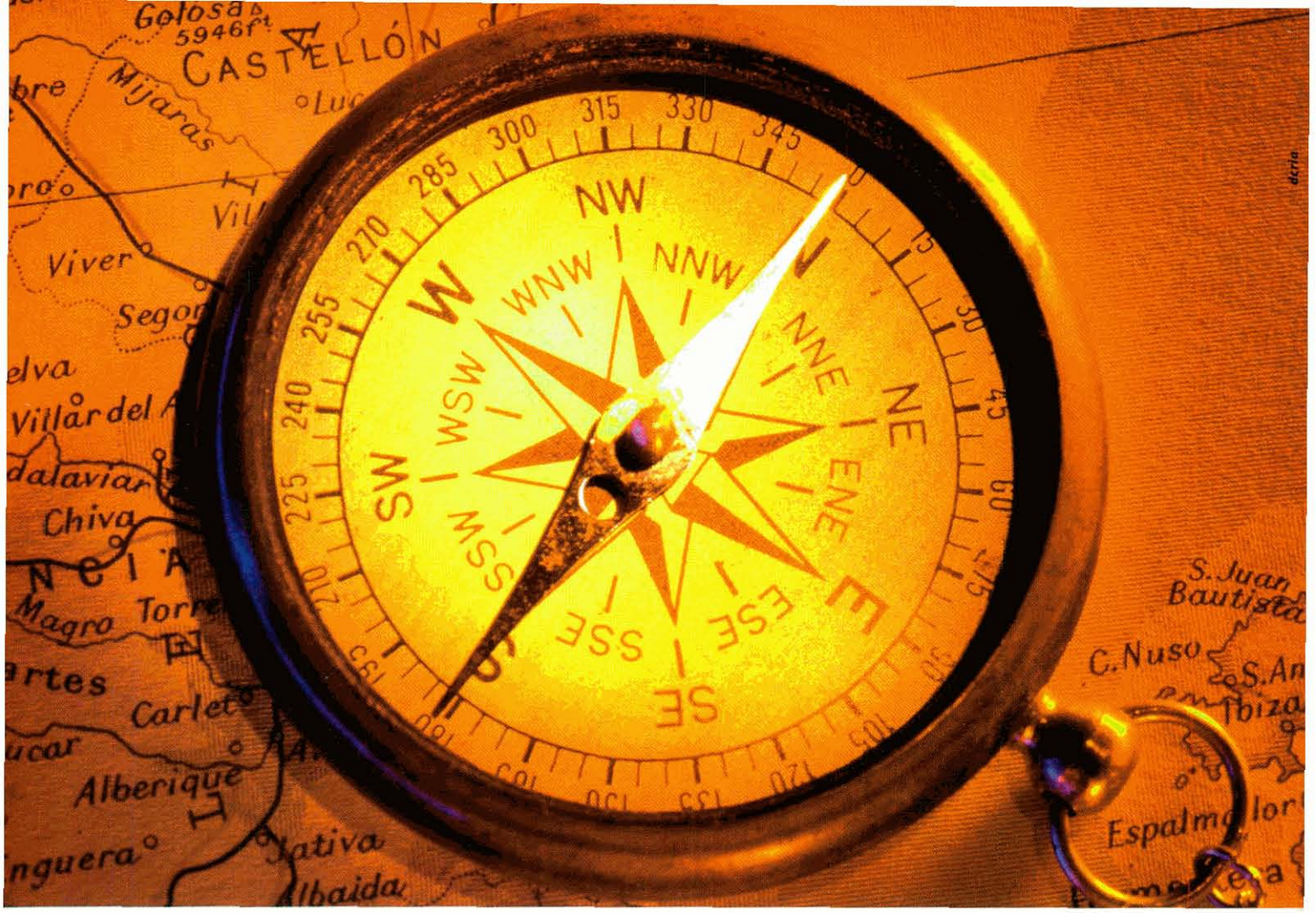
Faça seus investimentos brotarem. Anuncie na Revista Agroanalysis.

Uma publicação mensal editada pela FGV, com 22 mil exemplares e Circulação Nacional.
Voltada exclusivamente para o Agronegócio, leva informação de qualidade a Agricultores, Indústrias de processamento e de produtos agropecuários, administradores, dirigentes e técnicos, instituições financeiras, profissionais de pesquisa, ensino, assistência técnica e capacitação rural, distribuidoras de insumos e cooperativas de produção.
Invista nas próximas edições da Revista Agroanalysis; depois é só colher novos negócios.

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

A certeza de fazer bons negócios com um público altamente qualificado, formador e multiplicador de opinião.

Ligue: 11 3816.0328 ou acesse www.ponto4.com.br



GV Prevê

CENÁRIOS DE POLÍTICA E ECONOMIA PARA PLANEJAMENTO EMPRESARIAL E ANÁLISE DE RISCO

Com o objetivo de acompanhar as mudanças e ficar à frente do processo de evolução do mercado, as empresas buscam uma fonte de informação sólida e confiável que lhes permita realizar previsões de médio e longo prazos. Para atender a essa demanda, foi desenvolvido o GV *Prevê* – um empreendimento de duas unidades da Fundação Getulio Vargas que, ao integrar economia, ciência política e análise de políticas públicas, oferece um novo instrumento para o planejamento estratégico e para a análise de risco no Brasil.

Com o GV *Prevê*, planejadores empresariais e analistas de risco podem ter suas decisões apoiadas na independência e na confiabilidade que têm sido, de longa data, a marca da Fundação Getulio Vargas.

Para conhecer melhor, visite:

www.fgv.br/gvpreve
Informações: 55 11 3281 3209
fgvforecasting@fgvsp.br
Vendas: 55 21 2559 5642
gvpreve@fgv.br

FGV EAESP

FGV IBRE

Uma publicação conjunta da EAESP, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, e do IBRE, Instituto Brasileiro de Economia